



Universidade de Brasília – UnB Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania - PPGDH

**TOTALITARISMO E A NOVA EXTREMA-DIREITA: UMA ANÁLISE DO 8 DE
JANEIRO SOB A ÓTICA DE HANNAH ARENDT**

Rodrigo Oliveira de Castro Dias

Orientação: Professora Vanessa Maria de Castro

Brasília-DF

2024



Universidade de Brasília – UnB Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania - PPGDH

TOTALITARISMO E A NOVA EXTREMA-DIREITA: UMA ANÁLISE DO 8 DE JANEIRO SOB A ÓTICA DE HANNAH ARENDT

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania.

Estudante: Rodrigo Oliveira de Castro Dias

Orientação: Professora Vanessa Maria de Castro

Brasília – DF

2024

Universidade de Brasília – UnB
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM Programa de Pós-Graduação em
Direitos Humanos e Cidadania - PPGDH

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania.

Aprovada por:

Prof. Dr^a Vanessa Maria de Castro - UnB
(Orientadora)

Prof. Dr. Wellington Lourenço de Almeida - UnB
(Examinador Interno – Titular)

Prof. Dr. Jonas Marcondes Sarubi de Medeiros - CEBRAP
(Examinador Externo -Titular)

Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento - UnB
(Examinador Interno – Suplente)

Brasília – DF

2024

SUMÁRIO

SUMÁRIO	4
RESUMO	6
AGRADECIMENTOS	7
INTRODUÇÃO.....	9
Pergunta norteadora da pesquisa	9
Objetivos da pesquisa.....	10
Objetivo Geral.....	10
Objetivos específicos.....	10
Abordagem Metodológica da pesquisa	11
Justificativa.....	12
Embasamento Teórico.....	13
Estrutura da Dissertação.....	16
1. AS ORIGENS E FUNDAMENTOS DA EXTREMA-DIREITA BOLSONARISTA BRASILEIRA.....	18
2. 8 DE JANEIRO DE 2023, O DIA QUE NÃO TERMINOU.....	30
Os dias que precederam o 8 de janeiro.....	30
2018: Outubro, Bolsonaro é eleito presidente e começa a questionar a confiabilidade das urnas eletrônicas logo após sua própria vitória.....	31
2019 e 2020: os dois primeiros anos de mandato de Bolsonaro	32
2021: o ano que antecedeu as novas eleições presidenciais, a invasão do Capitólio, as anulações das condenações de Lula e a escalada das manifestações contra as Urnas eletrônicas	34
2022: momentos que antecederam as eleições presidenciais	43
A ebulição das ruas - o pós resultado das eleições e a intensificação dos movimentos golpistas	46
O bloqueio das rodovias.....	47
Os acampamentos golpistas	48
Dia 8 de janeiro, "o golpe frustrado" e o dia que não acabou	59
Os Patriotas e a Invasão aos Poderes: Breves relatos e a Confissões dos Golpistas.....	66

Perfil Sociodemográfico dos Presos dos Atos Golpistas de 8 de Janeiro	75
Análise da Nuvem de Palavras dos Presos do Dia 08 de Janeiro	79
Identificação das 50 Palavras Mais Frequentes	80
Agrupamento Temático	82
Localização e Instituições	82
Eventos e Ações	83
Consequências	84
Entidades e Grupos	84
Temas e Valores	85
Outros Elementos	86
3. O INDIVÍDUO E OS LABIRINTOS DO TOTALITARISMO - REFLEXÕES ARENDTIANAS PARA ENTENDERMOS A EXTREMA-DIREITA	89
Ideologia e terror - o que Hannah Arendt tem a dizer sobre as essências do Totalitarismo? ...	89
Um diálogo entre Hannah Arendt e Kant - A Banalidade do Mal x o Mal Radical	102
O Mal Radical em Kant	102
A Banalidade do Mal	104
4. OS ECOS DO TOTALITARISMO E A BANALIDADE DO MAL DA NOVA EXTREMA-DIREITA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS EVENTOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023	108
O poder das redes sociais e da propaganda bolsonarista.....	108
O medo do comunismo e do PTismo	112
E qual seria a ideologia da extrema-direita bolsonarista?	116
Por que não denotar este movimento como extrema-direita, em vez de bolsonarista?.....	124
5. A MISOGINIA, O RACISMO ESTRUTURAL, A NECROPOLÍTICA E O COLONIALISMO – ELEMENTOS FUNDANTES DO MITO E IDEOLOGIA BOLSONARISTA	126
As leis naturais e histórias da misoginia e do racismo - pilares de sustentação da ideologia totalitária da nova extrema-direita brasileira.....	126
6. DIÁLOGOS: HANNAH ARENDT, A NOVA EXTREMA-DIREITA E OS DIREITOS HUMANOS	140
CONCLUSÃO	145

RESUMO

Esta dissertação pesquisou sobre os eventos golpistas de 8 de janeiro de 2023, com o objetivo de proporcionar uma visão multifacetada da extrema direita brasileira. A pesquisa focaliza as falas das pessoas detidas durante os atos violentos de 8 de janeiro de 2023, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. O cerne deste estudo reside na análise dos discursos proferidos e na elaboração dos argumentos relativos aos acontecimentos deste dia marcante na história brasileira. O objetivo principal é identificar e compreender os elementos distintivos - tais como características, crenças e valores -, que caracterizam os participantes do movimento bolsonarista, conforme evidenciado pelos eventos de janeiro. Além disso, busca-se explorar como estes elementos se relacionam com as reflexões de Hannah Arendt acerca dos movimentos totalitários do século XX, proporcionando uma compreensão aprofundada das dinâmicas subjacentes a estes atos, e suas implicações no contexto político e social atual. Elementos como racismo estrutural, misoginia, necropolítica e colonialismo são considerados essenciais para entender a natureza deste fenômeno social, histórico e político brasileiro da nova extrema-direita. A dissertação também busca contextualizar estas descobertas no âmbito dos Direitos Humanos, ressaltando sua importância para o campo de estudo.

Palavras-chave: Hannah Arendt, Bolsonarismo, Totalitarismo, Racismo Estrutural, Misoginia, Necropolítica, Banalidade do Mal, Colonialismo.

AGRADECIMENTOS

No percurso sinuoso da construção de uma dissertação, trilhamos um caminho entrelaçado tanto por desafios quanto por descobertas. É uma jornada repleta de ansiedades e aflições, mas também iluminada pelo encanto do novo, pelo fascínio de desbravar o universo do conhecimento. Nessa senda, ainda que por vezes a solidão pareça nos envolver, somos na verdade acompanhados por uma constelação de pessoas que iluminam nossa travessia. Entre elas, destaco minha família. Meu avô paterno, Mundico, um juiz de direito, ensinou-nos que a dádiva do viver está nos laços interpessoais que tecemos, e os mundos que exploramos através do saber. Incentivou-nos, sempre, a estudarmos e não nos permitirmos permanecer em uma zona de conforto intelectual, pois o saber é libertador de várias maneiras. Minha avó, Isa, com seu carinho e sabedoria, foi uma presença constante de afeto em minha jornada. Em nome deles e de todo o amor que me deram, estendo minha gratidão a toda a minha família.

No universo acadêmico, construímos também elos de afeto e companheirismo, essenciais nesta aventura do saber. Ofereço minha gratidão a cada membro da minha turma do programa de Direitos Humanos, particularmente ao grupo de alunos sob orientação da professora Vanessa de Castro. Juntos, nos apoiamos, nos motivamos e, mais do que isso, estes estudantes e amigos se transformaram-se em verdadeiras inspirações como ativistas de Direitos Humanos. Tenho uma profunda admiração e orgulho de cada uma e cada um.

À professora Vanessa de Castro, minha orientadora, estendo um agradecimento especial. Ela foi nossa guia nesta expedição pelo conhecimento, trazendo questionamentos e contribuições valiosas para esta dissertação e, também, oferecendo sempre apoio e suportes de afeto nos desafios encontrados pelo caminho.

Aos meus amigos e amigas, colegas de trabalho e de ativismo político que enriqueceram esta jornada com reflexões, indagações e curiosidades sobre o tema da minha pesquisa, e que estiveram ao meu lado em cada passo desta jornada, meu sincero agradecimento. Foi, sem dúvida, um caminho desafiador, mas é uma trilha da qual guardo apenas as mais belas lembranças.

INTRODUÇÃO

“O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios do pensamento)” (Hannah ARENDT, 2013, p. 598).

Em 8 de janeiro de 2023, pouco após o país celebrar a posse do 39º presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, em seu terceiro mandato, o Brasil foi abalado por um momento de intensa violência. Um grupo de extrema-direita invadiu, na tentativa de dar um golpe, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Em meio à aparente inação das forças policiais e das autoridades públicas, esses indivíduos tentaram realizar um golpe de estado.

Esta dissertação visa compreender a identidade e as motivações dos indivíduos de extrema-direita, seguidores e apoiadores do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro entre 2019 a 2022. O foco será nas narrativas do dia 8 de janeiro de 2023, incluindo os relatos dos golpistas que estiveram nas ruas, das testemunhas e das ações judiciais e investigativas, como a CPMI do 8 de janeiro. A pesquisa explorará as razões subjacentes que levaram esses indivíduos a participar ativamente deste movimento, investigando as influências ideológicas e sociais que moldam este grupo em suas falas e ações.

Pergunta norteadora da pesquisa

Assim, teremos como principal pergunta norteadora: como as crenças, valores e características políticas manifestadas pelos participantes do movimento bolsonarista, em suas narrativas e depoimentos após as prisões do evento de 8 de janeiro de 2023, se alinham ou divergem dos princípios e práticas de Direitos Humanos?

Objetivos da pesquisa

Objetivo Geral

O objetivo geral desta dissertação é investigar as violações dos Direitos Humanos ocorridas durante o evento do dia 8 de janeiro de 2023, analisando as narrativas dos golpistas que estiveram nas ruas, das testemunhas e das ações judiciais e investigativas, como a CPMI do 8 de janeiro. O estudo buscará compreender se as crenças, valores e características políticas manifestadas por esses indivíduos estão em consonância ou em conflito com os princípios e práticas dos Direitos Humanos, visando contribuir para uma maior compreensão das dinâmicas sociais e políticas que permeiam tais eventos.

Objetivos específicos

Com base no objetivo geral e na pergunta de pesquisa, que focam nas dinâmicas ideológicas e organizacionais dos golpistas de extrema-direita dos eventos do dia 8 de janeiro de 2023, e em como elas relacionam-se com os princípios e práticas de Direitos Humanos, os objetivos específicos da dissertação podem ser delineados da seguinte forma:

- Mapear as crenças e valores ideológicos expressos pelos participantes bolsonaristas presos após os eventos do dia 8 de janeiro, identificando os principais temas e narrativas presentes em suas expressões e ações.
- Analisar a estrutura organizacional e as dinâmicas de mobilização do movimento bolsonarista que culminaram nos eventos do dia 8 de janeiro, destacando os mecanismos de comunicação, coordenação e planejamento utilizados.
- Examinar a relação entre as ideologias e ações dos participantes da extrema-direita bolsonaristas e os princípios dos Direitos Humanos, identificando áreas de conflito e consonância, com especial atenção às implicações destas relações para a promoção e proteção dos Direitos Humanos no Brasil.
- Avaliar o impacto das narrativas e ações dos golpistas bolsonaristas nos eventos do dia 8 de janeiro sobre as instituições democráticas brasileiras, e as normas internacionais de Direitos Humanos, considerando as respostas do sistema jurídico e da sociedade civil.

Abordagem Metodológica da pesquisa

A metodologia adotada nesta pesquisa combina abordagens qualitativas e quantitativas, utilizando um conjunto integrado de técnicas, destacando-se a análise de discurso e a análise de conteúdo. A análise de conteúdo foca especificamente em 62 depoimentos coletados de indivíduos presos durante o Ato Golpista de 8 de janeiro de 2023. Complementarmente, realiza-se uma análise documental e uma revisão sistemática da literatura relevante ao tema.

O escopo da análise inclui uma seleção diversificada de materiais, com particular atenção voltada para as Ações Penais nº 1.060, 1.064, 1.067, 1.073, 1.083, 1.086, 1.109, 1.124, 1.129, 1.147, 1.162 e 1.413, o relatório da CPMI dos atos de 8 de janeiro, além dos documentos oficiais que detalham as prisões realizadas. Essa estratégia metodológica permite uma investigação minuciosa das narrativas, visões e contextos que permeiam os dados coletados, com o objetivo de fornecer uma compreensão abrangente e detalhada dos fenômenos investigados.

Um elemento importante desta metodologia é a utilização da ferramenta Python, que permite extrair, dos depoimentos dos autos de prisão, as palavras-chave e frases recorrentes nos discursos dos indivíduos detidos, oferecendo uma dimensão quantitativa à análise e enriquecendo a interpretação qualitativa dos dados.

A técnica de análise de discurso será empregada para desvendar as camadas subjacentes de significado nos depoimentos coletados, iluminando como a linguagem é utilizada para construir e refletir realidades sociais e políticas. Este estudo se alinha com o pensamento de Norman Fairclough (1992), que vê o discurso não apenas como um modo de representação, mas como uma forma de ação social intrinsecamente ligada ao poder. A análise de discurso crítica, conforme proposta por Fairclough, permitirá uma exploração detalhada de como o discurso bolsonarista articula, perpetua e desafia as estruturas de poder existentes. Assim, o texto, a prática discursiva e a prática social serão examinadas como partes interconectadas de um todo dinâmico, oferecendo uma compreensão mais profunda dos processos ideológicos em jogo.

Adicionalmente, a pesquisa se beneficiará de uma revisão bibliográfica, incluindo as obras de Hannah Arendt e intérpretes de seu pensamento, assim como de literaturas acadêmicas sobre o fenômeno do bolsonarismo, da nova extrema-direita brasileira e suas características distintas, bem como sobre os elementos estruturantes ideológicos dessas narrativas: racismo estrutural, necropolítica e colonialismo.

Justificativa

A relevância deste estudo no campo teórico dos Direitos Humanos reside no entendimento de que a extrema-direita atua como um movimento que se contrapõe à busca pela emancipação humana e pela dignidade. Há uma clara defesa da assimetria e segregação social, com valores, moral e costumes calcados na antítese dos Direitos Humanos, conforme a Teoria Crítica, reforçando o racismo estrutural (Almeida, 2019) e a necropolítica (Mbembe, 2018).

A ótica dos teóricos da Teoria Crítica, como Hélio Gallardo (2013), filósofo latino-americano, oferece uma perspectiva que vai além do entendimento tradicional dos Direitos Humanos como um conjunto de leis ou normas internacionais. Ele compreende os Direitos Humanos como uma luta contínua pela dignidade, intrinsecamente ligada às dinâmicas de poder e às estruturas sociais e econômicas.

Assim, os Direitos Humanos não são apenas direitos legais ou formais, mas também direitos materiais, implicando não só a liberdade de expressão ou o direito a um julgamento justo, mas também o direito a condições de vida dignas. Essa abordagem crítica enfatiza que os Direitos Humanos devem ser considerados no contexto das relações de poder e das desigualdades sociais e econômicas, que impedem sua plena realização.

Gallardo (2013) argumenta que a luta pelos Direitos Humanos é uma luta contra formas de dominação e opressão que negam a dignidade humana. Isso inclui combater a pobreza, a discriminação, a opressão política e outras formas de injustiça que limitam a capacidade das pessoas de viverem como seres humanos plenos. A luta pelos Direitos Humanos, portanto, é

também uma luta pela transformação social e pela criação de uma sociedade onde a dignidade de todos seja reconhecida e respeitada.

A contribuição de Gallardo e de outros teóricos da Teoria Crítica dos Direitos Humanos é significativa porque destaca a importância da emancipação humana, e da luta contra a alienação em todas as suas formas. Eles veem os Direitos Humanos como um projeto emancipatório, que busca não só a garantia de direitos formais, mas também a transformação das condições sociais que perpetuam a desigualdade e a injustiça.

Como estudiosos dos Direitos Humanos, é essencial compreender as barreiras, lacunas e rachaduras internas ao nosso atual contrato social, à democracia e à forma de pensar e atuar de determinados indivíduos, que nos impedem de avançar para uma sociedade onde a plenitude de direitos e o acesso a condições materiais para toda a população sejam uma realidade.

Embasamento Teórico

Neste trabalho, para auxiliar na análise do perfil dos indivíduos da extrema-direita presentes nos atos golpistas do dia 8 de janeiro, recorreremos a importantes bibliografias que tratam do tema. Buscamos explorar, conforme apontam estudos como os de Camila Rocha (2021), Esther Solano (2021), Gabriel Feltran (2021), José Cezar de Castro Rocha (2023), Rodrigo Nunes (2022), entre outros, a sincronia das ideologias ultraliberais e neoconservadoras presentes no Brasil no atual momento histórico e social. Observamos como essa sinergia se traduz em uma gramática comum, marcada pela fusão entre o liberalismo econômico extremo e o conservadorismo nos costumes.

Essa junção ideológica se ancora em pilares de individualismo, punitivismo e a supremacia da ordem, até mesmo sobre a lei. No âmago daqueles indivíduos, *slogans* como "Deus, Pátria e Família" são mais do que meros chavões; são expressões carregadas de significado que moldam e revelam profundamente suas convicções.

O olhar analítico sobre a nova extrema-direita brasileira, que tem como pilares o entrelaçar fundante entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, nos leva a emergir em outras estruturas

centrais desta composição ideológica. No âmago desse movimento, e nas raízes da sociedade brasileira, encontram-se o racismo estrutural, a misoginia, a necropolítica e o colonialismo. Esses elementos são essenciais para desvendar a complexidade da identidade e da ideologia bolsonarista. Eles atuam como fundamentos que enriquecem nossa compreensão destes fenômenos e serão abordados em profundidade no terceiro capítulo desta dissertação.

Em uma das fundamentações de Alexandre de Moraes sobre as prisões dos golpistas do dia 8 de janeiro, o Ministro traz a seguinte descrição:

“Os fatos narrados demonstram uma possível organização criminosa que tem por um de seus fins desestabilizar as instituições republicanas, principalmente aquelas que possam contrapor-se de forma constitucionalmente prevista a atos ilegais ou inconstitucionais, como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, utilizando-se de uma rede virtual de apoiadores que atua, de forma sistemática, para criar ou compartilhar mensagens que tenham por mote final a derrubada da estrutura democrática e o Estado de Direito no Brasil. Essa organização criminosa, ostensivamente, atenta contra a Democracia e o Estado de Direito (...). A omissão das autoridades públicas, além de potencialmente criminosa, é estarrecedora, pois, neste caso, os atos de terrorismo se revelam como verdadeira 'tragédia anunciada', pela absoluta publicidade da convocação das manifestações ilegais pelas redes sociais e aplicativos de troca de mensagens, tais como o WhatsApp e Telegram. A Democracia brasileira não irá mais suportar a ignóbil política de apaziguamento, cujo fracasso foi amplamente demonstrado na tentativa de acordo do então primeiro-ministro inglês Neville Chamberlain com Adolf Hitler.”

Ele continua:

“Os agentes públicos (atuais e anteriores) que continuarem a se portar dolosamente dessa maneira, pactuando covardemente com a quebra da Democracia e a instalação de um estado de exceção, serão responsabilizados, pois como ensinava Winston Churchill, 'um apaziguador é alguém que alimenta um crocodilo esperando ser o último a ser devorado'.”

Ao revisitar os eventos de 8 de janeiro de 2023, o ministro Moraes recorda o marcante episódio histórico do Acordo de Munique de 1938, uma tentativa falha de apaziguar o nazismo, que não conseguiu impedir a Segunda Guerra Mundial. Essa referência histórica, de 85 anos atrás, nos conduziu à principal figura teórica central da nossa dissertação: Hannah Arendt.

Em 1937, um ano antes do Acordo de Munique, a filósofa política e judia Hannah Arendt perdeu sua cidadania alemã para o regime nazista, tornando-se apátrida. Por ter vivido de perto o nazismo, Arendt dedicou muitos anos de sua vida a produzir estudos extensos e profundos sobre este momento histórico e o fenômeno do totalitarismo. Em suas análises, Hanna Arendt refletiu sobre questões como: o que é o totalitarismo, qual é a sua origem e quais são suas características? Como se diferencia de outros regimes existentes até então? É um regime restrito a um momento histórico ou podemos encontrar características e sinais de "embriões" totalitários ao longo da história ou até mesmo no futuro? O que leva um indivíduo ou uma sociedade a ser guiado por tal regime? E quais são os fenômenos sociais e históricos que podem fazer com que ele germine?

Embora utilizemos estudiosos contemporâneos que abordam especificamente o fenômeno do bolsonarismo e da extrema-direita, como já citados, Hannah Arendt foi escolhida como nossa principal referência teórica. Nós nos aprofundaremos em seus achados de pesquisa e estudos sobre o fenômeno social e político do totalitarismo, e também sobre o indivíduo imerso em um universo de completo esvaziamento de pensamento crítico, desenraizado na sociedade contemporânea, em estado de solidão, cujas ações muitas vezes refletem a completa banalidade do mal.

A escolha de Hannah Arendt deve-se principalmente ao seu olhar sensível, que se atenta a entender o fenômeno histórico, social e político da emergência de movimentos totalitários. Mas, também, por sua capacidade de enxergar os indivíduos neste cenário e analisar as condições que os rodeiam, levando-os a agir de determinadas maneiras, muitas vezes de forma violenta e disruptiva.

A ação do indivíduo é um tema central nos estudos da teórica alemã, onde a política é entendida como *práxis*: presente nas relações, coexistência e convivência entre os diferentes. Para Arendt, é através da ação dos indivíduos livres, que conseguem expressar sua singularidade, que a pluralidade humana se faz aparente e, assim, a política se manifesta na sociedade. Os movimentos autoritários, como o fascismo e o totalitarismo, atuam justamente para suprimir a capacidade de agir livremente do indivíduo, com o primeiro se adentrando na esfera política e o segundo exercendo dominação em todas as esferas: pública, política e privada.

No início desta pesquisa, Hannah Arendt não era a figura central em nossa análise teórica. Sua relevância emergiu progressivamente, à medida que mergulhamos nos estudos sobre a nova extrema-direita brasileira e examinamos em profundidade os documentos relacionados aos eventos de 8 de janeiro. Através de extensas discussões entre o pesquisador e a orientadora, começamos a reconhecer o valor inestimável de Arendt para esta dissertação. A ascensão da nova extrema-direita não é um fenômeno exclusivo do Brasil, nem limitado ao contexto histórico atual. Existem paralelos notáveis e diálogos cruciais entre as observações de Arendt sobre os movimentos totalitários de sua época e as características dos movimentos contemporâneos. Ao explorar o trabalho teórico de Arendt, identificamos conceitos e abordagens analíticas fundamentais que oferecem *insights* significativos para compreender os objetivos desta pesquisa.

Refletir sobre as ações do grupo de extrema-direita a partir do cenário dos atos golpistas de 8 de janeiro, tendo como teórica principal Hannah Arendt, foi o enredo completo desta análise.

Estrutura da Dissertação

Esta dissertação está organizada em seis capítulos, cada um focando em aspectos distintos, mas interligados, da nova extrema-direita brasileira, a fim de fornecer uma análise abrangente e detalhada deste fenômeno:

As Origens e Fundamentos da Extrema-Direita Bolsonaroista Brasileira: Este capítulo examina as origens e os fundamentos da nova extrema-direita no Brasil, destacando a sincronia entre neoliberalismo e neoconservadorismo que caracteriza este movimento. A análise se baseia em uma revisão de estudos importantes sobre o tema, como os de Camila Rocha (2021), Esther Solano (2021), José Cezar de Castro Rocha (2023) e Jesse Souza (2019), entre outros. Esses estudos evidenciam elementos cruciais como o contexto político e social, o papel da imprensa, o fenômeno do Lavajatismo, além de aspectos estruturantes do movimento, como o fundamentalismo religioso e o liberalismo econômico. A ascensão desta nova extrema-direita nas décadas de 1990 e 2000 foi impulsionada pelas novas tecnologias de comunicação, como as redes sociais, que serviram de plataforma para a difusão de suas ideologias e a contestação da hegemonia cultural de esquerda.

8 de Janeiro de 2023, O Dia Que Não Terminou: Neste capítulo o foco está no estudo de caso dos eventos de 8 de janeiro de 2023, explorando os acontecimentos que antecederam o dia e mergulhando profundamente nas ações e consequências desse evento. Analisamos as Ações Penais, o Relatório da CPMI, as narrativas dos golpistas, testemunhas e agentes públicos envolvidos nos atos golpistas. A narrativa destaca a convergência de fatores ideológicos, como o medo do comunismo e a desconfiança nas instituições democráticas, fomentada pela propaganda bolsonarista e o uso estratégico das redes sociais. Este dia emblemático é apresentado como uma culminação simbólica das tensões políticas e sociais que definem a nova extrema-direita no Brasil, refletindo um esforço coordenado para desestabilizar a ordem democrática.

O Indivíduo e os Labirintos do Totalitarismo - Reflexões Arendtianas para Entendermos a Extrema-Direita: com base nas reflexões de Hannah Arendt, seguimos nossa dissertação, investigando os labirintos do totalitarismo e sua relevância para entender a nova extrema-direita brasileira. Arendt oferece uma análise profunda sobre como o isolamento, a solidão e a propaganda ideológica podem levar à ascensão de regimes totalitários. O capítulo explora como esses conceitos da autora e como se aplicam à extrema-direita brasileira, destacando a perda do pensamento crítico e a banalidade do mal que permeiam as ações dos indivíduos dentro desse movimento.

Os Ecos do Totalitarismo e a Banalidade do Mal da Extrema-Direita Brasileira: Uma Análise Crítica dos Eventos de 8 de Janeiro de 2023: a análise dos eventos de 8 de janeiro de 2023 é feita através das lentes dos conceitos arendtianos de totalitarismo e banalidade do mal. A discussão destaca como a extrema-direita brasileira utiliza a propaganda e o terror para mobilizar seus seguidores, criando uma narrativa que legitima a violência e a desestabilização institucional. O estudo de caso detalha como a manipulação das redes sociais e o medo do comunismo foram instrumentalizados para fomentar um movimento que desafia a democracia e os direitos humanos.

A Misoginia, o Racismo Estrutural, a Necropolítica e o Colonialismo – Elementos Fundantes do Mito e Ideologia da Extrema-direita: Este capítulo aborda os pilares ideológicos da nova extrema-direita bolsonarista, incluindo a misoginia, o racismo estrutural, a necropolítica e o colonialismo. Esses elementos são apresentados como fundamentos históricos e culturais que

sustentam a ideologia bolsonarista, legitimando a exclusão e a violência contra minorias. A análise também destaca como esses pilares são mobilizados para manter a estratificação social e os privilégios de classe, raça e gênero.

Diálogos: Hannah Arendt, a Extrema-Direita e os Direitos Humanos: No capítulo final, o diálogo entre as teorias de Hannah Arendt e a nova extrema-direita é explorado no contexto dos direitos humanos. A obra de Arendt é utilizada para discutir a importância do pluralismo, da dignidade humana e da ação política na luta contra regimes totalitários. O capítulo argumenta que a compreensão dos fenômenos sociais e políticos que alimentam a extrema-direita é crucial para a defesa e promoção dos direitos humanos, enfatizando a necessidade de reconstruir e fortalecer a democracia como um espaço de pluralidade e convivência.

1. AS ORIGENS E FUNDAMENTOS DA EXTREMA-DIREITA BOLSONARISTA BRASILEIRA

Explicar um fenômeno social complexo como a ascensão da extrema-direita bolsonarista no Brasil exige uma abordagem multifacetada e o reconhecimento das limitações de qualquer análise. Este capítulo propõe explorar as raízes e os alicerces deste movimento, delineando um

panorama abrangente das forças ideológicas, sociais e econômicas que contribuíram para sua emergência e consolidação.

A extrema-direita brasileira nunca esteve ausente do cenário nacional - os conservadores, o anticomunismo, as nostalgias da ditadura militar, os fundamentalismos religiosos e os liberais econômicos extremistas sempre se apresentaram. Contudo, ao longo da década de 1990, e principalmente durante os anos 2000, há um processo de nova ascensão da extrema-direita brasileira, impulsionado principalmente através das novas tecnologias de comunicação, como as redes sociais. Seu ponto de convergência principal é o enfrentamento ao que alguns de seus principais intelectuais chamam de “hegemonia cultura de esquerda”, que tomou conta das instituições brasileiras desde o processo de redemocratização, e do próprio pacto constitucional de 1988. E para entender o avanço deste movimento no último ciclo é fundamental compreender dois movimentos ideológicos que são pilares essenciais de sustentação deste projeto: o neoliberalismo e o neoconservadorismo.

Camila Rocha, em sua obra "Menos Marx, mais Mises" (2021), explora a nova ascensão deste movimento, tecendo uma narrativa dividida em duas fases distintas. A autora opta por denominar como nova direita, contudo, quero aqui pedir a gentil licença para esta excepcional teórica, para compreender este fenômeno como da extrema-direita. Isso porque se tratava de ideias extremadas mesmo no campo da direita: de um lado um movimento heterodoxo neoliberal, e de outro um conservadorismo fundamentalista.

Voltando às fases distintas, a primeira, estendendo-se até o início dos anos 2000, caracteriza-se pela emergência de uma “extrema-direita envergonhada”, que não conseguiu tomar as dimensões e projeções que almejava, reflexo principalmente do sucesso econômico dos governos Lula. Esta fase foi marcada por movimentos ainda incipientes que, embora não totalmente robustecidos, encontraram na ascensão das redes sociais um terreno fértil para florescer.

A autora destaca movimentos como o Movimento Endireita Brasil (MEB), concebido por um conjunto de advogados e encabeçado por Ricardo Salles, que se organizou inicialmente ao redor do pedido de *impeachment* do presidente Lula durante o episódio do mensalão; e, o "Cansei", liderado pelo empresário e futuro governador de São Paulo, João Doria Jr., uma resposta direta ao

que percebiam como um "caos aéreo" no Brasil, exacerbado por um trágico acidente aéreo da TAM (2007).

Estes grupos, ancorados em uma ideologia neoliberal pró-mercado, buscaram surfar na onda anticorrupção, forjando uma narrativa onde a corrupção era quase como intrínseca ao Estado, pintando o mercado como um salvador e o Estado como o antagonista da sociedade. O escândalo do mensalão emergiu como um palco primordial para estes movimentos, uma oportunidade para buscarem se projetar. Contudo, não conseguiram atingir a dimensão e capilaridade social almejada, em especial devido aos altos índices de popularidade do governo Lula, que apresentava resultados expressivos na economia.

O perfil dos protagonistas destes movimentos era bem demarcado: membros da Avenida Faria Lima, em São Paulo, sede das finanças nacional, do empresariado e da classe média alta. Representavam tão somente segmentos da elite brasileira, com pouco amparo ou eco nas camadas C e D. Com o tempo, entretanto, a nova extrema-direita encontrou um novo campo de influência: as redes sociais. Plataformas como o *Orkut* tornaram-se pontos de encontro para indivíduos com ideias similares, funcionando como espaços de congregação e arenas de debate. Esses fóruns digitais e comunidades *on-line* desempenharam um papel crucial na formação e no fortalecimento destas pessoas, que se identificam com ideias ultraliberais e, também, antiPeTistas.

As redes sociais desempenharam um papel crucial neste contexto, introduziram uma dinâmica inovadora e ampliaram o escopo do movimento, possibilitando um fluxo mais dinâmico, contribuindo para sua descentralização e transformação em uma atividade mais orgânica e multifacetada. Exerceram também um papel fundamental na construção de novas lideranças, focadas principalmente no neoliberalismo, e de múltiplos grupos e comunidades, promovendo expansão também para o mundo *off-line*, como em disputas de espaços de movimentos sociais tradicionalmente dominados por organizações de esquerda, como, por exemplo, os movimentos estudantis.

Estas novas referências e lideranças estudavam e divulgavam as ideias do neoliberalismo e começaram a organizar suas próprias *think tanks*. Diferenciando-se das fundadas na década anterior, que eram centralizadas em torno de empresários ou lideranças específicas e dependiam

diretamente delas para operar (tais como o Movimento Endireita e o Cansei). Contudo, inicialmente, ainda havia ali um extrato social bem restrito, principalmente das classes A e B. Pois o *Orkut*, que foi esta primeira grande porta de entrada, tinha ação limitada. Apesar de ter ganho grande popularidade no Brasil, à época o acesso à *internet* ainda era bastante restrito.

O aumento de popularidade e expansão da base social desta extrema-direita brasileira está contudo muito associado ao outro par deste casamento: o neoconservadorismo, especialmente expresso pelas igrejas neopentecostais. Elas têm acumulado uma centralidade importante no debate político nacional, para se ter uma noção da dimensão: nos anos 70, os evangélicos representavam apenas 5% dos brasileiros, hoje são um terço da população adulta do País, e na próxima década, o número de protestantes superará o de católicos (Spyer, 2020).

Estas igrejas apresentam como fundamentos teológicos uma aliança entre a Teologia da Prosperidade e a Teologia do Domínio, conforme explica a teórica Andrea Dip (2018). A primeira vertente é amplamente conhecida e defende que os cristãos têm direito à saúde e a uma boa situação financeira, permitindo-lhes desfrutar na terra dos privilégios de serem "filhos do Rei". Para receber grandes bênçãos, o crente deve demonstrar sua fé de forma radical, inclusive através de doações materiais à instituição religiosa. Essa teologia chegou ao Brasil pelas igrejas neopentecostais a partir da segunda metade da década de 70. Andrea Dip (2018) observa ainda que a Teologia da Prosperidade, ao prometer saúde perfeita, prosperidade material, sucesso nos empreendimentos e vitórias sobre o mal, relega a segundo plano as tradicionais crenças e valores pentecostais. Dessa forma, a pobreza material passa a ser associada à falta de fé e à insubmissão aos desígnios divinos.

A Teologia do Domínio, menos conhecida que a Teologia da Prosperidade, mas amplamente difundida pelas Igrejas Neopentecostais, fundamenta o comportamento belicoso e, por vezes, intolerante da bancada evangélica. Segundo o sociólogo Ricardo Mariano (2003), esta teologia surgiu nos anos 1990 nas Igrejas Neopentecostais dos Estados Unidos e rapidamente proliferou no Brasil, especialmente entre os neopentecostais. Mariano (2003) irá afirmar que toda e qualquer referência a luta do cristão contra o Diabo pode ser chamado de Teologia do Domínio. Na Teologia do Domínio até mesmo a desigualdade social, injustiça, violência e guerra são interpretadas como maldições hereditárias ou territoriais.

Ela difunde, conforme nos apresenta Andrea Dip (2018), uma verdadeira “guerra santa” (*aqui, palavras minhas*) na perspectiva de que tudo aquilo e aqueles em desacordo com os evangélicos se tornam como inimigos, e as suas verdades passam a ser as únicas absolutas. Mariano (2009) afirma que a crença em espíritos territoriais - conceito que parte da interpretação de passagens bíblicas de que há demônios territoriais, e que assim cabe aos cristãos uma guerra espiritual contra eles - é explorada eleitoralmente por políticos evangélicos. Eles argumentam que eleger evangélicos para altos cargos trará bênçãos à sociedade, substituindo parlamentares infiéis, idólatras e praticantes de religiões pagãs, considerados parcialmente responsáveis pelas maldições que afligem o País. Os políticos evangélicos eleitos teriam a oportunidade de interceder tanto no plano material quanto espiritual, combatendo os demônios territoriais que oprimem os brasileiros.

Contudo, o avanço das igrejas evangélicas neopentecostais nas periferias brasileiras não se deu fundamentado nas Teorias da Prosperidade e do Domínio, mas com base principalmente na ausência do Estado nestas regiões, na perspectiva de acolhimento, lazer, assistência social e cultura. O professor e psicanalista Marco Fernandes (2017) analisa a popularidade do neopentecostalismo nas periferias a partir de sua capacidade de inclusão e acolhimento das classes populares.

Segundo Fernandes (2017), o Pentecostalismo surgiu nas favelas como uma "tecnologia religiosa" que serve como um pronto-socorro de saúde mental. Muitas pessoas relatam sentir-se melhor após frequentarem estas igrejas, pois elas oferecem um espaço de acolhimento e suporte que falta na sociedade atual. O autor ainda destaca que as igrejas pentecostais proporcionam ordem e estrutura em um contexto de vida caótico e precarizado. Além disso, funcionam como um "micro-Estado precário de bem-estar social", oferecendo suporte emocional, redes de apoio e um senso de pertencimento.

Figura 1 - QRCODE: Vídeo: Pastores bolsonaristas mobilizam fiéis com supostas profecias e revelações divinas



Fonte: BBC NEWS BRASIL. Brasil Partido: Pastores bolsonaristas mobilizam fiéis com supostas profecias e revelações divinas. *YouTube*, 23 fev. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6oLuCBWxN_k.

Acesso em: 13 jul. 2024

Neste episódio do *podcast* "Brasil Partido", o repórter João Fellet trata de um movimento que ganhou fôlego após a derrota de Jair Bolsonaro (PL) na eleição presidencial. Enquanto alguns líderes de grandes igrejas vêm tentando se aproximar do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), um grupo de pastores aderiu ao movimento que defende uma intervenção militar e o retorno de Bolsonaro ao poder. Vários destes pastores pertencem a igrejas pequenas ou nem sequer atuam em templos físicos, mas nas redes sociais alcançam milhões de pessoas, pregando uma espécie de guerra santa contra o novo governo.

O neoliberalismo e o neoconservadorismo encontram o seu ponto de convergência principalmente no que diz respeito a travar uma guerra cultural contra seu inimigo comum: a esquerda “comunista” com seu projeto “hegemônico marxista” de maior presença do Estado tanto na esfera da economia, quanto na dos costumes.

Segundo José Cezar de Castro Rocha (2023), a guerra cultural é uma matriz que produz continuamente narrativas polarizadoras. Essa radicalização crescente cria inimigos imaginários, mantendo a militância em um estado constante de excitação. Rocha (2013) trará ainda que a pauta dos costumes serve para despolitizar a sociedade ao substituir debates sobre questões estruturais por um falso moralismo. Esse moralismo maniqueísta promove narrativas polarizadoras e a constante identificação de novos inimigos. Entender a guerra cultural é fundamental também para

entender esta extrema-direita, pois há uma dependência dela em relação a manutenção deste sentimento, e destas ações de animosidades e inimigos constantes.

O meio para a consolidação e expansão das ideias da extrema-direita bolsonarista pode ser entendido através do conceito de "mídiosfera extremista" de Rocha (2023), que significa para o autor um ecossistema digital de desinformação impulsionado pela onipresença das redes sociais. Nesse ambiente, a retórica do ódio encontra seu espaço, promovendo a desumanização do outro, um processo essencial para a extrema-direita, que constantemente inventa inimigos imaginários. É uma máquina de produção de narrativas *fake news* e teorias conspiratórias fundamental para manter a base social desta extrema-direita mobilizada.

Ainda segundo Rocha (2023), a mídiosfera extremista é composta por cinco elementos: correntes de *WhatsApp*, canais de *YouTube*, redes sociais, aplicativos como a TV Bolsonaro e Mano, e a "mídia amiga" que monetiza o radicalismo, como a *Fox News* nos EUA e a Jovem Pan no Brasil. Esses elementos criam um sistema coeso e resistente às críticas externas, onde a radicalização é incentivada e recompensada. A contínua exposição ao conteúdo desinformativo fortalece a crença dos participantes, criando uma mentalidade de seita imune à realidade externa. Esse fenômeno transnacional compartilha estratégias e financiamentos, tornando a atividade política uma modalidade de economia digital, fundamental para o sucesso eleitoral da extrema-direita no século XXI.

Um dos importantes intelectuais desta extrema-direita, que compõem peça estruturante na mídiosfera extremista, essencial no desenvolvimento e na difusão da retórica do ódio, foi Olavo de Carvalho - faleceu em janeiro de 2022. Desde a década de 1990 vinha produzindo artigos, livros, e ainda no final desta década, participou ativamente de *blogs*, e adentrou por este universo das redes sociais:

“Extremamente ativo na internet, ainda em 1998 Carvalho passou a divulgar suas ideias em um blog e, mais tarde, em 2002, em um site colaborativo. No ano de 2004, ele já era tema de pelo menos quatro comunidades de discussão na falecida rede social Orkut, além de ministrar aulas em cursos on-line e realizar transmissões de áudio pelo site Blog Talk Radio, análogas ao que hoje se conhece

como podcast” (Avritzer, Leonardo; Kerche, Fábio; Marona, Marjorie, 2021, pg. 19).

Como apontado pelo próprio relatório analisado da CPMI dos atos do dia 8 de janeiro, Olavo de Carvalho, além de seu *podcast*, criado em 2006, lançou em março de 2009 o Curso *Online* de Filosofia “por onde passaram 12 mil alunos, e que foram as duas grandes incubadoras de expoentes da direita e da extrema-direita, entre eles Flávio Morgenstern, Allan dos Santos, Filipe Martins e Nando Moura, todos ligados ao bolsonarismo” (2023, pg. 86). Além disso, seu livro “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota”, alcançou uma marca impressionante de mais de 400 mil cópias vendidas.

Carvalho foi um influente defensor da teoria de que, desde a Constituição de 1988, a esquerda brasileira vem adotando as estratégias do filósofo Antonio Gramsci, referentes ao conceito de marxismo cultural, para estabelecer uma hegemonia ideológica no País. Segundo o filósofo, estas práticas foram fundamentais para a construção de uma predominância esquerdista.

O autodeclarado filósofo desempenhou um papel significativo na formação de militantes da nova extrema-direita, enfatizando a necessidade de um movimento contra-hegemônico radical - sendo então uma importante liderança nesta guerra cultural. Para o “*guru*” deste movimento, era essencial adotar uma abordagem discursiva radical, uma política de choque, caracterizada pelo uso de linguagem chocante, incluindo palavrões, um humor ácido e exageros, como meio de destacar suas ideias. Ele justificava esta metodologia como uma resposta necessária às circunstâncias enfrentadas. Como podemos ver em um texto que postou em seu *facebook* em 2015, sobre o uso de palavrões:

“Eu uso esses palavrões porque são NECESSÁRIOS. São necessários no contexto brasileiro para demolir essa linguagem polida que é uma camisa de força que prende as pessoas, obrigando-as a respeitar o que não merece respeito. Então, às vezes, quando você discorda de um sujeito, mas discorda respeitosamente, você está dando mais força pra ele do que se concordasse. Porque você está indo contra a ideia dele, mas você está reforçando a autoridade dele. A autoridade é a respeitabilidade. O problema dessas pessoas, desses bandidos de que eu estou falando, não são as ideias. É justamente o fato de que são canalhas. São canalhas, são bandidos, são ladrões. V-Ã-O T-O-D-O-S T-O-M-A-R N-O C-U!”

(CARVALHO, Olavo. O USO DO PALAVRÃO. 27 de agosto de 2015. Facebook: Olavo de Carvalho. Disponível em: <https://www.facebook.com/carvalho.olavo/posts/535327239952688/>).

Contudo, há também um contexto político e social que permitiu o processo de intensificação dos movimentos de extrema-direita, nesta aliança, já relatada nesta dissertação entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, ganhe mais dimensão.

O contexto político encontrado foi o dos governos Dilma Rousseff, que representou importantes avanços do campo progressista à época, como apontam Camila Rocha e Esther Solano (2021). As autoras indicam: em 2011 há a criação da Comissão da Verdade, e o STF reconhece a união entre LGBTQIA+. Logo em seguida, em 2012, há a lei de cotas raciais e sociais para as Universidades Públicas, e a decisão do Supremo de aceitação do aborto de fetos anencéfalos. E nesse contexto político, há também no âmbito social o fortalecimento dos movimentos negros, LGBTQIA+, indígena e de feministas, com por exemplo com o surgimento das Marchas das Vadias¹ entre 2011 e 2012.

Essas ações tiveram uma importância fundamental para o campo progressista, promovendo debates e políticas que visavam a inclusão e a igualdade social. No entanto, essas mesmas ações também geraram uma forte reação do campo conservador, que se articulou politicamente contra elas. Este campo conservador, que viria a se consolidar como a extrema- direita, exerceu pressão constante contra as conquistas progressistas, resultando em uma polarização política e social significativa no Brasil.

Os novos movimentos de extrema-direita aproveitaram-se então das arenas da *internet* para difundir uma série de episódios e imagens distorcidas e sensacionalistas. Aqui destaco a centralidade da propaganda calcada nas mentiras, das teorias da conspiração, claramente em uma contrapropaganda que buscava extrair o medo como ferramenta essencial para a mobilização desta

¹ As Marchas das Vadias, conhecidas internacionalmente como "*SlutWalks*", começaram em 2011 em Toronto, Canadá, como resposta a um comentário de um policial sugerindo que mulheres deveriam evitar se vestir como "vadias" para não serem estupradas. Estas manifestações se espalharam rapidamente pelo mundo, protestando contra a cultura do estupro, a culpabilização das vítimas e a violência de gênero, além de promover a igualdade de gênero e a autonomia sobre o próprio corpo. No Brasil, as marchas ocorreram em diversas cidades entre 2011 e 2012, mobilizando milhares de pessoas em defesa dos direitos das mulheres.

onda da extrema-direita. Desde sua gênese estes movimentos perceberam a necessidade de atingir as emoções dos indivíduos, e gerar as ditas propagandas negativas como instrumento de mobilização de sentimentos. Nada diferente do que aconteceu com outros movimentos da extrema-direita em todo o mundo, como nos relata o cientista político Giuliano Da Empoli em seu livro “Os Engenheiros do Caos” (2019):

“Se o algoritmo das redes sociais é programado para oferecer ao usuário qualquer conteúdo capaz de atraí-lo com maior frequência e por mais tempo à plataforma, o algoritmo dos engenheiros do caos os força a sustentar não importa que posição, razoável ou absurda, realista ou intergaláctica, desde que ela intercepte as aspirações e os medos – principalmente os medos – dos eleitores. e os medos – principalmente os medos – dos eleitores” (da Empoli, Giuliano, 2019, p. 14).

Outros elementos cruciais do contexto social para o ganho de espaço político da nova extrema-direita foram o papel significativo da grande mídia e a farsa da *Operação Lava Jato*, como ficou evidenciado atualmente. Essa última teve um impacto decisivo no cenário político, culminando no golpe que afastou a ex-presidenta Dilma Rousseff do poder em 2016. A operação é caracterizada como uma farsa, respaldada por decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF), que anulou todas as supostas provas obtidas contra o presidente Lula, indicando que a Lava Jato pode ter sido um dos maiores equívocos jurídicos na história do Brasil.

Jessé Souza (2019) critica incisivamente a Operação Lava Jato e sua sólida aliança com a grande imprensa brasileira. Ele argumenta que a operação, permeada por vazamentos seletivos, grampos ilegais e delações questionáveis, desempenhou um papel fundamental na desestabilização da democracia brasileira, fortalecendo movimentos de extrema-direita de caráter neofascista. A campanha contra a corrupção, encampada pela grande mídia e legitimada pela Lava Jato, deslegitimou um governo de esquerda, revestindo o discurso neoconservador e neoliberal com uma aparência de justiça e legitimidade democrática, mobilizando grandes protestos contra a corrupção.

Souza (2019) argumenta que o fortalecimento da extrema-direita neofascista contemporânea no Brasil, interpretada aqui como a gênese de um movimento totalitário, é impulsionado pelo domínio do capitalismo financeiro. Esse domínio leva ao desenraizamento político e social dos indivíduos, convergindo com as ideias de Hannah Arendt sobre a condição

humana no mundo moderno. Arendt, em sua análise do totalitarismo, enfatizou que a atomização social e a perda de laços comunitários são fundamentais para a ascensão de regimes totalitários. Diferentemente do contexto histórico analisado por Arendt, onde o isolamento resultava das condições do mundo do trabalho, Souza destaca que hoje este isolamento advém da fragilização e precarização do próprio trabalho.

A ascensão do "empreendedor de si" no capitalismo financeiro, juntamente com a precarização dos direitos trabalhistas, o enfraquecimento de sindicatos, partidos políticos e formas gerais de organização dos trabalhadores, contribui para este isolamento. Souza traça um paralelo entre o isolamento e a solidão do indivíduo observados por Arendt, e a alienação contemporânea causada pela transformação do mundo do trabalho e pela supremacia do capital financeiro. Ambos os contextos fomentam terrenos propícios para o surgimento e fortalecimento de movimentos totalitários.

A midiosfera extremista neoliberal e neoconservadora desempenha um papel cruel neste processo: coloca o indivíduo, vítima da precarização do trabalho e do desemprego, como responsável pelo seu sucesso ou insucesso, como afirma Byung Chul Han (2017), na sua obra *Sociedade do Cansaço*. O neoconservadorismo acrescenta ao discurso um ódio, que muitas vezes é de si mesmo ou do outro: “Esse indivíduo isolado e indefeso é assolado por uma agressividade que não compreende e, desse modo, ele ou dirige contra si próprio a raiva que sente por sua própria pobreza e privação ou a canaliza contra bodes expiatórios construídos para este fim” (Souza, 2019, p. 269).

A origem desses discursos de extrema-direita no Brasil pode ser rastreada até as elites econômicas, as grandes oligarquias e segmentos conservadores da classe média. No entanto, sua expansão e consolidação ganharam impulso significativo com a proliferação da guerra cultural nas redes sociais e com a criminalização da política e do Estado pela grande imprensa, especialmente voltada para um governo de esquerda e o PT. Esse movimento visa preservar a estratificação social existente, desafiada pelas políticas de inclusão social dos governos de esquerda, e pela crescente mobilização de movimentos sociais como negros, LGBTQIA+, indígenas e feministas. A classe média, acostumada ao acesso exclusivo às melhores universidades públicas, começou a compartilhar esses espaços com estudantes de classes mais populares graças às políticas de

inclusão educacional. Homens brancos da elite, que historicamente ocupavam os cargos mais cobiçados, passaram a testemunhar o empoderamento de mulheres e outros grupos historicamente marginalizados no mercado de trabalho. Essa mudança na estrutura social tem sido um dos principais catalisadores para o fortalecimento de ideologias de extrema-direita, que reagem na perspectiva de preservar o *status quo* e a estratificação social existente.

As classes populares são atingidas pelo sentimento de raiva e ódio, fruto da guerra cultural da midiosfera extremista, que criminaliza a política e o Estado. Estes indivíduos, em estado de isolamento e solidão, não se identificam com seus pares de mesma condição econômica, acreditando serem donos do próprio destino e empreendedores de si.

O Estado brasileiro, especialmente quando governado pela esquerda, torna-se o grande vilão para os indivíduos atingidos pela ideologia da extrema-direita. O Estado é visto como o grande *locus* da corrupção, não apenas em termos financeiros, mas também de valores e moralidade.

Este movimento da nova extrema-direita busca perpetuar estruturas misóginas e o racismo estrutural na sociedade brasileira, essenciais para a manutenção da “ordem capitalista” e da estratificação social existente. Hannah Arendt veria estas leis naturais e históricas como guias ideológicos deste movimento de características totalitárias.

Neste contexto, apresentado de forma sintética neste primeiro capítulo, encontramos o cenário do dia 8 de janeiro e identificamos os golpistas que foram às ruas buscando uma ruptura democrática em nosso País. Essa é a questão que iremos explorar analiticamente no capítulo subsequente.

2. 8 DE JANEIRO DE 2023, O DIA QUE NÃO TERMINOU

No dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília, grupos golpistas, apoiadores da extrema-direita ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro, invadiram e vandalizaram as sedes dos três poderes da República: o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto. Esses ataques ocorreram após a derrota de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022 para Luiz Inácio Lula da Silva, que tomou posse uma semana antes, em 1º de janeiro de 2023. Os invasores buscavam uma intervenção militar que reverteresse o resultado eleitoral, e mantivesse Bolsonaro no poder. As forças de segurança retomaram o controle dos edifícios, após depredação, saqueamento e danificação, e milhares de pessoas foram presas como resultado de suas ações.

Este dia começou cedo, ainda na sua manhã, às 8h53min, com a emissão pela ABIN de três alertas sobre a chegada de uma frota de aproximadamente 101 ônibus a Brasília, trazendo consigo um grupo carregado de intenções claras de ruptura democrática (CONGRESSO, 2023). Estas pessoas, ávidas por uma tentativa de um golpe de Estado, serão o principal objeto de estudo deste presente capítulo. Contudo, antes de chegarmos propriamente ao dia 8 de janeiro, faremos aqui uma breve retrospectiva dos acontecimentos que antecederam este dia.

Os dias que precederam o 8 de janeiro

Se nós não tivermos o voto impresso em 2022, uma maneira de auditar o voto, nós vamos ter problema pior que os Estados Unidos (Jair Bolsonaro, 7/1/2021).

Podemos ter um problema seríssimo no Brasil, pode um lado ou outro não aceitar, criar uma convulsão no Brasil (Jair Bolsonaro, 17/6/2021).

Se esse mesmo continuar, sem a contagem pública, eles vão ter problema porque algum lado pode não aceitar o resultado. Esse algum lado, obviamente, é o nosso lado (Jair Bolsonaro, 7/7/2021).

2018: Outubro, Bolsonaro é eleito presidente e começa a questionar a confiabilidade das urnas eletrônicas logo após sua própria vitória.

O dia 8 de janeiro e a radicalização dos golpistas não podem ser compreendidos sem considerar a campanha sistemática realizada pelo então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, acerca dos questionamentos às urnas eletrônicas, e a ampla defesa do voto impresso e auditável. Desde 2018, mesmo tendo sido eleito por meio das urnas eletrônicas, Bolsonaro questionava a credibilidade do sistema. Ele sustentava que teria vencido no primeiro turno se não fosse pela suposta fragilidade do sistema eleitoral brasileiro, conforme evidenciado em suas declarações ao final ainda do primeiro turno:

"Se tivéssemos confiança no voto eletrônico, já teríamos o nome do futuro presidente da República decidido no dia de hoje" (Bolsonaro, Jair, 2018)².

Durante o período eleitoral, apoiadores de Bolsonaro propagaram notícias falsas alegando dificuldades dos eleitores para votar nele por meio das urnas eletrônicas. Um exemplo significativo foi o do deputado federal Fernando Francischini (PSL/PR), um dos apoiadores do então presidente, que realizou uma transmissão ao vivo em 7 de outubro de 2018, para discutir alegações de fraudes eleitorais. A campanha de disseminação de falsas notícias sobre o sistema eleitoral resultou, inclusive, na cassação de seu mandato pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por unanimidade.³

Foram inúmeras notícias falsas disseminadas ao longo da campanha de 2018 para atacarem o sistema eleitoral e a credibilidade das nossas instituições, desde que a Organização dos Estados Americanos (OEA) teria feito reuniões secretas com o PT, que seria financiada pela Venezuela, e que iria fiscalizar nossas eleições de maneiras tendenciosa a garantir a vitória do então candidato Fernando Haddad (PT), como podemos ver nas imagens abaixo:

² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-diz-que-foi-alvo-de-fraude-e-pede-mobilizacao-a-eleitores.shtml>, Acesso em: 14/01/2024

³ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Outubro/plenario-cassa-deputado-francischini-por-propagar-desinformacao-contr-o-sistema-eletronico-de-votacao> , Acesso em: 14/01/2014

Figura 2 - Fake News - Haddad e Manuela com OEA



Fonte: Aos fatos⁴

2019 e 2020: os dois primeiros anos de mandato de Bolsonaro

Após sua eleição como presidente da República, Jair Messias Bolsonaro persistiu em questionar a integridade da justiça eleitoral brasileira e do sistema de urnas eletrônicas, embora de maneira mais esporádica. Em 2019, por exemplo, expressou suas dúvidas em várias ocasiões: realizou uma transmissão ao vivo em 21 de março que abordava suas preocupações com as urnas eletrônicas⁵; em 5 de junho, durante uma entrevista à TV Brasil; e em outra transmissão ao vivo em 14 de novembro (CONGRESSO, 2023, p. 409). Ainda em dezembro de 2019, a deputada

⁴ Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/oea-nao-realizou-reuniao-secreta-com-pt-nao-e-comandada-por-venezuelanos-e-nem-fiscalizara-eleicoes/>. Acesso em: 14/01/2014

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PL4v3EJYP10>. Acesso em: 14/01/2014

federal Bia Kicis (PL/DF) apresentou a proposta da PEC 135/2019, modificando o § 12 da art. 14 na Constituição de nosso País para que “na votação e apuração de eleições, plebiscitos e referendos, seja obrigatória a expedição de cédulas físicas, conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas em urnas indevassáveis, para fins de auditoria”⁶. O Plenário da Câmara rejeitou a PEC por uma diferença de apenas 11 votos. Mas, a proposta serviu para uma importante mudança na narrativa dos apoiadores de Bolsonaro, que passaram a substituir a ideia do pleito pelo “voto impresso” pela do “voto auditável” (CONGRESSO, 2023, p. 411).

Em 15 de novembro de 2020, o TSE foi alvo de ataques *hackers*, que segundo investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal, mostraram ser ações coordenadas objetivando descredibilizar a Justiça Eleitoral⁷. Este processo, juntamente com o atraso que aconteceu na totalização dos votos nas eleições municipais, serviram como importantes munições para os apoiadores bolsonaristas continuarem sua saga de descredibilização da Justiça Eleitoral.

Mas, o ponto culminante da campanha aconteceu quando Donald Trump, nas eleições de 2020, também apresentou, sem provas, denúncias de fraudes no sistema eleitoral americano - que não usa urnas eletrônicas -. Ele fez uma postagem nas suas redes sociais que ficou famosa, dizendo: “*Stop the count*”, pedindo a parada da contagem de votos, que resultou na vitória de Joe Biden. Trump não tinha nenhuma comprovação de que seu adversário cometera qualquer fraude eleitoral:

⁶ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2220292>. Acesso em: 14/01/2024

⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/investigacao-aponta-operacao-coordenada-em-ataque-a-tse-e-postagens-alegando-fraude.shtml>, Acesso em: 14/01/2024

Figura 3 - Tweet Donald J. Trump “Pare a contagem!”



Fonte: Plataforma Twitter⁸

2021: o ano que antecedeu as novas eleições presidenciais, a invasão do Capitólio, as anulações das condenações de Lula e a escalada das manifestações contra as Urnas eletrônicas

O desdobramento destes acontecimentos foi um tensionamento nas eleições Norte Americana, que resultou no fatídico acontecimento da invasão do Capitólio pelos eleitores mais radicais de Trump, no dia 6 de janeiro de 2021. Um dia após este acontecimento, Bolsonaro fez a seguinte declaração:

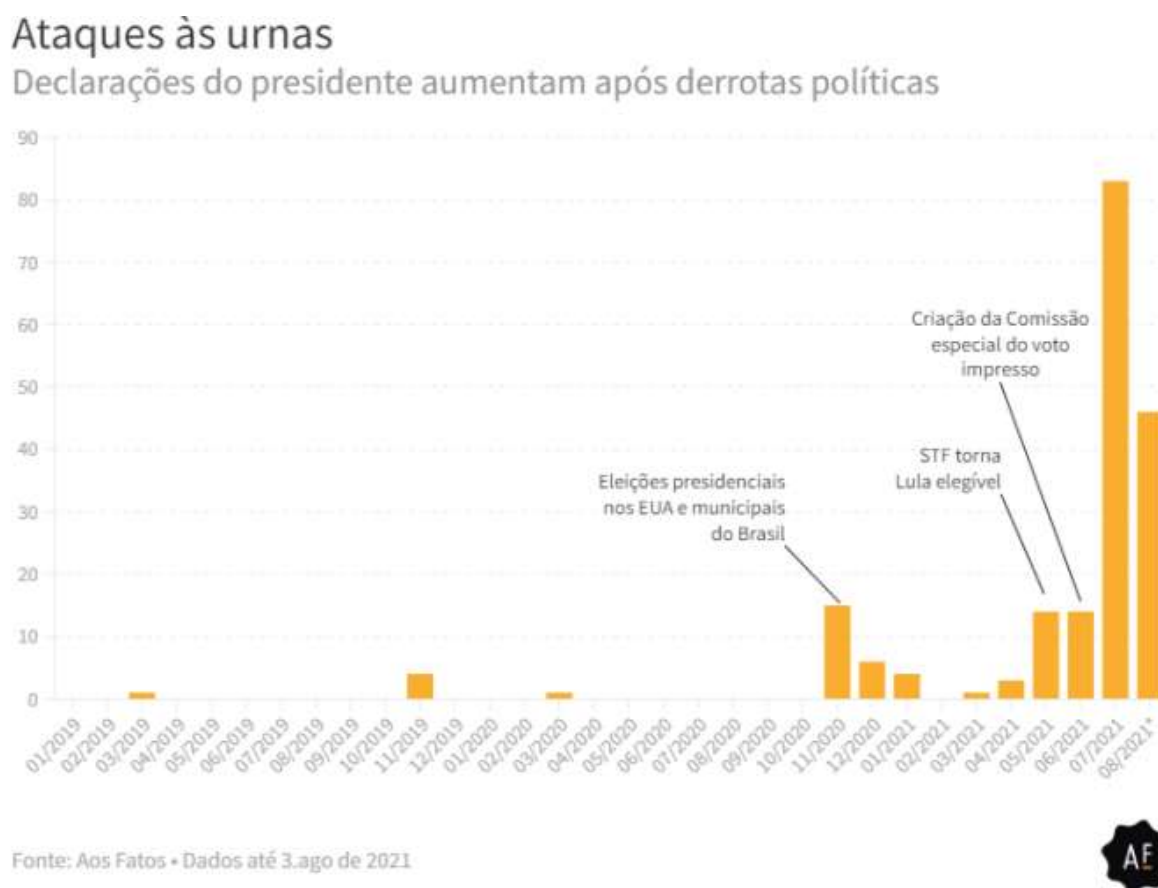
“se nós não tivermos o voto impresso em 2022, uma maneira de auditar o voto, nós vamos ter problema pior que os Estados Unidos” (Bolsonaro, Jair, 2021)⁹.

⁸ Disponível em: <https://x.com/realDonaldTrump/status/1324353932022480896>. acesso em: 14/01/2024

⁹ Disponível em <https://exame.com/brasil/bolsonaro-sem-voto-impresso-em-2022-vamos-ter-problema-pior-que-dos-eua/>. Acesso em: 14/01/2024

Em março de 2021, o STF anulou as condenações de Luiz Inácio Lula da Silva, que recuperou seus direitos políticos. Após este acontecimento, segundo levantamentos da agência *fact checking* - “Os Fatos” -, Bolsonaro quintuplicou o ataque às urnas¹⁰.

Figura 4 – Declarações do presidente de ataque às urnas



Fonte: Gráfico da “Aos Fatos”¹¹

Em abril de 2021, a deputada federal Bia Kicis (PL/DF) iniciou uma campanha para promover o voto impresso auditável, com o objetivo de influenciar a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 135/2019. De acordo com um estudo do projeto Digitalização e

¹⁰ Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-quintuplica-ataque-urnas-apos-stf-tornar-lula-elegivel/>. Acesso em: 14/01/2024

¹¹ Disponível em: Relatório da CPMI das Fake News, página 417. Acesso em: https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2023/10/17/relatorio-cpmi-versao-consolidada_231017_100010.pdf

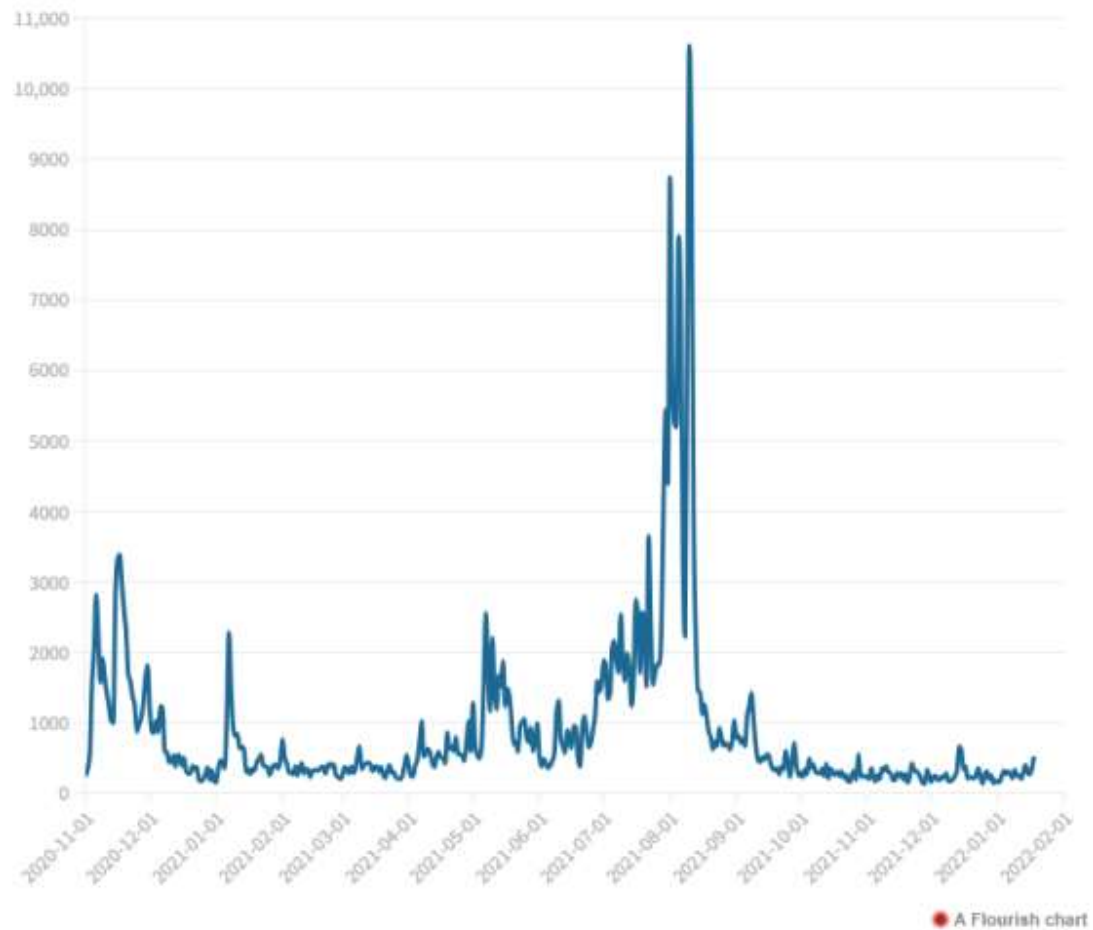
Democracia no Brasil, uma colaboração entre a Fundação Getúlio Vargas, projeto Democracia Digital (FGV-DAPP) e a Embaixada da Alemanha, neste período intensificaram nas redes sociais o número de postagens e interações sobre as fraudes nas urnas eleitorais¹². Este estudo analisou as postagens com acusações de fraude na urna eletrônica e defesa de voto impresso auditável publicadas no *Facebook* entre novembro de 2020 e janeiro de 2022, buscando entender quais eram as postagens, os atores e os *links* mais frequentes e populares em relação aos questionamentos sobre a credibilidade do nosso sistema eleitoral.

A maioria destas publicações têm origem nas páginas dos deputados federais Carla Zambelli (PL/SP), Bia Kicis (PL/DF), Filipe Barros (PL/PR), Eduardo Bolsonaro (PL/SP) e Carlos Jordy (PL/RJ). No entanto, foi a página oficial de Bolsonaro que registrou o maior engajamento, alcançando o maior número de interações. A média foi de 888 postagens por dia no *Facebook*, sendo o recorde de publicações no dia 10 de agosto de 2021, com 10.619 mensagens publicadas na plataforma.

¹² Disponível em: <https://democraciadigital.dapp.fgv.br/estudos/desinformacao-on-line-e-contestacao-das-eleicoes/>. Acesso em: 14/01/2024

Figura 5 - Frequência de postagens no Facebook sobre fraude nas urnas

Evolução de postagens no Facebook sobre fraude nas urnas e voto impresso
Período de análise: 2 de novembro de 2020 a 18 de janeiro de 2022



Fonte: CrowdTangle | Elaboração: FGV DAPP

Fonte: Democracia Digital¹³

O que a pesquisa apresenta é a notável coincidência, neste período analisado entre 2020 e 2022, entre a frequência das discussões sobre fraudes no sistema de votação eletrônico e eventos significativos como as eleições presidenciais de 2020 nos Estados Unidos, o ataque cibernético ao sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os atrasos na contagem dos votos do primeiro turno das eleições municipais de 2020 no Brasil, além da campanha para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 135/19, conhecida como PEC do Voto Impresso Auditável, rejeitada pela Câmara dos Deputados em agosto de 2021.

Outro marco importante a ser destacado, em julho de 2021, é a afirmação pública de Bolsonaro de ter provas sobre ter havido um processo fraudulento em 2018:

“Eu vou comprovar na semana que vem que Aécio Neves ganhou as eleições em 2014. O hacker veio aqui, né, com gente que entende de informática. Hacker do bem, né, mostrando”¹⁴ (Bolsonaro, Jair, 2021).

Essa escalada do discurso de Bolsonaro, inclui também o seu então ministro da Defesa, o general Braga Neto, afirmando que as eleições só ocorreriam como a existência do voto impresso auditável¹⁵, resultou na convocação de mobilizações de ruas para 1º de agosto daquele ano.

¹³ Disponível em: <https://democraciadigital.dapp.fgv.br/estudos/desinformacao-on-line-e-contestacao-das-eleicoes/>, Acesso em: 14/01/2024

¹⁴ Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/editorias/politica/2023/08/17/em-2021-em-entrevista-exclusiva-a-itatiaia-bolsonaro-falou-sobre-a-contratacao-de-um-hacker-do-bem-veja-video-exibido-na-cpmi>. Acesso em: 14/01/24

¹⁵ Disponível em: <https://www.plantaobrasil.net/news.asp?nID=117189>. Acesso em: 16/01/24

Figura 6 - Mensagens de whatsapp para mobilização dos atos



Fonte: Relatório CPMI do 8 de Janeiro¹⁶

Ainda antes das manifestações, Bolsonaro realizou *live* para apresentar as provas sobre a fraude eleitoral, com a participação do ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres; o coronel reformado do Exército Eduardo Gomes da Silva; Alexandre Hashimoto, professor da Faculdade de Tecnologia de São Paulo; o *youtuber* Jeteron Lordano; e o engenheiro especialista em segurança de dados Amilcar Filho. Contudo, como era de se esperar, o então presidente não

¹⁶ Disponível em: Relatório da CPMI do 8 de Janeiro (2023), pg. 424

conseguiu apresentar nenhuma prova contundente sobre as ditas fraudes eleitorais, tão somente depoimentos frágeis e sem base comprobatória. Contudo, como já era padrão de sua estratégia das “políticas de choque”, servia como um importante instrumento para mobilização das suas bases, e no dia 1º de agosto aconteceram manifestações em todo o País.

Figura 7 - Foto da manifestação de 1º de agosto na Avenida Paulista



Fonte: Relatório da CPMI do 8 de janeiro¹⁷

Após a transmissão ao vivo e os eventos subsequentes, houve uma série de desdobramentos significativos. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) instaurou um inquérito criminal contra o então presidente por disseminar informações falsas sobre o processo eleitoral e as urnas eletrônicas. O processo em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) instaurou um inquérito criminal contra o então presidente por disseminar informações falsas sobre o processo eleitoral e as urnas eletrônicas pode ser chamado de "inquérito criminal por disseminação de informações falsas" ou "inquérito sobre fake news eleitorais". Este tipo de inquérito visa investigar e potencialmente punir atos que

¹⁷ Disponível em: Relatório da CPMI do 8 de Janeiro (2023), pg. 427

comprometam a integridade e confiabilidade do processo eleitoral através da propagação de notícias falsas.

Por outro lado, paralelamente, uma carta de militares da reserva defendeu o voto impresso auditável. E, no dia 6 de agosto de 2021, no mesmo dia em que estava prevista a votação da PEC 135/2019, o presidente organizou um "treinamento" militar com um desfile de blindados na Esplanada dos Ministérios, visando pressionar o Congresso Nacional. No entanto, tanto o desfile quanto a tentativa de influenciar o Congresso não alcançaram os resultados esperados: tanques antigos emitindo fumaça marcaram o desfile, e a PEC 135 foi rejeitada pelo Congresso Nacional (CONGRESSO, 2023, p. 429).

Figura 7 - Tanque soltando fumaça em desfile de treinamento militar no dia da votação da PEC 135/2019



Fonte: Relatório da CPMI do 8 de janeiro ¹⁸

¹⁸ Disponível no relatório da CPMI d o 8 de janeiro (2023), pg. 429. Acesso em: https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2023/10/17/relatorio-cpmi-versao-consolidada_231017_100010.pdf

A escalada de tensões continuou. Após o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentar um relatório técnico¹⁹ sobre o sistema eletrônico de votação, demonstrando a sua confiabilidade, Bolsonaro convoca seus apoiadores para o dia 7 de setembro e, em plena Avenida Paulista, torna a questionar as urnas eletrônicas e o Tribunal Superior Eleitoral.

Em um processo de grande ebulição do tensionamento entre o atual presidente e os ministros do TSE e do STF, Bolsonaro faz um primeiro gesto de recuo, e divulga uma carta que, em tese, foi escrita pelo ex-presidente Michael Temer²⁰:

“Declaração à Nação

No instante em que o país se encontra dividido entre instituições é meu dever, como Presidente da República, vir a público para dizer:

- 1. Nunca tive nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes. A harmonia entre eles não é vontade minha, mas determinação constitucional que todos, sem exceção, devem respeitar.*
- 2. Sei que boa parte dessas divergências decorrem de conflitos de entendimento acerca das decisões adotadas pelo Ministro Alexandre de Moraes no âmbito do inquérito das fake news.*
- 3. Mas na vida pública as pessoas que exercem o poder, não têm o direito de “esticar a corda”, a ponto de prejudicar a vida dos brasileiros e sua economia.*
- 4. Por isso quero declarar que minhas palavras, por vezes contundentes, decorreram do calor do momento e dos embates que sempre visaram o bem comum.*

¹⁹ Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/KEY%253AACORDAO-COMPLETO-2495787/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0. Acesso em: 16/01/2024

²⁰ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/declaracao-divulgada-por-jair-bolsonaro-foi-redigida-por-michel-temer/>. Acesso em: 16/01/2024

5. *Em que pesem suas qualidades como jurista e professor, existem naturais divergências em algumas decisões do Ministro Alexandre de Moraes.*
6. *Sendo assim, essas questões devem ser resolvidas por medidas judiciais que serão tomadas de forma a assegurar a observância dos direitos e garantias fundamentais previsto no Art 5º da Constituição Federal.*
7. *Reitero meu respeito pelas instituições da República, forças motoras que ajudam a governar o país.*
8. *Democracia é isso: Executivo, Legislativo e Judiciário trabalhando juntos em favor do povo e todos respeitando a Constituição.*
9. *Sempre estive disposto a manter diálogo permanente com os demais Poderes pela manutenção da harmonia e independência entre eles.*
10. *Finalmente, quero registrar e agradecer o extraordinário apoio do povo brasileiro, com quem alinho meus princípios e valores, e conduzo os destinos do nosso Brasil.*

DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA

Jair Bolsonaro

Presidente da República federativa do Brasil”

2022: momentos que antecederam as eleições presidenciais

Contudo, essa estratégia de não atacar as urnas e a democracia durou pouco tempo. Já nos primeiros meses do ano eleitoral, em 2022, Bolsonaro voltou a atacar as urnas eletrônicas e o processo eleitoral, que tem como principal fato o dia 18 de julho deste ano, quando o então presidente resolve reunir embaixadores no Palácio do Planalto para atacar as urnas eletrônicas, e sem apresentar provas, afirmar que elas não seriam seguras²¹. Este fato, inclusive, resultou posteriormente no julgamento, pelo TSE, da inelegibilidade de Bolsonaro.

²¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/30/relembre-a-reuniao-de-bolsonaro-com-embaixadores-que-o-tornou-inelegivel.ghtml>. Acesso em: 16/01/2024

Desse desdobramento houve ainda a contratação do *hacker* Walter Delgatti, pela deputada federal Carla Zambelli (PL/SP), que em depoimento à CPMI do 8 de Janeiro de 2024 afirmou que lhe foi proposto demonstrar a vulnerabilidade do sistema eleitoral brasileiro invadindo uma urna eletrônica. Delgatti explicou que isso seria impossível, pois as urnas operam *offline* e sem conexão à *internet*. A única opção seria alterar o código-fonte, algo impraticável devido aos rigorosos testes prévios a que cada urna é submetida (CONGRESSO, 2023).

Diante da impossibilidade de invadir as urnas, discutiu-se a criação de uma falsa invasão usando uma urna isolada, fornecida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), onde Delgatti introduziria um código-fonte modificado, não oficial do TSE, para alterar os resultados da votação. Essa simulação seria usada para criar um vídeo que mostraria, de maneira enganosa, como os votos poderiam ser manipulados (CONGRESSO, 2023).

Essa proposta foi discutida com Duda Lima, marqueteiro responsável pelas campanhas eleitorais de 2022 de TV e rádio de Bolsonaro. O vídeo seria usado como alegação de potencial fraude eleitoral, talvez durante a campanha ou no evento do Bicentenário da Independência, em 7 de setembro de 2022 (CONGRESSO, 2023).

Delgatti, conhecido por seu envolvimento anterior no caso Vaza-Jato²², foi considerado para dar credibilidade à narrativa de vulnerabilidade das urnas. No entanto, o plano não avançou porque a proposta acabou sendo divulgada pela revista "Veja". Delgatti também mencionou um encontro não oficial com Bolsonaro e outras autoridades no Palácio da Alvorada, onde a proposta teria sido discutida mais detalhadamente (CONGRESSO, 2023, pg. 445 a 446).

Em 7 de setembro de 2022, apoiadores de Bolsonaro mobilizaram-se novamente pedindo voto impresso, e aproveitaram para expor alegadas vulnerabilidades das urnas eletrônicas. Já em 28 de setembro, às vésperas das eleições, o Partido Liberal (PL), representando Bolsonaro,

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos>. Acesso em: 16/01/2024

²² Walter Delgatti Neto, conhecido como "Vermelho", é o hacker que vazou conversas entre membros da Operação Lava Jato (2014 a 2021), divulgadas pelo site The Intercept Brasil em 2019. As mensagens sugeriam conluio entre o juiz Sérgio Moro e procuradores, gerando controvérsia sobre a imparcialidade da operação. Esse vazamento gerou grande controvérsia e debate sobre a imparcialidade da operação e seu impacto político no Brasil.

publicou um resumo de auditoria intitulado "Resultados da Auditoria de Conformidade do PL no TSE". Este documento listava 24 supostas fragilidades do sistema eleitoral brasileiro. O responsável pelo levantamento, Carlos Rocha, do Instituto Voto Legal, afirmou que a iniciativa de divulgação partiu do PL. Em resposta, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) classificou as conclusões como "falsas e mentirosas", acusando o relatório de conter informações fraudulentas e de ser uma tentativa de prejudicar o processo eleitoral. O ministro Benedito Gonçalves, corregedor eleitoral nas eleições de 2022, exigiu que o PL explicasse a origem dos recursos usados na produção do relatório (CONGRESSO, 2023, pg. 450 a 451).

O primeiro e segundo turnos das eleições presidenciais de 2022 foram envoltos por esta narrativa de fraudes eleitorais e tentativas de desacreditar a justiça eleitoral, e as urnas eletrônicas. No dia 11 de outubro, durante um comício em Pelotas, Jair Bolsonaro questionou a integridade do sistema eleitoral e incentivou seus apoiadores a permanecerem próximos aos locais de votação até o anúncio dos resultados²³. Essa postura foi interpretada como uma tentativa de questionar a legitimidade das eleições e suscitar alegações de fraude eleitoral. Após esta convocação, grupos bolsonaristas no *Telegram* começaram a planejar atos que incluíam bloqueios de estradas e ocupações, sugerindo até mesmo ações de contragolpe em caso de desfavorabilidade nos resultados eleitorais²⁴.

As mensagens divulgadas nestes grupos incluíam convocações para que caminhoneiros e agricultores bloqueassem rodovias, e para que a população cercasse locais de apuração eleitoral. Esse ambiente inflamado também refletiu acusações de violência política e assédio eleitoral durante o período eleitoral, com denúncias de coação por parte de empregadores que favoreciam Bolsonaro, além de episódios de confronto direto, como o envolvimento da deputada Carla Zambelli (PL/SP) em um incidente armado²⁵²⁶.

²³ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-convoca-apoiadores-a-ficarem-em-secoes-eleitorais-durante-apuracao-do-segundo-turno/>. Acesso em: 16/01/2024

²⁴ Disponível em: <https://apublica.org/sentinela/2022/11/bloqueio-de-estradas-foi-articulado-nas-redes-semanas-antes-da-votacao/>. Acesso em: 16/01/2024

²⁵₄

²⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/no-jardins-sp-carla-zambelli-saca-arma-e-aponta-para-manifestante.ghtml>. Acesso em: 16/01/2024

Outro fato marcante deste processo foi a alegação feita por parte do ministro da Comunicação de Bolsonaro, Fábio Faria, da desigualdade na transmissão de propaganda eleitoral. Ele afirmou que as rádios deixaram de veicular ao menos 154 mil inserções da propaganda eleitoral da campanha à reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL)²⁷ - que levou à uma série de acusações contra o TSE, culminando com pedidos de adiamento das eleições e tentativas de desestabilização do processo eleitoral, caracterizando uma crise que envolveu diversas camadas da sociedade e instituições brasileiras.

A ebulição das ruas - o pós resultado das eleições e a intensificação dos movimentos golpistas

Após o segundo turno das eleições em 30 de outubro de 2022, onde Lula obteve 50,90% dos votos e Bolsonaro 49,10%, tentativas de anular o resultado eleitoral se intensificaram. Bolsonaro não reconheceu sua derrota, permanecendo em reclusão e evitando pronunciamentos públicos. Durante este período, várias frentes de contestação foram formadas, incluindo uma frente popular de "patriotas", uma frente empresarial de suporte financeiro, e uma frente institucional composta por políticos e militares aliados a Bolsonaro (CONGRESSO, 2023).

A desinformação sobre fraude eleitoral circulou amplamente, acusando o processo de totalização dos votos de ser manipulado por um "algoritmo". Essa teoria ecoava táticas usadas anteriormente em outras eleições, como nos EUA. Além disso, ocorreram apelos para uma intervenção das Forças Armadas, baseados em uma interpretação distorcida do artigo 142 da Constituição brasileira.

Influenciadores digitais e políticos bolsonaristas amplificaram estas narrativas, culminando em um ambiente carregado de tensões e falsas alegações que buscavam deslegitimar o resultado eleitoral. Essa conjuntura foi marcada por tentativas de obstruir a diplomação de Lula e propostas

²⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/24/campanha-de-bolsonaro-alega-que-rádios-deixaram-de-veicular-insercoes-da-propaganda-do-presidente.ghtml>. Acesso em: 16/01/2024

de golpes de Estado, como revelado por conversas e documentos associados a figuras próximas a Bolsonaro.

Essas tentativas incluíram manobras para reverter ou questionar os resultados através de ações no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e outras instâncias, mas não obtiveram êxito. As alegações de fraude foram amplamente desmentidas e os esforços para mudar o resultado foram repudiados pela justiça, e pela sociedade brasileira.

O bloqueio das rodovias

Contudo os tensionamentos somente se intensificaram, houve uma mobilização significativa de grupos bolsonaristas, que incluiu o bloqueio de rodovias em diversos estados. Essa mobilização foi parte de um esforço mais amplo para deslegitimar o resultado eleitoral. Os caminhoneiros, muitos dos quais afirmaram estar em "guerra", foram uma das faces mais visíveis deste movimento, com bloqueios que criaram impactos substanciais, incluindo o cancelamento de voos e a interrupção do acesso a serviços essenciais.

Nós não estamos em uma movimentação de paralisação, nós estamos em uma guerra. E pedimos também que a PRF nos ajude e não venha se intrometer, porque, se vier, não vai ser coisa boa, porque guerra é guerra. (Eliseu Rosário, líder caminhoneiro) (CONGRESSO, 2024, pg. 509).

A inteligência da Polícia Rodoviária Federal (PRF) já tinha indícios de tais ações planejadas, contradizendo alegações de surpresa por parte de autoridades. As manifestações, que começaram na noite de 30 de outubro, se intensificaram nos dias seguintes, alcançando um pico de quase 450 bloqueios registrados em um único dia. Esses eventos foram caracterizados por uma combinação de paralisações organizadas e atos mais violentos, como ataques à infraestrutura e sabotagem (CONGRESSO, 2023).

Autoridades e instituições, como a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e a PRF, foram criticadas por uma suposta leniência, ou até apoio implícito aos bloqueios. As polícias estaduais e a PRF, sob ordem do STF, trabalharam para desobstruir as vias, mas enfrentaram desafios significativos devido à organização e radicalização dos manifestantes.

A participação e o financiamento de empresários nos bloqueios foram evidenciados, revelando uma coordenação que transcendia os protestos espontâneos. Essa situação levantou questões sobre a influência política e econômica no movimento, além de expor a participação de figuras públicas e lideranças do agronegócio.

Em resposta, houve tentativas de desmobilização, com algumas entidades representativas dos caminhoneiros e transportadoras se posicionando contra as paralisações. Apesar das ações governamentais e judiciais para conter os bloqueios, eles persistiram de forma esporádica, mantendo o País em um estado de alerta e tensão.

Os acampamentos golpistas

Outra importante mobilização dos extremistas após as eleições de 2022 foram os acampamentos golpistas estabelecidos em frente a unidades militares no Brasil, que se tornaram centros de resistência contra os resultados eleitorais. Esses acampamentos, que começaram logo após declarações de líderes políticos incentivando manifestações pacíficas, rapidamente evoluíram para pontos de mobilização para uma ação antidemocrática mais organizada.

Figura 8 - mobilizações nas redes sociais para os acampamentos golpistas



Fonte: Relatório da CPMI do 8 de janeiro²⁸

²⁸ Disponível em relatório da CPMI do 8 de janeiro, pg. 525, acesso em:
https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2023/10/17/relatorio-cpmi-versao-consolidada_231017_100010.pdf

Os acampamentos foram frequentemente localizados perto de quartéis militares, buscando persuadir as Forças Armadas a apoiar uma ruptura institucional, sob a falsa premissa de um apoio popular significativo para tal movimento. A mobilização incluiu o uso de carros de som e equipamentos pesados, para exibir grandes bandeiras nacionais, e as manifestações foram caracterizadas por um forte nacionalismo, com participantes vestindo as cores da bandeira brasileira e cantando o hino nacional²⁹.

Inicialmente descritos como pacíficos pelas autoridades de defesa, os acampamentos foram tolerados e até encorajados por figuras públicas e líderes políticos, que viam neles uma forma de contestação legítima. No entanto, essa tolerância permitiu que os acampamentos se solidificaram como plataformas para convocar greves gerais e outras ações radicais, incluindo chamados para intervenção militar direta e impugnação dos resultados eleitorais.

A escalada dos eventos nos acampamentos refletia uma mistura de esperança manipulada por mensagens políticas e a disseminação de desinformação. Líderes como Luciano Hang e Valdemar Costa Neto foram citados incentivando a continuidade das manifestações, prometendo que a luta resultaria em mudanças significativas, apesar das crescentes evidências de que essas ações estavam fora da lei.

Esses acampamentos, embora inicialmente pequenos e compostos principalmente por grupos isolados de autônomos e militares reformados, cresceram em tamanho e intensidade. A situação foi agravada pelo apoio e pela coordenação de empresários e políticos que usaram sua influência e recursos para mobilizar suporte logístico e financeiro.

No entanto, apesar da intensa mobilização e do apoio externo, muitos desses acampamentos não conseguiram alcançar seus objetivos políticos e acabaram dispersados pelas autoridades, especialmente após ações judiciais que exigiam a liberação das vias públicas e o fim das ocupações ilegais. A persistência desses acampamentos, no entanto, deixou um legado de

²⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/30/entenda-acampamentos-bolsonaristas-violencia-terrorismo.ghtml> . Acesso em: 16/01/2024

divisão e mostrou as profundas fissuras dentro da sociedade brasileira em relação à democracia e à ordem constitucional.

O acampamento golpista em Brasília, estabelecido na Praça dos Cristais em frente ao quartel-general do Exército, começou na noite do dia 2 de novembro e rapidamente se transformou em uma estrutura complexa. Equipado com palco, carro de som, tendas, gerador de energia, e banheiros químicos, o local tornou-se um ponto de encontro para manifestantes que reivindicavam uma intervenção militar, após os resultados eleitorais.

Além da infraestrutura básica, o acampamento oferecia três refeições diárias e contava com doações constantes de alimentos, incluindo carnes nobres e até bois inteiros assados. A comida era frequentemente preparada e servida por voluntários locais. As instalações evoluíram para incluir painéis solares, acesso a banho quente, *internet wi-fi*, e áreas destinadas a atividades religiosas, infantis, médicas, e até estúdios de gravação (CONGRESSO, 2023).

O acampamento cresceu para se tornar uma “minicidade golpista”, organizada em ilhas de barracas reforçadas para proteção contra as chuvas, algumas alugadas a altos custos diários. Recebia caravanas de várias regiões do Brasil, e era frequentado por uma mistura de autônomos, aposentados, militares reformados, e alguns militares da ativa, apesar das proibições regimentais.

Figura 9 - Apoiadores de Bolsonaro em Acampamento em Brasília Protestam Contra Resultados Eleitorais



Fonte: PODER360. Centenas de manifestantes seguem acampados em Brasília. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/eleicoes/centenas-de-manifestantes-seguem-acampados-em-brasilia/>.

Acesso em: 13 jul. 2024.

A imagem mostra um acampamento de apoiadores de Jair Bolsonaro em Brasília. As faixas exibem mensagens como "Presidente Bolsonaro", "Acione as Forças Armadas contra a fraude eleitoral" e "1º Acampamento / Companhia 01 do 06". Outras inscrições incluem "S.O.S FFAA" e "Entrega de doações somente pela organização ABRAPA-01". O acampamento é decorado com bandeiras do Brasil e pessoas vestidas de verde e amarelo. Estas mensagens refletem o descontentamento com o resultado das eleições e a demanda por intervenção das forças armadas.

Figura 10 - QR Code: Vídeo dos Protestos em Frente ao QG do Exército em Brasília dezembro de 2022



Fonte: PODER360. Imagens de ativistas em frente ao QG do Exército, em Brasília. YouTube, 30 dez. 2022.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TanVRMnSdVI>. Acesso em: 13 jul. 2024.

Centenas de manifestantes contrários à vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições presidenciais de 2022 continuam acampados em frente ao Quartel General do Exército em Brasília nesta sexta-feira (30 de dezembro de 2022). Desde que o petista venceu a disputa contra o atual presidente, Jair Bolsonaro (PL), os manifestantes se reuniram em frente aos quartéis em todo o Brasil, discordando do resultado das eleições e pedindo “intervenção federal”.

O canal Poder360, que conta com 1,4 milhões de inscritos, esteve presencialmente no local na manhã e no final da tarde desta sexta-feira, assim como na tarde de quinta-feira (29 de dezembro), e notou um movimento significativo no local. Durante a cobertura, não havia viaturas das forças policiais do Distrito Federal presentes na área.

O vídeo, com duração de 2 minutos e 14 segundos, mostra as imagens dos manifestantes em frente ao QG do Exército em Brasília e já alcançou 30.295 visualizações. Publicado no dia 30 de dezembro de 2022, o vídeo documenta a persistência dos protestos e a demanda dos manifestantes por uma intervenção federal. Para mais detalhes, a reportagem completa pode ser lida no site do Poder360.

Figura 11 - QRCODE: As Melhores (e Piores) Reações dos Bolsonaroistas à Vitória de Lula | Eleições 2022



Fonte: CARTACAPITAL. As melhores (e piores) reações dos bolsonaristas à vitória de Lula | Eleições 2022. YouTube, 3 nov. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eR7CvpYoFOM>. Acesso em: 13 jul. 2024.

Publicado pelo canal CartaCapital, com 585 mil inscritos, o vídeo "As Melhores (e Piores) Reações dos Bolsonaroistas à Vitória de Lula" já conta com 630.363 visualizações desde sua publicação em 3 de novembro de 2022. O vídeo apresenta uma compilação das reações de apoiadores de Bolsonaro, que, embalados por fake news e pela esperança em um golpe ou "intervenção federal", vêm organizando protestos em rodovias e nas portas de quartéis militares. CartaCapital mostra alguns dos momentos mais notáveis e controversos desses atos golpistas. Os espectadores são convidados a se tornarem membros do Clube do Canal para acessar benefícios.

Medidas de segurança, como a utilização de rádios-comunicadores e profissionais de segurança, para monitorar e identificar infiltrados, foram implementadas para proteger o acampamento. O pico de manifestantes ocorreu em 15 de novembro, com cerca de 100.000 pessoas reunidas, mas o número começou a diminuir com a aproximação da Copa do Mundo e o avanço de dezembro. Mesmo assim, muitas barracas permanecessem montadas para manter a impressão de uma mobilização contínua.

A radicalização do movimento golpista em Brasília intensificou-se após o discurso de Bolsonaro em 9 de dezembro, interpretado como um estímulo a ações mais assertivas dos seus apoiadores.

“Tenho certeza que entre as minhas funções garantidas na Constituição é ser o chefe supremo das Forças Armadas. As Forças Armadas são essenciais em qualquer país do mundo. Sempre disse ao longo desses quatro anos que as Forças Armadas são os últimos obstáculos para o socialismo. As Forças Armadas, tenho certeza, estão unidas, e devem, assim como eu, lealdade ao nosso povo, respeito à Constituição e são um dos grandes responsáveis pela nossa liberdade...” ³⁰.

As expressões de violência tornaram-se mais frequentes e explícitas nas conversas e manifestações dentro dos acampamentos, com declarações alarmantes sobre o uso de violência física e armada como meios legítimos de contestação política.

Na medida em que dezembro avançava, o acampamento em Brasília, descrito como uma "minicidade golpista", começou a esvaziar-se dos participantes mais moderados, deixando para trás um núcleo radicalizado, disposto a adotar táticas extremas. Grupos paramilitares e extremistas, como os "boinas vermelhas" e elementos neonazistas e supremacistas, estabeleceram presença significativa e influente no local (CONGRESSO, 2023).

O ápice da violência ocorreu em dezembro, culminando no dia 12, quando manifestantes tentaram invadir a sede da Polícia Federal, atacaram uma delegacia de polícia e incendiaram veículos em Brasília. Esses eventos estavam claramente conectados ao acampamento, onde os participantes se organizavam e partiam para realizar essas ações violentas³¹.

³⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/12/09/bolsonaro-discurso-9-de-dezembro.htm?cmpid=copiaecola>. Acessado em: 16/01/2024

³¹ Disponível em: < <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/12/bolsonaristas-radicaes-depredam-carros-em-frente-ao-predio-da-policia-federal-no-df.ghtml>>. Acessado em: 16/01/2024

Figura 12 – Ônibus queimado



Fonte: Ueslei Marcelino/Reuters

Figura 13 – Cena guerra no DF



Fonte: Walter Rocha/TV Globo

Essa escalada de eventos destacou a presença e possível coordenação entre grupos armados e manifestantes radicalizados, apontando para um aumento preocupante na capacidade, e na vontade, de realizar atos violentos que desafiavam diretamente a ordem democrática e o estado de direito no Brasil.

No dia 24 de dezembro, um atentado terrorista foi evitado em Brasília, quando uma bomba foi encontrada e desarmada em um caminhão-tanque carregado com querosene de aviação no Aeroporto Internacional de Brasília. George Washington de Oliveira Sousa, frequentador do acampamento golpista, foi preso e confessou ter preparado o explosivo com a intenção de desencadear o caos e forçar a decretação de um estado de sítio³².

³² Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/politica/2022/12/atentado-a-bomba-em-brasilia-foi-acao-de-grupo-bolsonarista/>>. Acesso em: 16/01/2024

As investigações revelaram que o atentado foi meticulosamente planejado dentro do acampamento golpista, com a colaboração de outros manifestantes. A polícia encontrou um arsenal significativo em posse de Washington, indicando preparativos para uma escalada de violência. Este episódio foi parte de uma série de ações coordenadas visando desestabilizar a ordem democrática, e provocar uma intervenção militar.

Nos preparativos para o dia 8 de janeiro, os manifestantes bolsonaristas, frustrados com a falta de uma ação decisiva das Forças Armadas após a posse de Lula, intensificaram suas atividades. Convocações para uma invasão maciça em Brasília circulavam em redes sociais e aplicativos de mensagens, com detalhes sobre como agir, a quem recrutar, e como se preparar para confrontos violentos, indicando uma ação planejada e organizada para desestabilizar o governo recém-empossado (CONGRESSO, 2023).

À medida que se aproximava o dia 8 de janeiro, os preparativos para uma grande manifestação em Brasília ganham forma através de uma organização meticulosa e um apelo direto para ações disruptivas, e potencialmente violentas. Mensagens e vídeos incentivando a participação neste grande ato circulavam amplamente em plataformas de comunicação como *Telegram*, *WhatsApp* e redes sociais. Utilizando termos codificados como "Festa da Selma", os organizadores buscavam despistar monitoramentos e, ao mesmo tempo, coordenar o transporte de manifestantes de diversas partes do País para a capital federal (CONGRESSO, 2023).

As instruções distribuídas aos participantes eram detalhadas e incluíam orientações sobre itens de proteção pessoal, como máscaras contra gás e soro fisiológico, indicando a expectativa de confrontos com a polícia. Além disso, eram fornecidas dicas sobre como agir durante estes confrontos, ressaltando a necessidade de resistência, e a preparação para um cenário de repressão intensa. A mobilização foi pensada para ser uma ação simultânea e maciça, visando invadir simultaneamente os prédios dos três poderes governamentais, o que indicava uma tentativa de

impedir qualquer resposta eficaz das forças de segurança pela divisão de foco, e pela quantidade de pessoas envolvidas.

Essa estratégia de caos e pressão sobre as instituições democráticas foi amplamente discutida e promovida entre os grupos mais radicais, revelando não apenas a intenção de protestar, mas de provocar uma ruptura democrática, fundamentadas em narrativas de fraude eleitoral e conspirações. A intensidade dos preparativos, e o grau de detalhamento nas instruções refletiam um esforço coordenado e perigoso, que mirava não apenas uma manifestação de descontentamento, mas um verdadeiro ato de insurreição contra a ordem democrática estabelecida (CONGRESSO, 2023).

E é, então, que entramos no dia 8 de janeiro, o dia que não acabou.

Dia 8 de janeiro, "o golpe frustrado" e o dia que não acabou

“Agora é tudo ou nada” (grito de guerra do acampamento golpista, 07/01/2023)³³

“Quebra tudo! Tem que quebrar tudo!” (manifestantes durante a invasão do STF, 08/01/2023759)³⁴

Nos dias que antecederam o 8 de janeiro, houve uma série de alertas de inteligência sobre o risco de invasões e ataques violentos a Praça dos Três Poderes, incluindo alertas sobre a circulação de mensagens agressivas nas redes sociais convocando para os protestos. No dia 5 de janeiro a Abin apresentou relatórios e comunicados às autoridades:

“Foram identificadas, em redes sociais digitais, mensagens de convocação e de organização de caravanas para a capital federal,

³³ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/esplanada-e-fechada-para-protestos-de-bolsonaristas/>, pesquisado no dia 16/01/2024

³⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/08/golpistas-invadem-predio-do-stf-e-destroem-plenario.htm>, pesquisado no dia 16/01/2024

manifestações, paralisações e greves para os próximos dias. Não há dados que indiquem efetiva mobilização popular ou de setores da sociedade para as ações convocadas” (CONGRESSO, 2023, p. 628).

O general Marco Edson Gonçalves Dias, ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), ativou o "Plano Escudo" em 5 de janeiro para reforçar a proteção ao Palácio do Planalto, embora esta medida pareça não ter sido efetivamente seguida pelo GSI³⁵ (CONGRESSO, 2023, p. 628).

As autoridades realizaram seguidas reuniões para coordenar as respostas de segurança, e várias medidas preventivas foram propostas, como o fechamento da Praça dos Três Poderes para pedestres e veículos. Contudo, relatórios indicavam uma falha na comunicação e na execução destas medidas de segurança, o que pode ter contribuído para o sucesso das invasões (CONGRESSO, 2023).

No dia anterior ao ataque, o secretário de Segurança Pública do DF embarcou em viagem internacional, e o comando da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) expressou resistência ao emprego da Força Nacional de Segurança. Esses fatos, juntamente com a permissão dada pelo governador do DF para a realização de manifestações na Esplanada dos Ministérios, apontam para uma significativa descoordenação e falta de preparação adequada das autoridades para enfrentar as ameaças identificadas, culminando nos eventos violentos do dia 8 de janeiro (CONGRESSO, 2023).

Na manhã do dia 8 de janeiro de 2023, a ABIN forneceu três alertas detalhados, começando às 8h53min e 9h, destacando a chegada de 101 ônibus carregados de manifestantes em Brasília, muitos dos quais traziam equipamentos de acampamento e mantimentos. Esses manifestantes dispersaram-se pela cidade, alguns hospedando-se em hotéis. Vias importantes, como a Avenida

³⁵ Notas taquigráficas da 16a reunião da CPMI. Oitiva de Marco Edson Gonçalves Dias. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2023/10/17/relatorio-cpmi-versao-consolidada_231017_100010.pdf

do Exército, foram bloqueadas, e atividades como churrascos foram observadas no estacionamento da Catedral Rainha da Paz. Um segundo alerta, às 10h, informou sobre a continuação da chegada de manifestantes, mas em um ritmo mais lento. Esse alerta também notou um aumento significativo no número de barracas e estruturas maiores. Os manifestantes decidiram que a marcha para a Esplanada dos Ministérios só começaria após a chegada de todas as caravanas, sem um horário definido para o início, demonstrando um alto grau de organização e preparação para os atos previstos (CONGRESSO, 2023).

Antecipando a presença de um público estimado entre 3.000 e 4.000 indivíduos, a Polícia Militar do Distrito Federal decidiu mobilizar um contingente de 580 oficiais para o evento, incluindo 180 praças em fase de treinamento, que não possuem experiência prática em confrontos ou na gestão de distúrbios. Em contraste, dias antes, para a cerimônia de posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi designado um efetivo de 2.051 policiais, e o evento ocorreu de maneira tranquila, sem registros de incidentes notáveis.

O comandante da PMDF justifica a mobilização de um número de policiais consideravelmente menor para o evento subsequente, alegando uma diferença significativa nas expectativas de público para cada ocasião. Entretanto, também reconhece uma falha em não prever como seria o ânimo dos participantes no evento de 8 de janeiro, apesar dos comunicados seguidos da ABIN, que inclusive anunciava:

“Em Brasília, continua a chegada de manifestantes no QG do Exército, mas em fluxo menor que o registrado ontem. Houve incremento significativo no número de barracas de ontem para hoje, inclusive com instalação de estruturas maiores. Permanecem convocações e incitações para deslocamento até a Esplanada dos Ministérios, ocupações de prédios públicos e ações violentas. Em votação, decidiram que a marcha só iniciará quando todas as caravanas chegarem e estão evitando divulgar um horário para o início. Há um pequeno grupo de manifestantes na Av. das Bandeiras” (CONGRESSO, 2023, pg. 644).

No dia 8 de janeiro, os demais militares foram colocados em estado de sobreaviso, tendo que se apresentar no quartel caso fossem convocados, ao invés de serem mantidos em prontidão,

o que implicaria em estarem previamente aquartelados e prontos para ação imediata. A discrepância entre estas duas abordagens residem precisamente no tempo de reação, e na capacidade operacional da polícia diante de emergências, o que se revelou crucial conforme os eventos se desenrolaram naquele mesmo dia (CONGRESSO, 2023).

Figura 14 - Começo dos Atos Golpistas, rumo a Esplanada



Fonte: Relatório Final da CPMI dos Atos de 8 de janeiro de 2023³⁶

³⁶ Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2023/10/17/relatorio-cpmi-versao-consolidada_231017_100010.pdf Acesso em: 20/10/2023

Figura 15 - QRCODE: Vídeo: 8 de Janeiro: o dia que abalou o Brasil



Fonte: BBC NEWS BRASIL. Documentário BBC | 8 de Janeiro: o dia que abalou o Brasil. YouTube, 5 jul. 2023.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MxciQQRUMNk> Acesso em: 13 jul. 2024.

Este documentário especial da BBC News Brasil, apresentado pela repórter Camilla Veras Mota e pelo videojornalista Giovanni Bello, examina os eventos de 8 de janeiro de 2023, quando apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram e vandalizaram as sedes dos Três Poderes em Brasília: Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal.

Inconformados com a derrota eleitoral e influenciados por notícias falsas e teorias da conspiração, muitos dos invasores acreditavam que as Forças Armadas interviriam para derrubar o governo recém-empossado de Luiz Inácio Lula da Silva. As cenas de destruição causaram choque e viraram manchete mundial.

O documentário reúne depoimentos de testemunhas e especialistas para reconstruir os acontecimentos que levaram aos ataques, proporcionando uma análise detalhada do que ocorreu naquele dia.

Os relatos que se seguem, como o dos militares presentes nos eventos, conforme constam no relatório final da CPMI dos atos golpistas, são reveladores quanto à inusitada preparação e

violência dos manifestantes. O depoimento do segundo-tenente Marco Aurélio Texeira Feitosa é particularmente elucidativo:

“Por jamais termos lidado com vândalos tão preparados como eles, fomos contidos em cima da cúpula, com toda a sorte de objetos, então eles tinham coquetel molotov, tinham pedras, paus, barras de ferro, eles usavam estilingues com bolas de ferro (...) Observando que nós seríamos cercados ali em cima do Congresso, nós seríamos massacrados literalmente (...) Nós entramos literalmente em vias de fato contra esses vândalos, em momento tenso, que lutamos por nossa própria vida. Todos nós sendo agredidos” (CONGRESSO NACIONAL, 2023, Relatório Final - CPMI dos Atos de 8 de Janeiro de 2023, pg. 661).

Encontramos a mesma afirmação no depoimento do coronel Jorge Naime à CPMI dos atos do dia 8 de Janeiro do Congresso Nacional, que afirmou a existência de um *modus operandi* coordenado nos atos, uma linha de ataque com bombas e coquetel *molotov*. Quando invadem o Congresso Nacional, por exemplo, os vândalos com balaclavas de cor escura se dividiram em duas frentes, na primeira formada por homens que quebravam as entradas e faziam o enfrentamento com a polícia legislativa, e uma segunda linha de pessoas mais velhas que davam o suporte de água para este primeiro pelotão.

“O grupo posto em linha de frente, munido de armas impróprias, arremessava contra os policiais legislativos objetos contundentes, como pontas de aço, paus, chumbadas e diversos itens do mobiliário da Casa Legislativa.[...]. Paralelamente, os indivíduos agrupados na linha de retaguarda davam suporte, abrindo extintores de incêndio para dificultar a visibilidade da equipe policial e direcionando jatos d’água para enfraquecer a linha” (CONGRESSO NACIONAL, 2023, pg. 668).

Segundo o relatório da CPMI dos atos golpistas de 8 de janeiro, a invasão às edificações dos poderes começou às 15h. Primeiro pelo Congresso Nacional, onde estavam somente 20 policiais militares sob o comando do segundo-tenente Marcos Aurélio Texeira Feitosa. E, conforme todos os relatos contidos nos documentos analisados, foi com facilidade que os

manifestantes conseguiram subir a rampa e adentrar no Congresso Nacional, com muitas agressões aos policiais que ali estavam.

A soldada Marcela da Silva Moraes Pinno descreve uma cena de caos intenso e violência durante a invasão ao Congresso Nacional em 8 de janeiro, conforme relatado à CPMI. O cenário que ela descreve é de confrontos físicos diretos e agressões extremas, um verdadeiro embate corpo a corpo entre os policiais e os manifestantes.

Ela narra como, em meio a tentativas de proteger seus colegas e manter a linha de defesa, foi empurrada do alto da cúpula do Congresso, sofrendo uma queda de cerca de 3 metros. O impacto dessa queda não a detém; pelo contrário, ela tenta, com dificuldade, retornar à linha de frente, escalando pelo gramado e se movendo lateralmente em uma tentativa de reagrupar-se com as forças de segurança.

No entanto, ao tentar cruzar o gradil, Marcela é atacada novamente. Em um momento particularmente violento, após ter se desvencilhado de seu escudo para tentar se defender de maneira mais eficaz, ela é agredida com um chute e, posteriormente, atingida na cabeça com uma barra de ferro. Esse ataque não apenas ilustra a brutalidade enfrentada, mas também a situação perigosa e descontrolada em que os policiais se encontravam, tentando conter a violência e restabelecer a ordem em meio a uma invasão que se caracterizou por seu extremo grau de agressão física.

As descrições de Marcela evidenciam um cenário onde o caos e a violência reinavam, colocando em risco a integridade física dos policiais e desafiando a segurança das instituições democráticas (CONGRESSO NACIONAL, 2023, pg. 725).

A invasão alastrou-se rapidamente, com pouca possibilidade de resistência dos policiais legislativos, e em pouco menos de uma hora já estavam completamente tomados os edifícios dos poderes, o que demonstra falhas significativas na preparação e resposta à crise por parte das forças de segurança.

Os Patriotas e a Invasão aos Poderes: Breves relatos e a Confissões dos Golpistas

As narrativas das testemunhas presentes nas várias ações penais por aqui analisadas (Ações Penais 1.060, 1.064, 1.067, 1.073, 1.083, 1.086, 1.109, 1.124, 1.129, 1.147, 1.162, 1.413, Auto de prisão em flagrante nº 0701379-57.2023.8.07.0001), que já resultaram na condenação à prisão de alguns manifestantes pelo STF, era uníssona de que nos atos havia uma intenção comum: a ruptura institucional, o questionamento dos resultados das urnas e a derrubada do recém presidente eleito. Nesta seção iremos analisar os personagens principais destes atos - os golpistas -, no depoimento de alguns dos presos durante os atos do dia 8 de janeiro, e na análise do perfil deles.

"Eu como representante do povo, estou aqui para dizer que não aceito esse Governo fraudulento como nosso representante. Então quero mandar uma mensagem pro pessoal aqui do meu grupo, pessoal do Brasil, que não desista. Acredite no sonho de vocês. Não vamos deixar o comunismo entrar. Gente, saiam nas ruas. Dê "corroboro pra gente. Saiam pros quarteis, saiam agora. Fiquem nas ruas e peçam SOS Forças Armadas. Forças Armadas. Quem pediu pra sair?" (STF, 2023. Ação Penal, 1060, transcrição na íntegra de vídeo de Aécio Lúcio, pg. 48).

Aécio Lúcio Costa Pereira (Ação Penal 1.060)³⁷, foi o primeiro preso condenado pelo STF, com uma pena de 17 anos de prisão, foi um dos golpistas que invadiu o Congresso Nacional. Aécio foi condenado por "Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito", ou seja, golpe de Estado, dano qualificado, deterioração do patrimônio tombado e associação criminosa armada. Aécio invoca a representatividade popular para justificar ações contra um governo legitimamente eleito, configurando um exemplo clássico de retórica populista que pode desafiar os princípios democráticos.

A análise dessa fala sob a ótica de direitos humanos deve considerar a tensão entre liberdade de expressão e incitação à violência. Sua fala encapsula a típica retórica populista que define 'o povo' como uma entidade homogênea oposta a um 'outro' vilanizado, neste caso, o governo e o comunismo. O apelo ao movimento para sair às ruas e buscar apoio militar reflete uma

³⁷ Todos os relatos aqui descritos sobre Aécio Lúcio Costa Pereira foram extraídos da Ação Penal 1.060, disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6644740> . Acesso em

quebra direta do respeito às instituições democráticas e um chamado claro à ação contra o governo eleito. Aécio representa uma voz que não apenas desafia a ordem constitucional através de palavras, mas que também traduz essa retórica em ação direta. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, por exemplo, permite limitações à liberdade de expressão quando esta é usada para incitar a lei ou a desordem pública. O uso do termo "não vamos deixar o comunismo entrar" pode ser visto como uma manipulação de medos históricos para incitar ações antidemocráticas.

Ele expunha uma retórica inflamada em seus vídeos, clamando por uma "intervenção militar federal". Pleiteava uma intervenção militar em conjunto com um grupo autodenominado “Patriotas”, que organizou sua viagem para Brasília em janeiro. Aécio esteve acampando no QG do Exército, e em seu depoimento para a polícia federal diz que seu objetivo era “lutar pela liberdade”.

É muito perceptível, inclusive em vários depoimentos, como havia uma expectativa por parte destes golpistas de que seriam defendidos pelos militares - há inclusive alguns que chegam a relatar que, de fato, os militares estavam ali os protegendo. o Setor Militar Urbano ser o *locus* de concentração deste movimento também é algo que evidencia estes fatos. Ali permaneceram por semanas pedindo o apoio e a intervenção militar e, inclusive, há longos depoimentos de policiais militares, bem como de autoridades públicas ao longo da CPMI, revelando que os militares não haviam permitido o desmonte dos acampamentos. (CONGRESSO, 2023)

Aécio Lúcio, em seus vídeos compartilhados, trajava uma camiseta estampada com as palavras "INTERVENÇÃO MILITAR FEDERAL", e expressava efusivamente sua celebração pela invasão da Praça dos Três Poderes e do Congresso Nacional, além de incentivar atos subversivos ao regime democrático. A transcrição de suas falas reforça as denúncias feitas pelo ministério Público:

“Amigos da SABESP que não acreditou, támo aqui. Quem não acreditou, também estou aqui pra vocês, p. Olha onde eu tô, na mesa do Presidente (...) Vai dar certo. Não desistam. Saíam nas ruas, é..., parem as avenidas. Dê ‘corroboro’ para nós, gente” (STF, 2023. Ação Penal 1060, pg. 46).*

Figura 16 - Aécio Lúcio dentro da plenária do Senado Federal



Fonte: Ação Penal 1.060³⁸

Em um segundo momento, capturado em outro vídeo, o acusado, diretamente da rampa do Palácio do Planalto, incentiva a invasão e a depredação, chegando até a mencionar ações deploráveis como defecar no Senado, e nadar no espelho d'água ali presente:

"Gente, tamos aqui na rampa. Eu e meu amigo Leco aqui. Tava chorando porque a mulher não está aqui (...) Gente, Supremo é o povo. Quem manda no Brasil é o povo. E tá chegando mais. Olha que coisa linda. Uhul, olha o gramado gente. Supremo é o povo. Supremo é o povo. Supremo é o povo. Caramba. Os caras cagam tanto no Brasil que eu acho que vou cagar lá dentro do Senado. Tô nem aí não. Tem um espelho d'água lá, vou nadar lá. Aquilo lá é meu, vou nadar lá"(STF, 2023. Ação Penal 1060, pg. 23).

³⁸ Disponível no site do STF: <https://portal.stf.jus.br/>. . Acesso em: 01/10/2023

Figura 17 - Aécio Lúcio na rampa do Congresso Nacional



Fonte: Ação Penal 1.060³⁹

Figura 18 - Aécio Neves no plenário do Senado



Fonte: Ação Penal 1.060⁴⁰

³⁹ Disponível no site do STF: <https://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 01/10/2023

⁴⁰ Disponível no site do STF: <https://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 01/10/2023

Enquanto vândalos, como Aécio Neves, entravam em conflito com a polícia legislativa e depredaram o Congresso Nacional, parte seguiu em direção ao Planalto e rompiam as barreiras de segurança do ministério da Justiça. O grupo derrubou as grades, subiu a rampa, quebrou os vidros e entrou com relativa facilidade, por volta das 15h20min, também no prédio (CONGRESSO, 2023).

Raquel de Souza Lopes (Ação Penal 1.162)⁴¹, uma das detidas nas dependências do Palácio do Planalto, apresentou em seu depoimento alegações de que sua presença em Brasília tinha como finalidade apenas conhecer a capital e dedicar-se à oração pelo presidente Bolsonaro. Sua defesa nega enfaticamente qualquer intenção de subverter ou desestabilizar a ordem democrática. Contudo, perícia realizada pela Polícia Federal em seu celular revelou mensagens e imagens que sugerem planos de invasão e intervenção nos Poderes, bem como a paralisação e tomada do poder pelas mãos do povo, conforme algumas imagens abaixo:

Figura 15 - Imagens extraídas do celular de Raquel Lopes



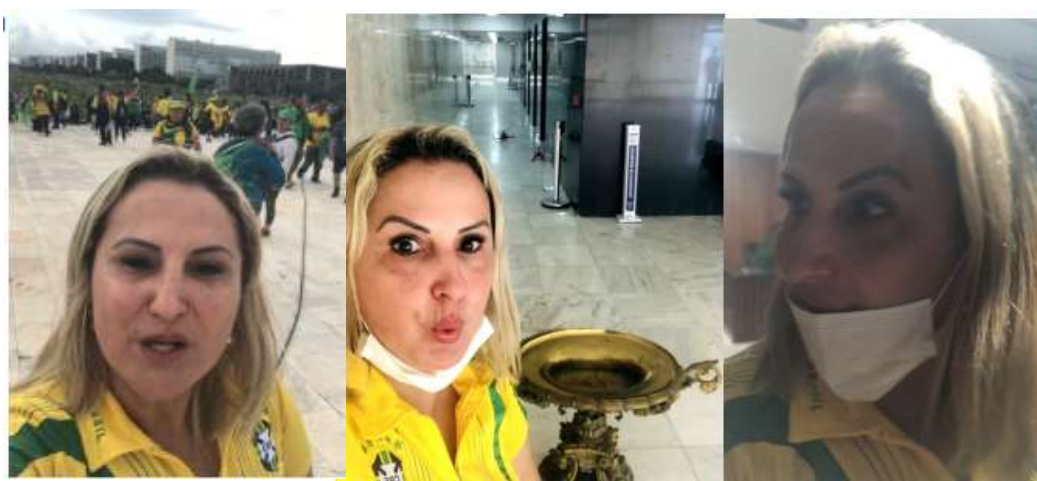
Fontes: Figuras extraídas da Ação Penal 1.162⁴²

⁴¹ Todos os relatos aqui presentes sobre Raquel Lopes estão presentes na Ação Penal 1.162

⁴² Disponível no site do STF: < <https://portal.stf.jus.br/> >. Acesso em: 01/10/2023

Raquel documentou extensivamente sua chegada à Praça dos Três Poderes através de fotos e vídeos, nos quais expressa sentimentos de triunfo: “a primeira batalha foi ganha”, e narra os eventos: “deu pau aqui; o povo subiu e quebrou tudo; subiram a rampa; aqui não vai ter comunismo”. Ela ainda registrou vários momentos de sua invasão ao Palácio do Planalto, capturando a destruição ocorrida no local e, em certo ponto, chega a sorrir para a câmera, comentando que foi difícil avançar devido ao uso de bombas de gás pelas forças de segurança

Figura 16 - Imagens de Raquel Lopes no Congresso Nacional e dentro do Palácio do Planalto



Fonte: Figura extraída da Ação Penal 1.162⁴³

Ela fez também inúmeras gravações no interior do Palácio do Planalto, comemorando a entrada no prédio (inclusive no Gabinete presidencial), registrando a depredação ali verificada e até afirmando, enquanto sorria, que foi difícil chegar ali porque havia muitas bombas de gás.

Raquel expressa uma sensação de triunfo e justificação de suas ações como uma "batalha" contra o comunismo. Esta fala revela como as narrativas de conquista podem ser empregadas para legitimar atos ilegais e violentos, enquadrando-os como uma resistência necessária. Em termos de direitos humanos, é crucial analisar como o direito à liberdade de expressão interage com a responsabilidade de não incitar a violência. A celebração de Raquel após os atos de invasão

⁴³ Disponível no site do STF: < <https://portal.stf.jus.br/> >. Acesso em: 01/10/2023

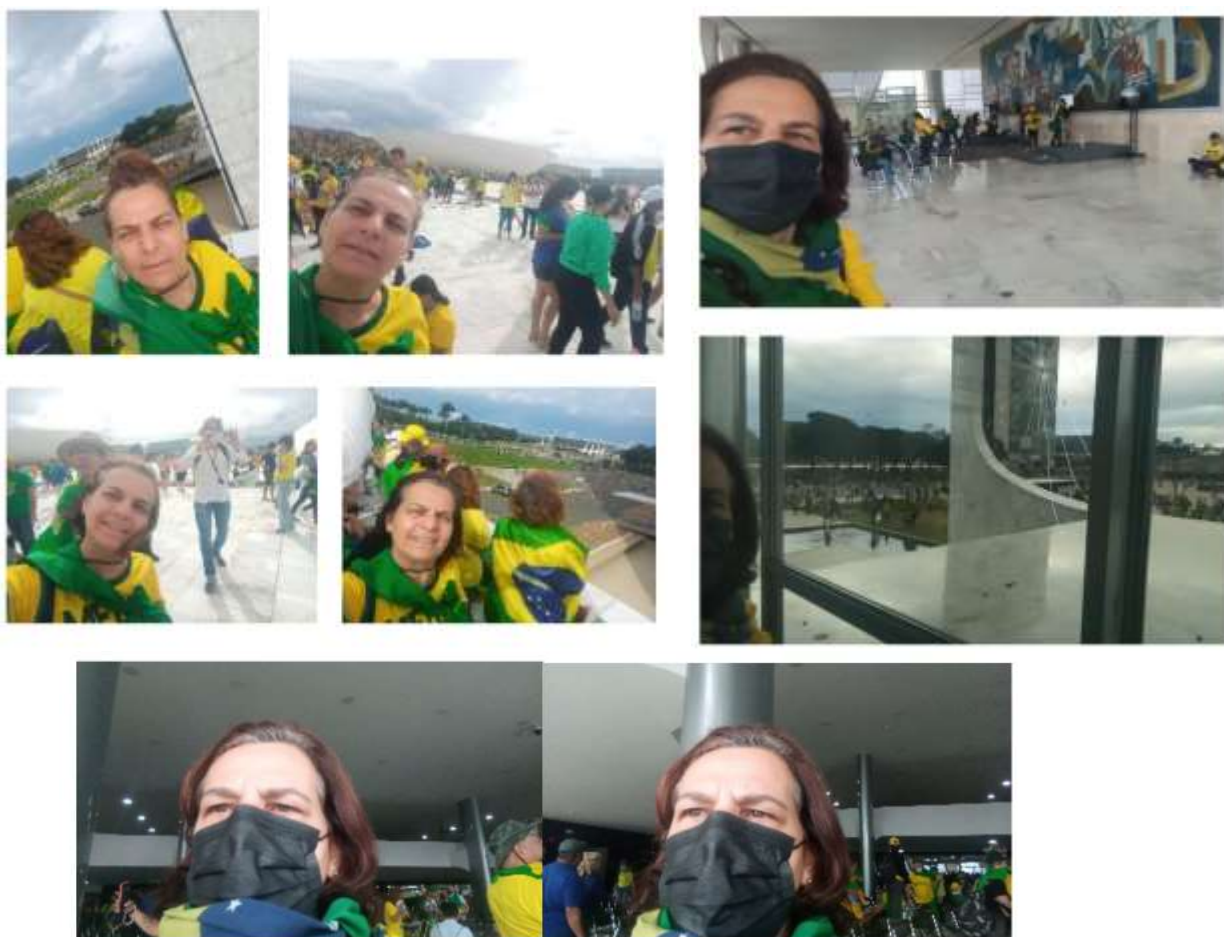
demonstra como a percepção de 'vitória' pode ser construída em contextos de conflito político. Suas palavras destacam um perigoso equívoco: a interpretação de atos ilegais como batalhas legítimas em nome de uma 'causa maior'. Este aspecto é fundamental para compreender as dinâmicas de radicalização e justificação de violências como meios aceitáveis de contestação política. A análise desta fala pode focar na responsabilidade do Estado em proteger seus cidadãos contra violência e na garantia da ordem pública, enquanto também se resguardam os direitos de protesto pacífico. O direito internacional dos direitos humanos, através de documentos como os Princípios de Siracusa, destaca que restrições aos direitos por motivos de segurança nacional devem ser legais, necessárias e proporcionais.

Já **Cibele Costa (Ação Penal 1.067)**⁴⁴ também presa dentro do Palácio, descobriu pelas redes sociais que viria um ônibus para Brasília para os atos. Chegou à capital no dia 7 de janeiro, ficando “hospedada” no acampamento golpista no Setor Militar Urbano. A ré diz em seu depoimento que seu objetivo era apenas ocupar o prédio, sentar e aguardar a intervenção militar para que Lula não governasse. Contudo, em perícia realizada em seu celular, foram encontradas diversas imagens que contestam esta versão. Foram encontradas também gravações de Cibele que claramente incitam os atos golpistas e a tomada de poder:

“Tudo dominado no Brasil... Estamos aqui, os brasileiros invadiu, tomar o que é nosso... Tomamos, é nosso.... É do povo, jamais será do comunismo, jamais será do Lula, jamais será do Xandão, jamais será do sistema. É nosso, do povo e aqui ficamos” (STF, 2023. Ação Penal 1.067, pg. 53).

⁴⁴ Todos os relatos aqui presentes de Cibele Costa estão presentes na Ação Penal 1.067

Figura 17 - Imagens de Cibele da Costa em cima da rampa do Congresso e dentro do Palácio do Planalto



Fonte: Ação Penal 1.067⁴⁵

Cibele reforça a ideia de posse e controle, insinuando que suas ações são justificadas pela necessidade de retomar o que é do "povo". Este tipo de afirmação pode ser discutido sob a perspectiva de direitos humanos ao considerar a importância da ordem legal e o respeito às

⁴⁵ Disponível no site do STF: <https://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 01/10/2023

instituições democráticas como fundamentos da governança legítima, em contraste com a tomada de poder por meios não democráticos.

As falas de Cibeles refletem uma usurpação do conceito de soberania popular. Ela articula uma narrativa em que qualquer ação pode ser justificada em nome do 'povo', subvertendo a ideia de democracia para justificar a tomada direta de poder. Esta manipulação da retórica democrática para fins antidemocráticos é um ponto crítico para a discussão sobre a saúde e resiliência das democracias contemporâneas. Esta fala pode ser analisada à luz da teoria do poder constituinte, onde o povo é considerado o titular do poder supremo, mas dentro de um quadro legal e institucional que respeita as regras democráticas e o Estado de Direito. O desafio é como reconciliar essas reivindicações populares com a manutenção da legalidade constitucional, especialmente quando tais falas podem estar baseadas em desinformação ou manipulação política.

A cena encontrada no interior do Palácio do Planalto, quando a polícia militar entrou para prender aqueles que ali estavam, era de manifestantes, trajados de camisetas do Brasil, em sua maioria ajoelhados, e se revezavam entre orações e o hino nacional. Alguns são os elementos recorrentes nos depoimentos e relatos que circundam este evento: símbolo da bandeira nacional, hino nacional, idolatração ao Exército e orações. Há claramente nos golpistas um sentimento de que estavam na rua em uma busca da salvação do País, em uma verdadeira guerra santa contra a corrupção, o comunismo e as distorções morais e étnicas que estavam em curso com a eleição democrática do presidente Lula.

João Raimundo Sobrinho (auto de prisão em flagrante nº 0701379-57.2023.8.07.0001), originário de Rondônia, por exemplo, expressou que sua motivação ao participar da manifestação na Esplanada em 8 de janeiro era "lutar pela liberdade, para prevenir a conversão comunista do país". Ele já se encontrava na capital federal há 20 dias, integrando o acampamento em frente ao Quartel-General do Exército.

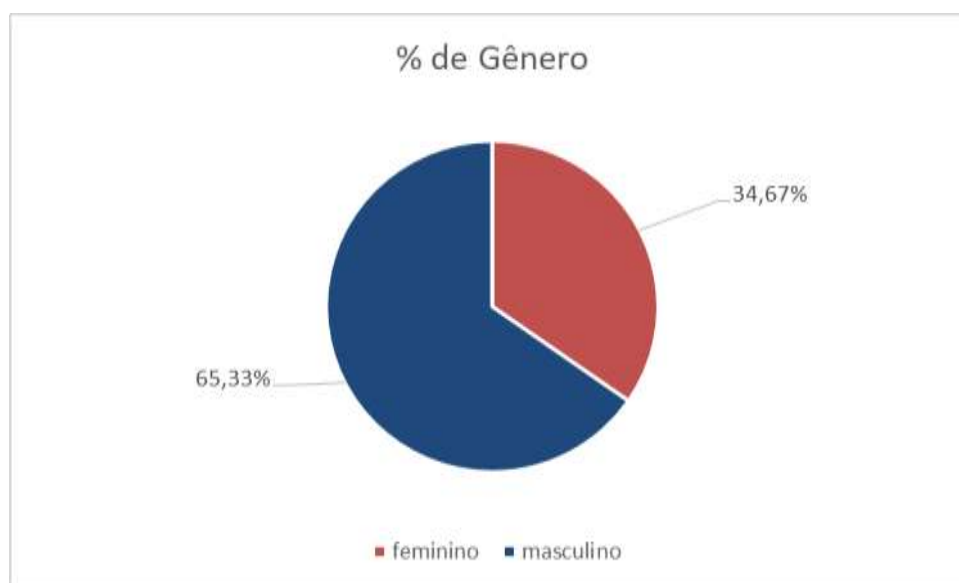
E Jupira Rodrigues (auto de prisão em flagrante nº 0701379-57.2023.8.07.0001), também ré, chegou em Brasília em meados de dezembro de 2022, tendo ficado também no Setor Militar Urbano por semanas antes do dia 08 de janeiro. Relata que veio orar pelo Brasil e por suas causas. Foi presa dentro do Palácio do Planalto e em laudo pericial, foi encontrado material

genético seu, que segundo a Ação Penal 1129/DF, comprovam a sua participação em ações de depredação.

Perfil Sociodemográfico dos Presos dos Atos Golpistas de 8 de Janeiro

Os dados recolhidos pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAPE)⁴⁶, sobre os 2.151 indivíduos presos entre os dias 8 e 9 de janeiro de 2023 em decorrência dos atos golpistas, permitem traçar um perfil detalhado dos participantes. A análise revela que a maioria dos presos eram homens brancos de meia-idade, oriundos predominantemente de cidades interioranas dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. A seguir, são apresentados gráficos elaborados pelo presente pesquisador a partir do banco de dados extraído da SEAPE.

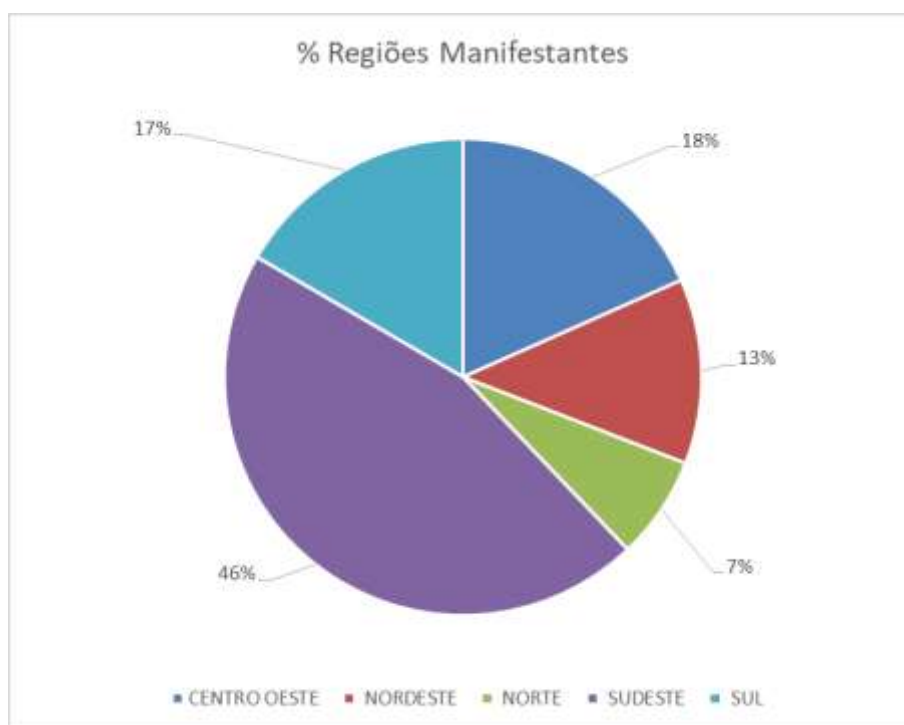
Figura 18 – Gráfico divisão de gênero – presos 8 de janeiro



Fonte: Gráfico próprio, a partir de dados coletados na SEAPE

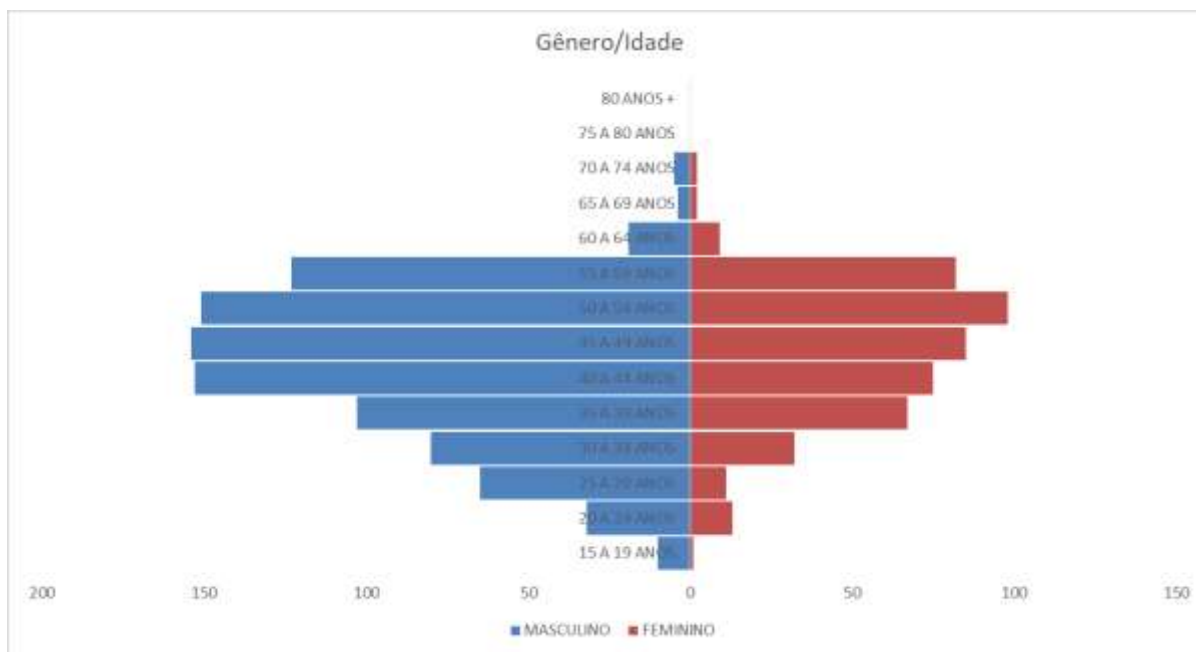
⁴⁶ Fonte: (<https://seape.df.gov.br/prisoos-dos-atentados-bsb/>)

Figura 19 – presos 8 de janeiro por Macro Região



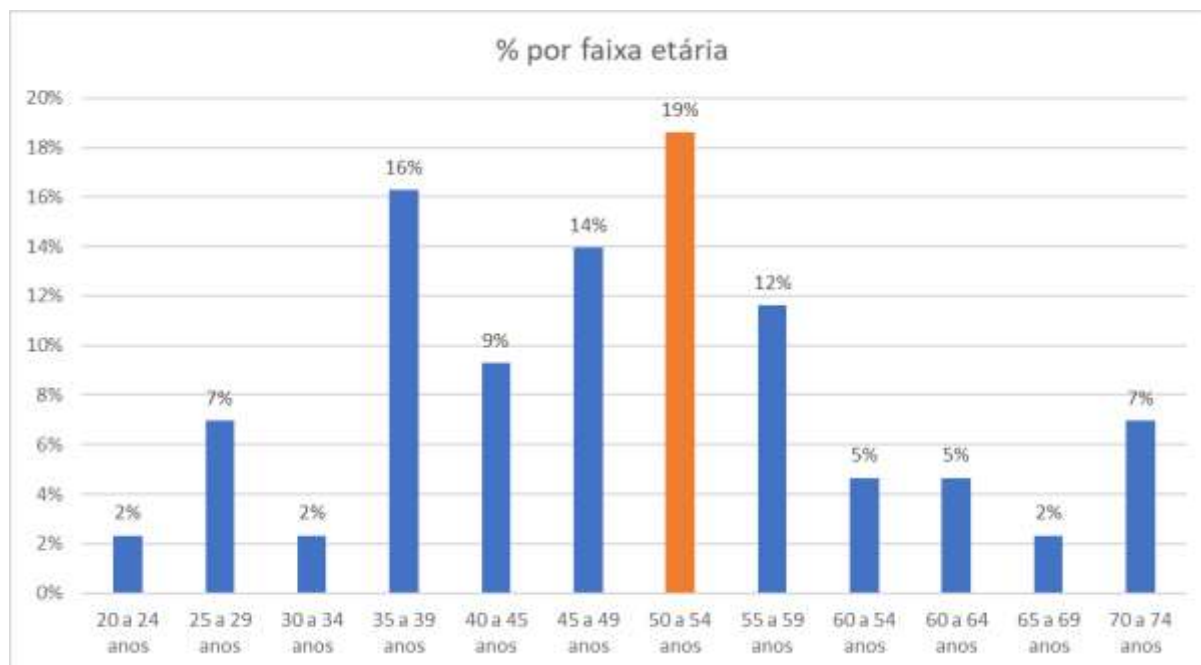
Fonte: Gráfico próprio, a partir de dados coletados na SEAPE

Figura 20 – Divisão dos presos 8 de janeiro por Gênero e faixa etária



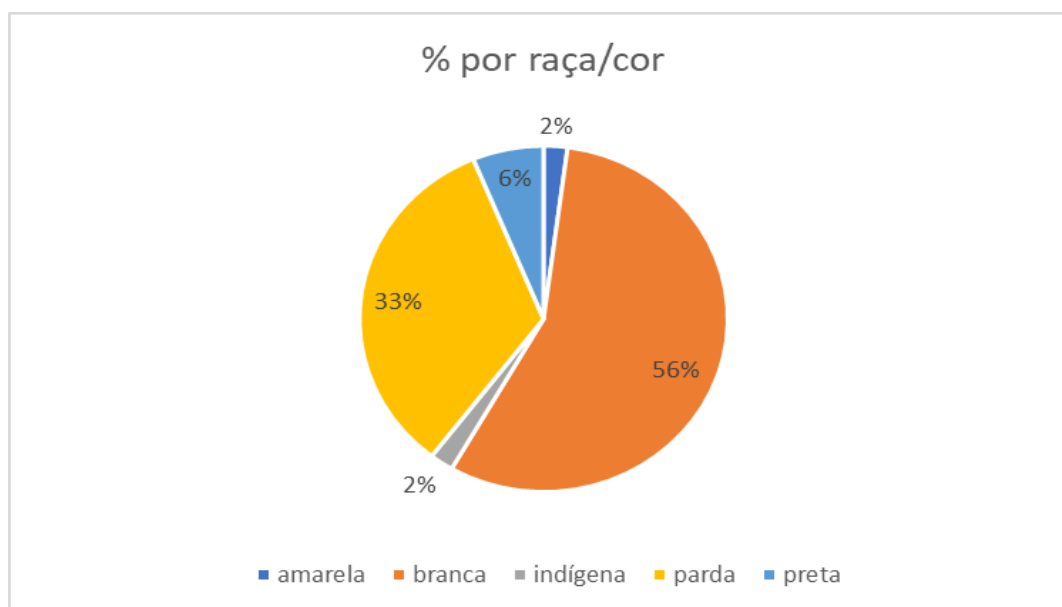
Fonte: Gráfico próprio, a partir de dados coletados na SEAPE

Figura 21 – Percentual por faixa etária dos presos 8 de janeiro



Fonte: Gráfico próprio, a partir de dados coletados na SEAPE

Figura 22 – Percentual dos presos do 8 de janeiro por cor/raça



Fonte: Gráfico próprio, a partir de dados coletados na SEAPE

Os dados coletados, os depoimentos e relatos sobre os golpistas do dia 8 de janeiro apresentam um perfil de pessoas com variadas profissões, graus de escolaridade, e que não tem histórico anterior de atuação em sindicatos, movimentos sociais ou outras formas de organização coletiva, como posto no relatório da CPMI, quando trata também do perfil profissional destes indivíduos:

“O perfil profissiográfico é heterogêneo: há aposentados, servidores públicos, profissionais liberais, microempresários individuais, agentes culturais, trabalhadores autônomos, donas de casa, entre inúmeros outros. O nível de escolarização também é variado: há muitas pessoas com curso superior (professores, advogados, administradores, médicos veterinários) e outras com o ensino fundamental incompleto. Os dados apontam para um fenômeno aparentemente atípico: os insurgentes seriam pessoas “comuns”, de meia idade, de perfil interiorano, sem vínculo anterior com episódios de violência. Sobressai, no conjunto, a presença expressiva de mulheres” (CONGRESSO, 2023, pg. 77).

Análise da Nuvem de Palavras dos Presos do Dia 08 de Janeiro

Através de uma análise de conteúdo, e da elaboração de um mapa de palavras a partir de 50 depoimentos de pessoas presas no Palácio do Planalto (presentes no documento do Auto de prisão em flagrante nº 0701379-57.2023.8.07.000), é possível observar a recorrência da narrativa de tentativa constante de retratar suas ações como pacíficas, buscando distanciar-se da imagem de desordeiros ou agitadores. Os rotulados dos "encapuzados" ou "vândalos" significariam uma quebra fundamental de seus valores e moralidade pessoais. Eles veem essa identificação como uma equivalência indesejada aos "baderneiros de esquerda", contra os quais sempre se posicionaram, em um esforço para preservar uma autoimagem positiva e alinhada com seus próprios princípios, mesmo diante de ações que possam contradizer esta percepção:

Figura 23 – Nuvem de palavras a partir dos depoimentos dos presos 8 de janeiro



Fonte: Nuvem autoral extraída através da ferramenta Phytom

Além dos elementos que compõem o cenário de onde foram presos os manifestantes, este mapa de palavras demonstra: Palácio do Planalto, gás, ônibus, tropa de choque e exército. Há algumas palavras que são recorrentes, e que gostaríamos de salientar: pacífica, intenção e “quebrou nada”.

A nuvem de palavras gerada a partir dos depoimentos dos presos do dia 08 de janeiro revela uma série de temas e narrativas que nos ajudam a entender melhor as justificativas e percepções desses indivíduos em relação aos eventos ocorridos. Aqui, vamos analisar as principais palavras identificadas, agrupá-las por temas e interpretar os discursos que elas refletem.

Identificação das 50 Palavras Mais Frequentes

A lista das 50 palavras mais importantes nos depoimentos:

1. Brasília
2. Crimes
3. Democracia
4. Depredação
5. Direitos

6. Eleições
7. Esplanada
8. Federal
9. Governo
10. Invasão
11. Justiça
12. Liberdade
13. Manifestantes
14. Patriotas
15. Planalto
16. Polícia
17. Presos
18. Prisão
19. Protestos
20. Punidos
21. Quartel
22. Responsabilidade
23. Revolta
24. STF
25. Terrorismo
26. Pacífica
27. Intenção
28. Quebrou nada
29. Gás
30. Ônibus
31. Tropa de Choque
32. Exército
33. Bandido
34. Constitucional
35. Destruição
36. Diretas

37. Dispersão
38. Intervenção
39. Marcha
40. Militar
41. Multidão
42. Ocupação
43. Ordem
44. Patrimônio
45. Povo
46. Repressão
47. Segurança
48. Violência
49. Voz
50. Vândalos

Agrupamento Temático

O agrupamento temático é uma técnica fundamental para a análise de nuvens de palavras, especialmente em contextos complexos como o dos presos do dia 08 de janeiro. Esta abordagem organiza as palavras-chave em categorias coerentes, o que facilita a interpretação dos dados e a revelação das narrativas subjacentes.

A análise contextual das narrativas emergentes das 50 palavras mais frequentes na nuvem de palavras. Cada grupo tem uma função narrativa que contribui para a formação de uma compreensão holística das justificativas e percepções dos presos.

Localização e Instituições

Palavras:

- Brasília
- Esplanada
- Planalto

- STF

Análise:

Essas palavras indicam que os eventos ocorreram em locais de grande simbolismo político e institucional. A escolha de Brasília, e especificamente locais como o Planalto e o STF, não é acidental. Essas palavras sugerem que os presos queriam atacar diretamente os símbolos do poder político e judicial. A narrativa aqui pode ser interpretada como uma tentativa de chamar atenção para a insatisfação com o governo e o sistema judicial do país. Ao destacar esses locais, os presos provavelmente tentaram justificar suas ações como necessárias para “resgatar” essas instituições da corrupção percebida.

Eventos e Ações

Palavras:

- Invasão
- Depredação
- Protestos
- Revolta
- Pacífica
- Intenção
- Quebrou nada
- Destruição
- Ocupação
- Marcha

Análise:

Estas palavras destacam a natureza ativa e confrontacional das ações dos presos. Termos como "invasão", "depredação" e "destruição" indicam ações físicas e agressivas. No entanto, a inclusão de palavras como "pacífica", "intenção" e "quebrou nada" sugere uma tentativa de dissociação dos atos violentos. Os presos alegaram que suas intenções eram pacíficas e que não

participaram diretamente dos atos de vandalismo. Isso revela uma narrativa de autojustificação, onde as ações são vistas como protestos legítimos contra o governo, tentando separar a imagem de manifestantes pacíficos dos atos de violência que ocorreram.

Consequências

Palavras:

- Prisão
- Presos
- Punidos
- Crimes
- Terrorismo
- Bandido
- Violência
- Vândalos

Análise:

As consequências das ações dos presos são claramente refletidas nessas palavras. A narrativa aqui se concentra em como os presos são percebidos e tratados após os eventos. Palavras como "prisão", "presos" e "punidos" indicam a resposta das autoridades, enquanto "crimes" e "terrorismo" refletem as acusações enfrentadas. Termos como "bandido", "violência" e "vândalos" podem ser usados para contestar essas acusações, sugerindo que os presos se veem como vítimas de uma repressão política excessiva. Eles podem argumentar que as acusações são exageradas e injustas, posicionando-se como manifestantes injustamente criminalizados.

Entidades e Grupos

Palavras:

- Governo
- Polícia
- Manifestantes

- Patriotas
- Tropa de Choque
- Exército
- Multidão
- Militar

Análise:

Essas palavras sugerem um claro delineamento entre diferentes grupos e entidades. Os presos provavelmente se identificam como "manifestantes" ou "patriotas" lutando contra um governo que percebem como ilegítimo ou corrupto. A menção à "polícia", "tropa de choque" e "exército" indica uma narrativa de confronto com as forças de segurança, onde os presos podem descrever essas forças como repressivas e violentas. A presença de "multidão" e "militar" sugere a percepção de um conflito de larga escala, reforçando a ideia de que os eventos foram significativos e envolveram muitas pessoas.

Temas e Valores

Palavras:

- Democracia
- Direitos
- Liberdade
- Eleições
- Justiça
- Responsabilidade
- Constitucional
- Diretas
- Ordem
- Patrimônio
- Povo
- Voz

Análise:

Os discursos dos presos estão profundamente enraizados em valores democráticos e direitos humanos. Palavras como "democracia", "direitos" e "liberdade" indicam que os presos justificam suas ações como uma defesa desses valores. Eles podem argumentar que estavam protestando contra a falta de justiça e corrupção no sistema eleitoral, representada pelas palavras "eleições" e "justiça". Termos como "responsabilidade", "constitucional" e "diretas" sugerem que os presos veem suas ações como um dever cívico para restaurar a ordem e a justiça. A menção a "patrimônio", "povo" e "voz" reforça a narrativa de que eles estavam agindo em nome do povo para proteger os interesses nacionais.

Outros Elementos

Palavras:

- Gás
- Ônibus
- Dispersão
- Intervenção
- Repressão
- Segurança

Análise:

Esses termos adicionam um contexto importante às narrativas dos presos. "Gás" e "dispersão" referem-se às medidas de controle de multidões usadas pelas forças de segurança, sugerindo que houve confrontos significativos. "Ônibus" indica a organização logística dos manifestantes, mostrando que a mobilização foi planejada e coordenada. "Intervenção" e "repressão" refletem a resposta das autoridades, que os presos podem descrever como excessiva e opressiva. "Segurança" pode ser interpretado tanto como uma preocupação dos manifestantes quanto como um argumento usado pelas autoridades para justificar suas ações.

A análise aprofundada das 50 palavras mais frequentes na nuvem de palavras revela uma narrativa complexa e multifacetada. Os presos tentam justificar suas ações como protestos pacíficos e legítimos contra um governo percebido como corrupto e injusto. Eles se posicionam como defensores de valores democráticos e direitos humanos, criticando severamente a resposta das autoridades como repressiva e injusta. A narrativa busca dissociar os presos dos atos de violência e vandalismo, destacando suas intenções pacíficas e a organização prévia dos protestos.

Ao ler os depoimentos, o que identificamos como uníssono é esta busca de retratar uma realidade de que estavam ali de forma pacífica, simplesmente para demonstrar uma contestação legítima: uma liberdade de expressão para questionar uma insatisfação com um resultado eleitoral. Em momento nenhum dos julgamentos e relatos coletados, saem do personagem de “cidadãos de bem” -, ainda que com robustas provas trazidas pela polícia investigativa e pelo poder judiciário de que muitos cometeram atos de depredação, vandalismo e de atentado contra o Estado Democrático de Direito.

Este capítulo aborda a ascensão da extrema-direita bolsonarista como um fenômeno multifacetado, enraizado em uma complexa rede de influências ideológicas e sociais. A nova direita brasileira não é um movimento isolado, mas sim parte de um contexto global de crescente polarização política e cultural. A instrumentalização das redes sociais e a exploração do medo do comunismo são estratégias centrais na mobilização de seus seguidores, criando uma narrativa que legitima a violência e a desestabilização institucional.

A análise revela que a extrema-direita bolsonarista busca preservar a estratificação social existente, desafiada pelas políticas de inclusão social dos governos de esquerda e pela crescente mobilização de movimentos sociais. A classe média tradicional e as elites econômicas veem no bolsonarismo um meio de manter seus privilégios, reagindo contra a democratização dos espaços educacionais e do mercado de trabalho.

Compreender a ascensão da extrema-direita bolsonarista exige não apenas uma análise dos movimentos contemporâneos, mas também um reconhecimento das continuidades históricas e culturais que sustentam essa ideologia. Ao iluminar esses fundamentos, o capítulo estabelece as bases para uma análise mais aprofundada nos capítulos subsequentes, onde serão exploradas as

ações concretas e as narrativas dos participantes desse movimento, especialmente no contexto dos eventos de 8 de janeiro de 2023.

3. O INDIVÍDUO E OS LABIRINTOS DO TOTALITARISMO - REFLEXÕES ARENDTIANAS PARA ENTENDEREMOS A EXTREMA-DIREITA

Dado o foco desta pesquisa na extrema direita e a tentativa de golpe em 08 de janeiro de 2024, a importância de trazer Hannah Arendt para a discussão se torna ainda mais evidente. Hannah Arendt oferece uma compreensão aprofundada das dinâmicas políticas, do autoritarismo e dos mecanismos de poder que são essenciais para analisar eventos desse tipo.

Ideologia e terror - o que Hannah Arendt tem a dizer sobre as essências do Totalitarismo?

Aprofundando do estudo de caso que fundamenta esta dissertação, identifico em Hannah Arendt uma teórica essencial para entender a ação dos indivíduos em movimentos de extrema-direita. Por essa razão, decidi me aprofundar nos estudos sobre a autora, dedicando este capítulo a um debate teórico acerca de seu pensamento e conceitos-chaves, já estabelecendo conexões com o fenômeno em análise. É crucial destacar que este capítulo propõe uma exposição mais teórica sobre conceitos-chave de Arendt, que serão integrados de forma mais aprofundada à pesquisa nos capítulos seguintes. Além disso, a dissertação procura, durante todo o percurso traçado, promover um diálogo entre o estudo empírico e a teoria, enfatizando a interação dialógica entre ambos.

Hannah Arendt escreveu "Origens do Totalitarismo" originalmente em 1951,, dedicou-se ao estudo aprofundado dos regimes totalitários, distinguindo-os de outras formas de opressão como tirania, despotismo e ditadura. Arendt destaca que a singularidade desses regimes se baseia em dois pilares fundamentais: ideologia e terror. Esses elementos se propagam particularmente em contextos em que prevalecem a superfluidade e a solidão humana, criando as condições ideais para o surgimento e sustentação do totalitarismo.

E são justamente estes conceitos que irei examinar, começando por buscar entender as categorias de solidão e superfluidade em Hannah Arendt. Para isso, é crucial compreender as dinâmicas das esferas política e privada em regimes totalitários e tirânicos.

Para a filósofa, a política é entendida como *práxis* - não se encontra no ser humano, mas sim diz respeito às relações, coexistência e convivência entre os diferentes, “é o âmbito da liberdade, da igualdade e da pluralidade, em que o poder pode ser criado conjuntamente pelos

indivíduos através da ação conjunta e da palavra” (CASSETE, 2008). Assim, uma palavra que sintetiza o sentido da política para Hannah Arendt é a liberdade.

O milagre da liberdade está contido no poder do ser humano de começar, visto que “cada ser humano é em si um novo começo, uma vez que, por meio do nascimento, veio ao mundo que existia antes dele e vai continuar existindo depois dele” (ARENDT, 1993, p. 13). Assim, distinto do pensamento metafísico, que se ocupa com a mortalidade, a autora terá como categoria principal da política a natalidade, pois é justamente o nascimento que retira do sujeito a linearidade da vida, e apresenta rompimentos nesta caminhada entre o nascer e o morrer.

Cada indivíduo que vem ao mundo é uma novidade, e como tal traz consigo imprevisibilidades. É por meio das ações livres dos indivíduos e expressões de singularidade que a pluralidade humana se torna evidente, permitindo assim que a política se manifeste na sociedade. Assim, com esta percepção, Arendt enfatiza a importância da individualidade, da capacidade de iniciativa e da ação conjunta na formação da vida política. Ela nos lembra que a política não é apenas uma questão de administração ou poder, mas sim um espaço vital de expressão da humanidade, da diversidade e da liberdade. Essa visão coloca o ser humano como agente central no tecido político, cujas ações, em sua variedade e imprevisibilidade, criam e sustentam o mundo compartilhado.

Similarmente às dinâmicas de tirania e totalitarismo, o cerne do movimento de extrema-direita reside no enfraquecimento da pluralidade humana, frequentemente vista como uma transgressão da conduta ou moralidade. Um exemplo claro dessa visão é o debate em torno da “ideologia de gênero”. Muitos estudiosos do fenômeno destacam a fusão entre ideias de neoliberalismo e neoconservadorismo, que se opõem de maneira contra-hegemônica ao pacto constitucional de 1988, especialmente em pilares como a própria pluralidade humana. A extrema-direita fundamenta-se em princípios de discriminação, segregação e distinção, elementos essenciais de sua identidade. (Camila Rocha (2021); Rodrigo Nunes (2022); Esther Solano (2021))

Camila Rocha e Esther Solano (2021) oferecem, em seus estudos, uma análise retrospectiva do fortalecimento da extrema-direita no Brasil, culminando na eleição de Bolsonaro. Elas demonstram como o avanço das pautas identitárias, incluindo questões raciais e de gênero, bem

como os debates sobre direitos reprodutivos, incitaram estes movimentos contra-hegemônicos da extrema-direita neoliberal e conservadora, posicionando-se claramente contra esta agenda.

E é justamente neste solapar da pluralidade que age também a tirania e o totalitarismo, como nos apresenta Arendt, contudo de maneiras distintas. A tirania ataca a esfera política através da coerção violenta e da ilegalidade, que gera o isolamento do ser humano, tornando-o incapaz de agir e exercer relações plurais e livres. As relações políticas entre os seres humanos são cortadas, e as capacidades humanas de ação e poder são frustradas.

Apesar da tirania alcançar a esfera política e gerar o isolamento, não consegue atingir todas as relações, capacidades e contatos entre os seres humanos. A esfera da vida privada, juntamente com a capacidade de sentir, de inventar e de pensar, permanecem intactas. O isolamento é o solo fértil para o terror, e constitui para a autora uma condição pré-totalitária. Contudo, o regime totalitário vai mais a fundo, pois não se limita só a gerar no ser humano o isolamento, mas também destrói a vida privada. O que para Hannah Arendt é isolamento na esfera política é visto como solidão quando atinge a esfera privada. É justamente aí que o cinturão de ferro do terror totalitário irá agir.

A solidão terá íntima relação com o desarraigamento e superfluidade do ser humano moderno que surge durante a revolução industrial, em que o trabalho passa a dominar a vida privada, e onde se dá a vitória do *animal laborans*.

“No isolamento, o ser humano permanece em contato com o mundo como obra humana; somente quando se destrói a forma mais elementar de criatividade humana, que é a capacidade de acrescentar algo de si mesmo ao mundo ao redor, o isolamento se torna inteiramente insuportável. Isso pode acontecer num mundo cujos principais valores são ditados pelo trabalho, isto é, onde todas as atividades humanas se resumem em trabalhar. Nessas condições, a única coisa que sobrevive é o mero esforço do trabalho, que é o esforço de se manter vivo, e desaparece a relação com o mundo como criação do ser humano. O ser humano isolado que perdeu o seu lugar no terreno político da ação é também abandonado pelo mundo das coisas, quando já não é reconhecido como *homo faber*, mas tratado como *animal laborans* cujo necessário “metabolismo com a natureza” não é do interesse de ninguém. É aí que o isolamento se torna solidão” (Hannah Arendt, 2013, p. 600).

Arendt diferencia entre isolamento e solidão para mostrar como regimes opressivos atacam as esferas pública e privada de maneiras distintas, mas complementares. O isolamento político impede a ação coletiva, enquanto a solidão, resultante da destruição da vida privada, extingue a capacidade de pensamento e resistência individuais.

Em sua obra “A Condição Humana” (2020), a filósofa explora minuciosamente o conceito de *animal laborans*, inserido num contexto mais amplo de questionamentos sobre a essência do ser humano, especialmente nossa capacidade de cometer grandes atrocidades. Esse esforço de definição reflete uma preocupação comum à época: entender quem somos, como seres humanos capazes de produzir tanto progresso quanto destruição.

O *animal laborans*, para a autora é o estar vivo em metabolismo com a natureza, ou seja: trata-se de uma condição em que o ciclo vital do ser humano se traduz em trabalhar, em uma vida organizada enquanto um fenômeno biológico: a subsistência. Como seres viventes, somos sempre, por essência, *animais laborans*, visto que somos condicionados para sobreviver a realização da atividade do trabalho e do consumo.

O *animal laborans* distingue-se do *homo faber* no ponto em que o segundo tem a capacidade de criar um mundo artificial humano, a partir do material da natureza. O *homo faber* extrai da natureza materiais que fazem com que edifique o mundo. Dessa forma, para a autora, mesmo que não atinja todo o seu potencial de “existência”, e ainda que viva tão somente uma superfície de um mundo utilitário, que só será vivido na plenitude ao alcançar a ação na vida política, o *homo faber* vive uma vida humana, diferentemente do *animal laborans* (ARENDT, Hannah, 2020).

“A vitória do animal laborans, do trabalhador, é o triunfo do consumo sobre o uso, do metabolismo sobre a durabilidade das coisas, da necessidade sobre o mundo, da vida sobre a imortalidade” (CORREIA, Adriano, 2007, pg. 31).

Essa dita vitória, do *animal laborans* nas sociedades modernas, gera uma sociedade de massas em que o desarraigamento do mundo e a superfluidade do indivíduo predominam. Para Arendt, este fenômeno da sociedade de massas surge justamente dos fragmentos de uma sociedade atomizada:

“cuja estrutura competitiva e concomitante solidão do indivíduo eram controladas apenas quando se pertencia a uma classe. A principal característica do ser humano da massa não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a sua falta de relações sociais normais” (ARENDT, Hannah, 2013, p. 420).

Nesse cenário, semeia-se um terreno fértil para o terror totalitário, que atua não só no isolamento humano - da esfera política - como também na solidão -, na esfera privada. O indivíduo supérfluo e desenraizado encontra-se em estado de solidão dentro de uma multidão. Já perdera seu terreno na esfera política, com o isolamento, agora é tratado tão somente enquanto *animal laborans* (ARENDT, 2013, p. 600). Assim, o regime totalitário agirá com a consonância entre a ideologia e o cinturão de ferro do terror.

Ao analisar o fenômeno da extrema-direita na sociedade brasileira contemporânea, observa-se que determinados indivíduos, descritos por Hannah Arendt como em estado de solidão, foram atraídos pelo movimento da extrema-direita.

A pesquisa sobre os atos golpistas de 8 de janeiro nos faz refletir sobre o conceito de *animal laborans* de Arendt. Os participantes que estiveram na Esplanada são indivíduos de perfil 'comum' – distantes de militantes partidários, movimentos sociais tradicionais ou organizações sindicais. Entre eles, encontram-se aposentados, desempregados e profissionais liberais, que descobriram no ambiente digital uma plataforma para socialização, criação de laços e formação de comunidades. Por meio dessa mediação, a ideologia de extrema-direita conseguiu não apenas capturar, mas também mobilizar um significativo contingente para seu “exército”, com uma retórica marcada por agressividade, que traz consigo uma consonância entre as ideias ultraliberais e conversadoras (ROCHA, Camila, 2021).

Essa análise inclui a percepção da defesa destes indivíduos da propriedade privada e valores associados a esta esfera, tais como misoginia e racismo. E percebe-se o mesmo fenômeno observado por Hannah Arendt: há um atrofiamento da esfera política e uma hegemonização da esfera social, na qual as pautas da esfera privada, em termos de valores e moral, predominam no debate público. As redes sociais tornaram-se o palco principal destes embates, ocorrendo de maneira mais intensiva e visível.

A extrema-direita brasileira soube usar o ambiente digital para cooptação destes indivíduos em estado de solidão, e estabeleceu estratégias de mobilização eficientes para difundir as suas ideologias, que foi identificada por alguns pesquisadores como uma "política de choque". A "política de choque" caracteriza-se pelo emprego de uma retórica agressiva e confrontadora, incluindo o uso de linguagem chula e posições alinhadas ao "politicamente incorreto". Tal abordagem é adotada por grupos que se percebem à margem do debate público, visando amplificar a visibilidade de suas ideologias (ROCHA, Camila; SOLANO; Esther; MEDEIROS, Jonas *in* SZWAKO, José; RATTON, José Luiz, 2022).

A utilização da “política de choque” também não é um elemento novo neste processo de mobilização ideológica de grupos de extremos. Arendt (2013) também cita ferramentas semelhantes utilizadas para a difusão ideológica por movimentos totalitários.

É importante compreender o conceito de ideologia da filósofa alemã: é simplesmente como a lógica de uma ideia. Assim, atua em uma perspectiva de que uma ideia é capaz de fundamentar e explicar tudo de uma determinada premissa, e que tudo está compreendido em um processo de dedução lógica (ARENDT, 2013).

Todas as ideologias, para Hannah Arendt, possuem características totalitárias, traduzidas em três elementos: a pretensão de explicação total, buscando esclarecer “todos os acontecimentos históricos — a explanação total do passado, o conhecimento total do presente e a previsão segura do futuro” (ARENDT, 2013, p. 593). Assim, o pensamento ideológico emancipa-se de toda a experiência que não possa lhe agregar algo de novo, afugenta-se da realidade apreendida e busca instaurar-se como uma verdade mais absoluta, que a autora chama de “sexto sentido”, que é ensinado nas escolas totalitárias e, também, através de um importante instrumento que é a propaganda. Ela subtrai do indivíduo a experiência e a realidade, para aprisioná-lo nas afirmações ideológicas do movimento que chega ao poder, através das conspirações e dos segredos. Por fim, o pensamento ideológico ajusta os fatos em um processo lógico, “que se inicia a partir de uma premissa aceita axiomáticamente, tudo mais sendo deduzido dela” (ARENDT, 2014, p. 594).

A adesão a teorias conspiratórias manifesta-se com regularidade entre os movimentos de extrema-direita no Brasil. Notavelmente, a crença predominante é a da existência de uma

abrangente conspiração de uma força hegemônica "comunista" que, conforme Rocha (2021), se estabeleceu no País mediante o pacto democrático instituído pela Constituição de 1988 e, desde então, tem orientado o destino nacional. Estas narrativas foram expressas de forma recorrente nos pronunciamentos dos indivíduos que participaram dos atos de 8 de janeiro, alegando estar nas ruas para combater o comunismo que, segundo eles, se infiltrou e dominou as instituições brasileiras.

Contrastando com a era explorada por Hannah Arendt, onde a propaganda era o principal meio de disseminar ideologias totalitárias e de confinamento do indivíduo às ideologias do movimento, observamos que, na contemporaneidade, as redes sociais assumiram esta função. Na era digital, estas plataformas são utilizadas pela extrema-direita para facilitar a difusão de teorias conspiratórias, envolvendo indivíduos em ideologias extremistas, criando um inimigo comum e distanciando-os da realidade. Essa dinâmica é detalhadamente explorada pelo cientista político Giuliano da Empoli em seu livro "Os Engenheiros do Caos" (2019), onde descreve como *fake news*, teorias da conspiração e algoritmos que são empregados globalmente pela extrema-direita para espalhar ódio e medo, e mobilizar suas bases sociais.

Empoli explica: “Se o algoritmo das redes sociais é programado para oferecer ao usuário qualquer conteúdo que o mantenha engajado frequentemente e por mais tempo, o algoritmo dos engenheiros do caos força-os a sustentar qualquer posição, razoável ou absurda, realista ou intergaláctica, contanto que ela intercepte as aspirações e, principalmente, os medos dos eleitores” (Empoli, 2019, p. 13)

Nesse contexto, a *internet* tornou-se um refúgio crucial para a organização e mobilização destes grupos extremistas, e para a construção de suas ideologias. Ela serve como um ambiente propício para a difusão e elaboração de ideias extremistas, permitindo que indivíduos em estado de solidão adotem uma visão de mundo repleta de conspirações e mentiras contra um suposto comunismo dominante e uma alegada ditadura de 'minorias', tocando em questões de gênero, raça e identidade LGBTQIA+.

Hannah Arendt, em sua análise sobre as ideologias totalitárias, argumenta que o objetivo delas não é "a transformação do mundo exterior ou a transmutação revolucionária da sociedade, mas a transformação da própria natureza humana" (ARENDT, 2013, p. 575). Um paralelo

semelhante pode ser traçado com a emergente extrema-direita brasileira. Assim como os regimes totalitários submetem o ser humano à tirania de uma incessante lógica ideológica, eliminando qualquer espaço para liberdade de pensamento que desvie deste arcabouço, a extrema-direita no Brasil também busca impor uma lógica similar, baseada em suas próprias versões de leis "naturais" ou "históricas". Um exemplo histórico, notório, é a Alemanha Nazista, que fundamentou o racismo como uma "lei natural". No Brasil contemporâneo, observamos esforços da extrema-direita para moldar a natureza humana com base em premissas ideológicas igualmente rígidas e excludentes - em que a “lei natural” se fundamenta em premissas conservadoras de sexistas e machistas. O capítulo 3 da presente dissertação aprofunda esta perspectiva.

Com o advento da ditadura da lei natural e histórica, no totalitarismo há a completa destruição da pessoa jurídica do ser humano, que atua como elemento determinante para conseguir a dominação completa do indivíduo. Os regimentos totalitaristas não agem através do positivismo jurídico, e sim o destrói, e com ele todos e quaisquer direitos civis dos indivíduos.

Para este processo de difusão das leis naturais, históricas, da ideologia e organização dos movimentos totalitários, a propaganda é, no estágio inicial, um meio fundamental, “um instrumento do totalitarismo, possivelmente o mais importante, para enfrentar o mundo não totalitário” (SOUKI, 1998, p. 74), que consegue dar sustentação às mentiras utilizadas para a fundamentação da lógica da ideia totalitária. A propaganda totalitária consegue organizar as ideias e fatos em uma ordem lógica e coerente. O mundo fictício por ela gerado é mais inteligível do que a realidade factual das coisas, com suas imprevisibilidades e incongruências.

A dinâmica das redes sociais da extrema direita brasileira funciona de forma muito semelhante e nos mesmos pilares estruturantes fundamentados por Arendt, que sustentam a propaganda totalitária: o "cientificismo" e a profecia. Para a difusão da ideia totalitária não há nada mais eficiente do que uma carga de “base científica”, mesmo que fictícia, e também de um discurso profético: em que está imbuída uma prospecção de um eterno vir a ser. Ora, não há discurso mais eficiente daquele que diz estar respaldado em bases metodológicas científicas e em uma eterna crença, ou profecia, de um futuro que está por vir onde os méritos serão revelados.

O ser humano moderno isolado, solitário, supérfluo e desenraizado está vulnerável e suscetível a ser conduzido por este arcabouço lógico de ideias apresentadas pelo totalitarismo, visto que o mundo real é muito menos atraente e coerente. Estes milhões de indivíduos que constituem a massa moderna e vivem a solidão, desprendidos dos laços sociais, atuando enquanto *animais laborans*, buscarão o seu lugar de pertencimento no mundo através de um movimento ou de uma liderança que consiga guiá-los em suas existências, trazendo uma ideia lógica dos desdobramentos dos acontecimentos do passado, presente e futuro do mundo que os circundam. A ideologia totalitária é muito mais atraente para eles do que o turvo e confuso mundo real, esta massa é “incapaz de suportar o caráter accidental, incompreensível desse mundo em constante reviravolta” (SOUKI, 1998, p. 69).

A propaganda totalitária, bem como a da extrema-direita brasileira, portanto, prospera por representar justamente esta fuga da realidade para a ficção, que a massa de indivíduos está suscetível de ser atraída. É quase como uma anestesia às privações que estas massas sofrem do mundo real.

“De vários ângulos, o absurdo funciona como uma ferramenta organizacional mais eficaz que a verdade” escreveu o blogueiro da direita alternativa americana Mencius Moldbug (De Empoli, 2019, Op. Cit, p.14).

Por vias democráticas a transformação que o Brasil quer não acontecerá na velocidade que almejamos... e se isso acontecer. Só vejo todo dia a roda girando em torno do próprio eixo e os que sempre nos dominaram continuam nos dominando de jeitos diferentes!” (Carlos Bolsonaro, em seu Twitter, 09/09/2019).

A pavimentação deste caminho que entrecruza a profecia e o cientificismo totalitário é a mentira, uma outra peça fundamental para o exercício da liderança totalitária, pois ela é capaz da construção deste mundo imaginário e coerente da ideologia do movimento, e é tão somente atrás dela que é possível concatenar as ideias. Segundo Arendt: “o que distingue os líderes e ditadores totalitários é a obstinada e simplória determinação com que, entre as ideologias existentes, escolhem os elementos que mais se prestam como fundamentos para a criação de um mundo inteiramente fictício” (ARENDR, 2013. p. 468). No caso da Alemanha Nazista, a mentira original

era de que existia ali uma conspiração e dominação mundial judaica, e que os alemães precisavam se defender com a contraconspiração antissemitista.

A ideologia totalitária não tem compromisso com suas próprias mentiras, nem mesmo com a mentira originária. Encontra-se livre para readequação de discursos, percursos, ideias e propostas, o que importa para o totalitarismo é o movimento em si, que vai construindo e reconstruindo o seu programa ao longo deste processo que é contínuo e sem fim. O papel da liderança totalitária neste processo é fundamental, como aponta Souki:

“A lei dos movimentos totalitários é fundada em critérios exteriores e flutuantes definidos pela direção do movimento, e o sucesso do movimento totalitário, sua eficácia assustadora, depende, em grande parte, da suprema liberdade de seu chefe, que não é obrigado a respeitar nenhuma regra fixa, nem mesmo suas próprias decisões e declarações anteriores” (SOUKI, 1998, 73).

O líder de massas é, assim, infalível, não comete erros, pois é o próprio construtor de toda a narrativa que fundamenta as ideologias totalitárias, não tendo compromisso algum nem com aquilo que ele próprio diz. Poderia dizer que é o próprio “messias”, o profeta do eterno amanhã que está por vir se seus súditos seguirem suas profecias, e elas são expostas a eles e construídas conforme a conveniência e oportunidade do movimento. Em seus próprios discursos, os líderes totalitários, por muitas vezes, se utilizam de tons proféticos cientificistas para justificar as suas ações que estão em curso, Hitler por muitos momentos assim fez na Alemanha Nazista.

Muitos "gurus" intelectuais da nova extrema-direita brasileira, como Olavo de Carvalho, um líder de significativa influência intelectual neste movimento, se basearam em um certo cientificismo profético para propagar suas ideias. Carvalho difundia a noção de que a Constituição de 1988 marcou o início da hegemonia da esquerda brasileira, e que ela utilizava estratégias inspiradas pelo filósofo Antonio Gramsci para estabelecer uma hegemonia ideológica no País. No capítulo 3 desta dissertação, abordaremos mais detalhadamente este personagem. Contudo, o foco aqui é demonstrar como elementos como a "política de choque", as *fake news* e as teorias da conspiração são fundamentais na extrema-direita brasileira, assim como na propaganda de movimentos totalitários.

Outro elemento de convergência com a teoria de Arendt é o conceito da liderança profética, um líder de massas que não possui compromissos com suas próprias narrativas. Essa realidade é perceptível na liderança de Jair Messias Bolsonaro: a contradição e o descompromisso com as suas próprias narrativas foram recorrentes ao longo de todo o mandato e trajetória do ex-presidente. Em 1.459 dias de seu governo foram 6.685 declarações falsas ou distorcidas, como aponta pesquisa semanal realizada pela equipe do Aos Fatos⁴⁷. As teorias da conspiração e as *fake news* foram fundamentais para a sustentação da ideologia de Bolsonaro, aspecto que se destaca em nossa pesquisa de campo.

Esses elementos, por exemplo, foram cruciais para a mobilização dos atos golpistas de 8 de janeiro, alimentando a descrença no sistema judiciário e no sistema eleitoral brasileiro. Ressaltadas de forma recorrente pela liderança de Bolsonaro e seus apoiadores, estas narrativas convenceram muitos a acreditar que as eleições de 2022 foram fraudadas, e que as instituições estavam corrompidas pela esquerda brasileira.

Adentramos então em outro conceito e elemento fundamento para Arendt, que define o totalitarismo: o terror. Instrumento de distinção para a tirania, quem na ilegalidade o seu pilar de sustentação. O terror é o que faz valer a lei do movimento. É o que “faz possível à força da natureza ou da história propagar-se livremente por toda a humanidade sem o estorvo de qualquer ação humana espontânea” (ARENDT, 2013, p. 584). É através do terror que se seleciona qual será o inimigo das leis da história e da natureza, e impede o êxito de qualquer ação que tente se contrapor a este movimento.

O terror caracteriza-se como o inquisidor, o próprio executor penal que fará valer as leis da natureza ou da história, é aquele que elimina o vírus do indivíduo em benefício do corpo social. É através do cinturão de ferro do terror total que no totalitarismo irá se eliminar qualquer singularidade individual na perspectiva de construção de um todo social único.

O terror total difere-se da ilegalidade da tirania porque não atua tão somente na destruição do ser humano enquanto pessoa jurídica, mas também na destruição de qualquer vácuo de espaço

⁴⁷ Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>. Acesso em: 16/01/2024

entre os homens e da gênese da sua liberdade: o nascimento do ser humano, com sua eterna capacidade de começar de novo. O terror total é o grande executor das sentenças de mortes profetizadas pelo totalitarismo e suas leis naturais ou históricas. O terror escolhe suas vítimas e seus carrascos, independente das escolhas ou desejos dos indivíduos, mas tão somente porque a tábua dos mandamentos totalitários assim definiu: de um lado temos a raça ariana e do outro os judeus, os primeiros serão carrascos e os segundos eliminados, e assim será porque foi profetizado pelo cientificismo profético do movimento totalitário.

Mas, importa aqui lembrar que as leis naturais e históricas podem ser alteradas a qualquer momento diante das necessidades e interesses do movimento totalitário, assim um indivíduo pode ser em um determinado momento vítima e em outro carrasco. E é neste ponto em que terror e ideologia são gêmeos siameses de um regime totalitário, pois segundo a Arendt: “aquilo de que o sistema totalitário precisa para guiar a conduta dos seus súditos é um preparo para que cada um se ajuste igualmente bem ao papel de carrasco e ao papel de vítima. Essa preparação bilateral, que substitui o princípio de ação, é a ideologia”

Ideologia e terror caminham lado a lado e se autonutrem, um com a construção das narrativas e das definições das suas leis naturais ou históricas, através do seu cientificismo profético, enquanto o outro é o grande executor, é o sistema penal em ação mas que permeia não só o mundo da legalidade, mas também permeia por todos os corpos humanos, por sua existência e pela gênese da sua liberdade. Esses dois elementos, agindo em harmonia e consonância, é que permitem ao tecido totalitário ir ganhando corpo, tentáculos e penetração, e destruindo a própria essência humana no objetivo de construir um grande corpo social uno, as partes se sacrificam em benefício do todo.

O que Arendt viu no papel do terror para o totalitarismo, conseguimos enxergar no medo também como um fator catalisador do movimento da extrema-direita brasileira, em especial o do comunismo, o da corrupção moral e o da distorção dos valores das famílias, que proporcionam a ação em busca de uma ruptura não só institucional, mas moral e de costumes, àquilo que está em curso no País com uma vitória democrática de um presidente de esquerda. O medo da "ideologia de gênero", do comunismo e da subversão da ordem familiar tradicional são elementos fundamentais que propiciam a coesão dos grupos da extrema-direita brasileira. Estes temas, que

são essenciais para a construção da identidade coletiva destes indivíduos, estão explorados mais detalhadamente nos capítulos 2 e 3 desta dissertação.

Arendt argumenta que a solidão e o isolamento, essenciais para a emergência do totalitarismo, fragmentam os laços sociais e políticos, tornando o indivíduo suscetível à manipulação ideológica. No contexto brasileiro, estas condições não apenas facilitaram a disseminação de ideologias autoritárias pela extrema direita, mas também foram exacerbadas pelas redes sociais, que, paradoxalmente, prometem conexão enquanto frequentemente produzem o oposto.

As redes sociais, ao incentivarem interações superficiais, não apenas deixam de substituir as conexões humanas significativas, mas também ampliam a sensação de isolamento em meio a uma vastidão de contatos digitais. A exposição constante a vidas idealizadas *online* pode intensificar a solidão ao promover comparações sociais desfavoráveis, levando os indivíduos a sentir que suas próprias vidas são inadequadas. Além disso, o foco nas interações virtuais pode reduzir o envolvimento com as comunidades físicas, aprofundando o isolamento e minando as bases das relações interpessoais diretas.

Nesse contexto, os atos golpistas de 08 de janeiro, encampados pela extrema direita, revelam uma dinâmica complexa, onde a solidão não apenas predispõe as massas à manipulação, mas também funciona como um catalisador para a ação coletiva. A extrema direita soube aproveitar as redes sociais para criar um senso de comunidade entre indivíduos isolados, transformando a solidão e o isolamento em instrumentos de mobilização. Essa união paradoxal de pessoas isoladas em uma massa coletiva destaca a dualidade da solidão na era digital: enquanto é um veículo para a manipulação ideológica, também pode ser um meio de convocação para a ação coletiva.

Portanto, ao explorar a solidão no contexto dos eventos de 2024 e o papel das redes sociais, é fundamental reconhecer como estas plataformas digitais reconfiguram as experiências de isolamento e comunidade. Isso requer uma compreensão aprofundada das interações entre as estruturas sociais, as tecnologias de comunicação e as estratégias políticas, destacando as complexidades das relações humanas na contemporaneidade, e fornecendo *insights* sobre as

possibilidades e desafios para a ação coletiva e a resistência política em um mundo cada vez mais conectado, mas paradoxalmente isolado.

Um diálogo entre Hannah Arendt e Kant - A Banalidade do Mal x o Mal Radical

É neste ser humano moderno, inserido nestes regimes totalitários, preparado para agir tanto como carrasco quanto como vítima, que se encontra em estado de isolamento e solidão, em que o terror destruiu qualquer liberdade de agir e a ideologia a de pensar, ou seu senso comum, que se encontra o vazio de pensamento. É neste vazio que surge um outro importante conceito da autora alemã: a banalidade do mal.

O conceito de banalidade do mal será explorado em uma das obras mais conhecidas de Hannah Arendt: *Eichemman em Jerusalém, um relato sobre a Banalidade do Mal* (1963).

Arendt, durante o julgamento do tenente-coronel da SS nazista Eichmann, percebeu que o mal surge do vazio de pensamento e da superficialidade humana, resultantes do desaparecimento do "senso comum" e da alienação do ser humano moderno em relação ao mundo (Souki, Nádia, 1998). Eichmann era apenas um cidadão que sabia estar seguindo ordens e, portanto, era apenas um meio de ação, não um fim em si mesmo, guiado por um regime totalitário. Para fundamentar seu conceito de banalidade do mal, Arendt se baseou em Kant e seu debate sobre o mal radical. Mas enquanto para Kant, o mal reside na moral do ser humano, para Arendt, ele está presente na própria ação.

O Mal Radical em Kant

A filosofia de Kant aborda o mal radical, tema tratado em seu artigo "Sobre o mal radical na natureza humana" (1792), e em sua obra "A Religião nos Limites da Simples Razão" (1793). Para Kant, o mal está relacionado à moral, à oscilação entre razão e vontade, e ao conflito entre o respeito à lei moral e a liberdade. Conforme Santos (2011):

“A explicação de Kant para a problemática da moral é que o ser humano tem dois móveis de ação: a lei moral, que independe de todo e qualquer condicionamento da natureza, e as inclinações naturais, que o faz seguir em busca da felicidade ou daquilo que ele julga ser a felicidade” (Santos, 2011, p. 7).

O mal radical, para Kant, está diretamente ligado ao livre arbítrio humano. Existe uma propensão ao mal na natureza humana, relacionada às máximas que o ser humano escolhe seguir em relação às leis morais. No entanto, essa propensão não é inerente à natureza humana, pois se fosse, o ser humano seria inimputável e não poderia ser responsabilizado por suas ações. De acordo com Souki (1998), a propensão para o mal em Kant é uma tendência deliberativa, ou seja, faz parte da liberdade humana, e não é um impulso natural.

Quando Kant se utiliza da terminologia propensão está justamente colocando este conflito inerente à natureza humana entre o seguir às leis morais ou transgredi-las, no momento em que somos seres racionais, mas também sensíveis e capaz de exercer nossa liberdade de escolha ao se deparar com esse conflito entre racionalidade e vontade. Somos constantemente tentados a violar a legislação moral, mas as atitudes que tomaremos em relação a essa natureza é o que será caracterizado como uma propensão ao bem, ou mal moral. Contudo, podemos afirmar que a propensão ao mal em Kant pode ser vista como universal, já que os seres humanos são limitados, e no exercício cotidiano de sua liberdade estará sujeito a seguir máximas más.

O filósofo, apesar de não admitir um meio termo entre o bem e o mal moral, definirá três gradações desta propensão universal ao mal. A primeira estaria na fragilidade da natureza humana, o ser humano é consciente em relação à lei moral e acolhe, pelo seu livre arbítrio, contudo, apesar da máxima levantada ser boa, há ali uma deliberação manifesta do coração, em que a boa vontade não se torna em realização. Para exemplificar essa gradação Kant utilizará um trecho do apóstolo Paulo que diz: “não pratico o que quero, mas faço o que detesto” (Kant, 1992, p. 354).

Um segundo grau seria o da impureza do coração, “que consiste na propensão em misturar a motivação moral e a não-moral no estímulo subjetivo da ação” (Kant, 2005, p. 186). A tendência a misturar motivos morais com motivos não morais, como se a lei por si só não fosse motivo suficiente, de modo que mesmo “as ações conforme ao dever não são executadas puramente por dever” (Kant, 1992, p. 36).

Por fim, temos o grau da corrupção ou a perversidade do coração humano. Esse caso se configura como a propensão humana a adotar máximas más, negando a legislação moral, o arbítrio, assim, é guiado por outros móveis que não a lei moral. Segundo Kant (1992, p. 36),

neste grau, “embora assim possam ainda existir sempre ações boas segundo a lei, o modo de pensar é, no entanto, corrompido na sua raiz (no tocante à intenção moral, e o ser humano é, por isso, designado como mau”. Neste último caso, o exercício total da liberdade já se decidiu enquanto mau.

Com isso, podemos destacar algumas características fundamentais do conceito kantiano de mal radical. Primeiramente, Kant localiza o debate sobre o mal na lei moral, entendendo que o mal se concretiza na ação a partir das escolhas feitas pelos seres humanos em relação aos móveis que os guiam, e que a conformidade destas escolhas com a moralidade é que determinará a presença do mal. Segundo, para Kant, os conceitos de moralidade e liberdade estão estreitamente interligados.

É importante ressaltar que a reflexão sobre o mal moral em Kant é fundamental para compreendermos o debate posterior de Arendt sobre a Banalidade do Mal. Nesse sentido, percebe-se que a propensão para o mal se concretiza como uma ação racional do ser humano, exercendo-se a partir do conhecimento das leis morais, e que há um conflito interno vivenciado pelo ser humano entre razão, vontade e conhecimento da legislação moral. Com base nessas conceituações fundamentais do mal radical, Arendt moldou seu conceito de Banalidade do Mal, que será explorado mais adiante neste texto.

A Banalidade do Mal

O acompanhamento do julgamento de Eichmann em Jerusalém por Arendt foi um momento crucial para a construção do pensamento da autora sobre a manifestação do mal na humanidade. A filósofa percebeu que Eichmann era um cidadão comum que se considerava apenas um cumpridor de ordens do Estado, sem qualquer motivação criminosa além de buscar progresso pessoal. Arendt argumentou que Eichmann nunca percebeu o que estava fazendo, e que isso o tornava um exemplo do que ela chamou de "ser humano banal".

“A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma motivação. E essa aplicação em si não era de forma alguma criminosa; ele certamente nunca teria matado seu superior para ficar com seu posto. Para falarmos em

termos coloquiais, ele simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo” (ARENDT, 1999, p. 334).

Em contraste com Kant, que focou na moralidade como base para discutir o mal, Arendt concentrou-se na ação humana e na incapacidade de agir em regimes totalitários. Ela argumentou que o totalitarismo, com sua combinação de ideologia e terror, cria um terreno fértil para a atomização da massa de indivíduos modernos, e para o surgimento da solidão. Isso, por sua vez, leva à cegueira moral que permite o mal banal se manifestar de forma cruel e desumana.

Arendt também se diferenciou de Kant ao afirmar que o mal não reside apenas no exercício da liberdade ou no agir em desacordo com as leis morais. Para a filósofa alemã, o mal pode se manifestar de forma mais sutil e cruel no não-pensar, na falta de reflexão e no distanciamento do ser humano moderno de sua própria humanidade. Quando o ser humano é visto como um meio para um fim, guiado por movimentos políticos ou ideológicos, perde sua capacidade de agir com liberdade e humanidade, tornando-se uma peça do sistema totalitário.

Para a autora em questão, o mal se manifesta de forma mais banal e cruel no vazio de pensamento do ser humano. É esse vazio que permite resultados à necropolítica institucionalizada, e sua materilização na banalidade do mal, tornando-se meio e instrumento a ser usado pelos regimes totalitários. Arendt, em sua obra *A Vida do Espírito* (2012), afirma que:

"o pensamento acompanha a vida e é ele mesmo a essência desmaterializada de estar vivo. Uma vida sem pensamento é possível, mas ela fracassa em fazer desabrochar a sua própria essência - ela não é apenas sem sentido; ela não é totalmente viva. Homens que não pensam são como sonâmbulos" (2012, p. 214).

O mal banal encontra-se justamente neste fracasso do desabrochar da essência da vida do ser humano. Só o pensamento é capaz de ter profundidade e, por isso, é radical, na essência epistemológica da palavra, enquanto o mal é superficial e, portanto, banal (SOUKI, 1998).

Dessa forma, o debate de Hannah Arendt sobre o mal não é ontológico, mas sim uma questão de ação política e ética. Essa é a principal motivação que a leva a se referendar tanto no pensamento de Kant neste debate, pois o pensador também rompe com a busca da compreensão

do mal, ou do bem como algo da natureza humana, deslocando assim o debate da sociologia, teologia ou mesmo da ciência política de seu tempo. Ao contrário do que Rousseau afirmava, por exemplo, de que a essência humana era bondosa e a sociedade sua corruptora, para Kant e Arendt o *locus* do debate não está aí. Esses autores se aprofundaram em como este mal se manifesta. Contudo, o primeiro identifica o mal radical nas ações humanas que vão de encontro às legislações morais, enquanto a segunda terá a dimensão política, e o vazio de pensamento, como o espaço em que o mal, de maneira banal, se manifesta.

Se o mal não está na natureza humana e sim na ação do ser humano, a liberdade será vista como um valor essencial à plena garantia da dignidade humana. Quando Arendt fala que o mal mais banal está justamente no vazio do pensamento, o ser humano que se encontra neste lugar não consegue alcançar a sua liberdade, vive na opacidade do não-pensar e segue simplesmente a manada guiada pela ação política de outrem, mais especificamente do Estado. Somente "quando o querer e o posso coincidem a liberdade se consoma" (Arendt, 2005a, p. 208). Com isso, a liberdade se encontra dentro do espaço público e não tão somente no interior humano, estando condicionada às inter-relações humanas, à ação e participação nos assuntos públicos da sociedade. A ação livre humana tem um potencial transformador das realidades sociais, e do rumo da história (Rubiano, 2011).

Assim, em regimes totalitários as liberdades são tolhidas. A ideologia totalitária, como já exposto, busca reger todas as esferas da vida do ser humano em sociedade: suas crenças, vontades e formas de se relacionar. A falta de liberdade, para Arendt, não permite que haja dignidade humana, e o ser humano passa a ser meio da ação política, e não um fim em si (SOUKI, 1998).

A ideologia totalitária e o terror atuam como cerceadores do livre arbítrio e, conseqüentemente, como um gerador deste vazio de pensamento que é de onde emerge a banalidade do mal. O indivíduo, na sua condição ora de carrasco ora de vítima, agirá como um cumpridor das leis naturais dos regimes totalitários. Fundamentados em pilares de racismo ou luta de classes, a eliminação do inimigo faz parte de um simples processo de seguir aquilo que foi determinado e profetizado pelo cientificismo profético do movimento totalitário, assim, os indivíduos são meros seguidores de ordens.

A banalidade do mal é perceptível nos atos golpistas de 8 de janeiro. Nesse dia, indivíduos marcharam pelas ruas de Brasília, vandalizaram espaços públicos e demonstraram extrema agressividade contra as autoridades policiais. Como é perceptível pelo relato, por exemplo, da soldada Marcela da Silva Moraes Pinno, que foi empurrada do alto da cúpula do Congresso, caindo cerca de 3 metros. Apesar do impacto, ela tentou retornar à linha de frente, esforçando-se para escalar o gramado e reagrupar-se com as forças de segurança. No entanto, ao cruzar o gradil, Marcela enfrentou um ataque ainda mais violento: sem seu escudo, foi chutada e atingida na cabeça com uma barra de ferro. Esse episódio ilustra a extrema brutalidade e a situação caótica que os policiais enfrentaram ao tentar conter a violência e garantir a segurança durante a invasão, destacando o perigo extremo que caracterizou esse confronto (CONGRESSO NACIONAL, 2023, pg . 725).

A banalidade do mal é evidente nos discursos racistas, misóginos e LGBTfóbicos proferidos pelo ex-presidente Bolsonaro, que se refletiram em vários atos de violência explícita. Um exemplo trágico é a morte de Marcelo Arruda, tesoureiro do PT, assassinado durante sua festa de aniversário por um apoiador de Bolsonaro. Outro caso é o do capoeirista Moa do Katendê, que foi morto com 12 facadas em um bar em Salvador, após declarar seu voto em Fernando Haddad (PT) para presidente. Adicionalmente, houve episódios de vandalismo e violência durante a noite da diplomação de Lula, perpetrados por baderneiros. Esses incidentes são apenas alguns entre muitos outros que poderiam ser citados, incluindo os eventos de 8 de janeiro. Esses temas serão aprofundados no capítulo seguinte, que focará especificamente nos acontecimentos daquele dia.

4. OS ECOS DO TOTALITARISMO E A BANALIDADE DO MAL DA NOVA EXTREMA-DIREITA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS EVENTOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023

Com base nos estudos de Hannah Arendt, no estudo de caso em questão e no campo teórico que examina o novo movimento da extrema-direita, este capítulo busca delinear os elementos estruturantes desse movimento em ascensão, utilizando as narrativas dos golpistas de 8 de janeiro como base. Apresentamos quatro tópicos importantes: o poder das redes sociais e da propaganda bolsonarista; o medo do comunismo e do petismo; a ideologia bolsonarista; e a definição do "cidadão de bem". Também discutimos conceitos como o *animal laborans*, a dominação da esfera social e a banalidade do mal. Por fim, oferecemos uma breve reflexão sobre a importância de denominar esse movimento como extrema-direita, em vez de simplesmente bolsonarismo.

O poder das redes sociais e da propaganda bolsonarista

A propaganda da ideologia bolsonarista é a principal ferramenta de organização do movimento, adquirindo uma eficácia ainda maior do que nos tempos da filósofa alemã, especialmente com o surgimento da era digital e das redes sociais. A disseminação rápida, a interatividade das redes e a capacidade de produção de conteúdo e informações alcançaram proporções sem precedentes na história. Estamos agora imersos na era da pós-verdade, onde o conteúdo e as informações não são mais filtrados pelos fatos, mas sim pelas crenças e emoções individuais. Segundo o dicionário Oxford, pós-verdade refere-se a circunstâncias em que fatos objetivos têm menos influência na formação da opinião pública do que o apelo à emoção ou às crenças pessoais.

Ao observar o perfil dos manifestantes bolsonaristas do dia 8 de janeiro de 2023, constatamos indivíduos atomizados, não pertencentes a movimentos organizados, ou categoria organizada de trabalhadores. São “pessoas comuns” -, e por isso queremos dizer que não apresentam uma característica homogênea, enquanto coletivo, em suas variáveis de trabalho e grau escolar, nem em termos de pertencimento a organizações políticas ou movimentos sociais. Mas, que buscam no movimento bolsonarista, e em sua propaganda massificada cotidianamente, respostas lógicas para a realidade confusa que os circunda. A ficção dos grupos de *WhatsApp* é mais tentadora do que enfrentar o mundo real.

Há nos grupos de *WhatsApp* bolsonaristas respostas lógicas a todas as questões da realidade, e tudo aquilo que o “Messias” profetiza e se concretiza, ou se concretizará. Como podemos ver, por exemplo, em relação ao próprio processo eleitoral. Para os súditos do Messias haveria só duas possibilidades nas eleições: ou Bolsonaro ganharia, ou haveria fraudes no processo eleitoral. O próprio partido do ex-presidente, PL, nas vésperas das eleições, apresentou relatório em que reforça o discurso da fragilidade das urnas eleitorais. Ou seja, ali já estava o álibi para a justificativa de qualquer resultado que viria pela frente: em caso de vitória, foi devido a grandeza do Messias em sua cruzada implacável contra todo um sistema; já em caso de derrota, seria o fruto da corrupção endêmica e da fragilidade das urnas eletrônicas. Como explicita um dos depoentes presos no dia 8 de janeiro dentro do Palácio do Planalto: “o motivo da ação é porque não aceitam o resultado das urnas” (POLÍCIA FEDERAL, 2023. Auto de Infração em flagrante, nº 0701379-57.2023.8.07.0001, pg. 60).

O *WhatsApp* e *Telegram* são os mecanismos de difusão da propaganda bolsonarista que Hannah Arendt (2013) identificava nos movimentos totalitários, com características semelhantes às apresentadas pela filósofa: uma forma de aprisionamentos dos súditos à ideologia do movimento através das conspirações e dos segredos. São estas redes também as principais formas de organização do movimento e que possibilitaram, por exemplo, a realização dos atos de terrorismo do dia 8 de janeiro, como podemos ver através dos depoimentos de alguns dos presos, e da própria manifestação do ministro Alexandre de Moraes:

“os atos de terrorismo se revelam como verdadeira “tragédia anunciada”, pela absoluta publicidade da convocação das manifestações ilegais pelas redes sociais e aplicativos de troca de mensagens, tais como o *WhatsApp* e *Telegram*” - ministro Alexandre de Moraes.

“Disse que veio de ônibus após ver um anúncio por meio de grupos de *whatsapp*, informando sobre a excursão que sairia do Rio de Janeiro para Brasília para uma manifestação no acampamento do QG. O valor seria de R\$206,00 por pessoa, com volta programada para o dia quinta-feira da semana que vem. Disse que veio com duzentos reais em dinheiro” - (POLÍCIA FEDERAL, 2023. Depoimento de Carlos Eduardo Bon Caetano da Silva, de Niterói/RJ, pg. 62).

“Que assim que chegou foi para o acampamento, situado no QG do Exército. Que veio para Brasília de carro. Que soube que haveria uma manifestação grande aqui por grupos de

WhatsApp. Afirmou que participava dos movimentos pacíficos realizados em frente ao Comando Leste” (POLÍCIA FEDERAL, 2023. Depoimento de Josias Carneiro de Almeida, do Rio de Janeiro/RJ, pg. 67).

Em depoimento à CPI dos Atos Golpistas para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, o ex-comandante da operação da Polícia Militar diz que os manifestantes viviam em um “mundo paralelo”, em que só escutavam as notícias dos grupos de *WhatsApp* e do carro de som que circulava no acampamento. Ora, é este indivíduo atomizado que está suscetível de ser guiado pelo movimento bolsonarista, e crer nas mais diversas *Fake News*. Uma delas dizia que “Xandão” (ministro Alexandre de Moraes) seria preso, Lula teria morrido, ou mesmo que a qualquer momento haveria uma intervenção militar.

Os manifestantes aguardaram, e continuaram a crer por todo o tempo no cientificismo profético que circundava as propagandas bolsonaristas, e foram guiados por elas que seguiram em marcha até o Congresso Nacional, STF e Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro. Esse dia marcou a marcha da santa inquisição bolsonarista na perspectiva de tirar do poder aqueles que não representavam “Deus, Pátria, Família e Liberdade”.

E é nesta perspectiva quem têm a compreensão, recorrente em seus discursos, de que “somos o povo”. Afinal, no universo que validaram como real, eles nunca deixaram de representar a maioria, e ser a legítima voz desta expressiva parcela da população, as instituições é que estariam corrompidas pelo comunismo e pelo petismo.

João Cezar de Castro Rocha (2023) denominará este universo de como os movimentos de extrema-direita se utilizam das redes sociais construção das narrativas, e aqui, utilizando de Arendt, para a concepção e validação das suas leis naturais e histórias, de midiosfera extremista.

É um conceito que descreve um sistema informacional extremamente coerente internamente e praticamente imune a críticas ou verificações externas. Esse sistema depende de uma estrutura específica e de um pacto explícito entre seus participantes, que se comprometem a consumir informações exclusivamente dentro desse ecossistema, rejeitando outras fontes de informação. É o universo de validação da verdade para os bolsonaristas, e tão somente dentro deste que os “fatos” podem ser verificados e validados.

Segundo o autor (2023), a midiosfera extremista é composta de cinco elementos: quatro internos e um externo. Os internos compõem uma grande cadeia de teorias conspiratórias e desinformações que constituem o universo validado pelos bolsonaristas, são eles: as correntes e grupos de WhatsApp, que disseminaram desinformação e propaganda diariamente; canais do YouTube, que funcionam como centros de radicalização ideológica e criação de teorias conspiratórias; redes sociais, dominadas pela extrema direita, usadas para reforçar e espalhar conteúdos radicais; e aplicativos específicos, como a TV Bolsonaro no Facebook, que divulgam conteúdos alinhados à ideologia extremista.

Dentro dessa midiosfera, circula incessantemente um conteúdo audiovisual baseado em fake news e teorias conspiratórias, numa escalada de violência que culminou nas ações golpistas de 8 de janeiro. A validação desse universo de mentiras e ilusões depende significativamente do quinto elemento da midiosfera extremista: a “mídia amiga” que lucra facilmente com a monetização do radicalismo. Nos Estados Unidos, a Fox News assume esse papel, enquanto no Brasil, a Rádio e TV Jovem Pan desempenha essa função. O impacto da “mídia amiga” na mentalidade sectária da militância fanatizada é devastador, pois ao dar voz a apoiadores de teorias conspiratórias e conceder visibilidade às notícias mais delirantes, a crença dos participantes da midiosfera extremista torna-se inabalável.

Um pacto essencial para a consolidação e manutenção dessa midiosfera é a validação das informações pelos participantes exclusivamente dentro desse universo, rejeitando obstinadamente qualquer outra fonte de informação. Trata-se de uma rede que faria inveja a Joseph Goebbels, que não dispunha do poder da internet e das mídias sociais. Observamos, contudo, uma convergência entre o que a filósofa alemã descreveu sobre o papel da propaganda na construção e validação da ideologia totalitária – das suas leis naturais e histórias - e na mobilização dos “súditos” em ações que refletem a banalidade do mal, e o que estamos vivenciando com os movimentos de extrema-direita no Brasil. As intersecções, similitudes e diálogos entre esses campos teóricos são notáveis.

O medo do comunismo e do PTismo

Outro elemento fundamental de mobilização e de construção de unidade desta extrema-direita é: o medo. Os depoimentos nos trazem uma narrativa recorrente entre os golpistas e as testemunhas: o medo é um fator catalisador do movimento, em especial o do comunismo, da corrupção, da distorção dos valores das famílias, que proporcionam a ação em busca de uma ruptura não só institucional, mas moral e de costumes. Ou seja, as políticas públicas que estão em curso no País com uma vitória democrática de um presidente de esquerda.

A exploração do medo e do ódio à diferença por movimentos desta extrema-direita é algo que aparece de forma corrente nas literaturas e nos estudos de caso. Como nos apresenta Rodrigo Nunes (2022), esses movimentos utilizam a ideia de “mamata” para confundir a ansiedade em torno da perda de direitos com o medo de perder privilégios. Essas estratégias unem setores que, apesar de terem poucas preocupações materiais, ressentem-se das conquistas de certos grupos, com outros que temem o declínio de seu padrão de vida.

A crise de 2008, atribuída a um “neoliberalismo progressistas”, exacerbou essa percepção, fazendo com que os “perdedores” da globalização acreditassem que sua perda de direitos se deve ao ganho de privilégios por minorias. Esse fenômeno, a nível mundial, explica como figuras bilionárias, como Trump, podem se apresentar como defensores do “homem comum” contra uma elite vista como favorecendo indevidamente outros grupos. No Brasil, essa dinâmica é reforçada pela combinação dos neoconversadores com os neoliberais, onde a perda de privilégios por brancos, homens e heterossexuais é associada aos direitos conquistados por as minorias políticas – LGTQIAP+, mulheres e pessoas negras. Essa convergência é sustentada pela teologia da prosperidade e da dominação das igrejas neopentecostais, que promove a família como instituição disciplinar, e por outro lado o neoliberalismo que exacerba a centralidade do individualismo nos processos de pensar a sociedade – a conquista de direito dos outros equivale a uma perda para mim. Em resumo, essa nova extrema-direita demonstra como neoliberais e neoconversadores compartilham uma gramática comum em que ansiedade e o medo são canalizadores da mesma.

Este medo e ódio, como será ainda melhor explorado nos elementos fundantes da ideologia da extrema-direita no capítulo subsequente, são direcionados principalmente contra segmentos

historicamente marginalizados, criminalizados e excluídos da sociedade, que apresentavam um contexto de alguns, ainda módicos, avanços em termos de acesso a direitos provocados por políticas sociais e de inclusão dos governos petistas – os LBTQIAP+, as mulheres, as pessoas negras. E também um medo e ódio ao modo de governar da esquerda, tratando, assim, a mesma como corrupta tanto do ponto de vista de desvios éticos, quanto do de recursos públicos – como já apresentado anteriormente esta narrativa fortemente incentivada pela grande mídia e pelas operações judiciais e policiais seletivas da Lava Jato – como também do ponto de uma corrupção no sentido de desvios morais e valores desta sociedade conservadora.

Algumas foram as bandeiras do neoconversadorismo, em especial das igrejas neopetencostais, levantadas para gerar movimento ao redor deste sentimento de ódio, medo e ansiedade: a chamada “ideologia de gênero” e a escola sem partido foram duas centrais. Em seu livro “Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder” (2018), a jornalista Andrea Dip entrevista a professora Jimena Furlani da UDESC, que aborda as origens e a centralidade do debate sobre “ideologia de gênero” e o projeto “Escola Sem Partido” no Brasil, destacando o papel dos neopentecostais desde 2014.

Durante a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) no Congresso Nacional, parlamentares evangélicos e católicos uniram forças para excluir os debates sobre gênero nas escolas. Esta ação se tornou uma de suas maiores bandeiras. Militantes pró-vida protestaram em assembleias legislativas, enquanto pastores como Silas Malafaia, e parlamentares como Marco Feliciano, Jair Bolsonaro e Magno Malta alegavam que a “ideologia de gênero” destruiria a família e doutrinaria crianças. A CNBB também à época afirma que a “ideologia de gênero” desconstrói o conceito de família.

Esta mobilização resultou que parlamentares e líderes religiosos conseguiram retirar o termo “gênero” dos planos municipais e estaduais de educação. Marco Feliciano, por exemplo, celebrou em suas redes sociais a vitória da retirada do termo em 804 municípios em 2015, e nas missas e cultos, cartilhas foram distribuídas para alertar pais sobre o suposto perigo da doutrinação. As teorias conspiratórias também fundamentaram bem esta estratégia, com falsas cartilhas, atribuídas ao MEC, sendo compartilhadas com imagens de crianças em situações sexuais explícitas.

A militância conservadora não só vetou a inclusão do termo "gênero" no PNE, mas também impulsionou o projeto “Escola Sem Partido”. Criado por Miguel Nagib em 2004, o projeto ganhou força dez anos depois, pregando o fim da doutrinação política e ideológica em sala de aula, atribuída a professores de esquerda e marxistas.

Apesar do termo "ideologia de gênero" nunca aparecer nos planos de educação, Estudos de Gênero ou ciências humanas, grupos conservadores protestaram vigorosamente, inclusive realizando protestos contra a filósofa Judith Butler em 2017, quando a mesma esteve no Brasil para uma palestra. Butler explicou que sua teoria da performatividade de gênero defende a expressão de gênero como um direito fundamental, não como uma "ideologia".

Na entrevista da pesquisadora Jimena Furlani (2018), a mesma identifica ainda que a narrativa de "ideologia de gênero" surgiu de segmentos conservadores da Igreja Católica e movimentos pró-vida, centralizados no Observatório Interamericano de Biopolítica. O termo foi usado pela primeira vez em 1998, em uma Conferência Episcopal da Igreja Católica no Peru, e foi articulado para desqualificar os Estudos de Gênero e apresentá-los como prejudiciais à sociedade.

A estratégia de construção da “ideologia de gênero” é vista como eficaz por Furlani, pois mobilizou pais e mães ao sugerir uma ameaça às crianças e à família. Os neopentecostais desempenham um papel crucial nessa mobilização, utilizando a retórica para promover uma agenda política que visa impedir ou retroceder conquistas em direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, além de promover uma teocracia cristã no Brasil. A narrativa se tornou um potente cabo eleitoral, com líderes religiosos usando-a para alarmar a população e consolidar seu poder político através do medo.

Vemos então o papel central que o medo e ódio teve para proporcionar esta fusão entre o neoliberalismo, com sua ênfase na desregulação e na amoralidade econômica, e o neoconservadorismo, com seu foco em regulação moral. Essa fusão, embora aparentemente contraditória, na verdade forja um tipo de sujeito político com tendências claramente antidemocráticas e contrárias ao pacto constitucional de 1988 - a dita nova extrema-direita com características muito similares a velhas extremas-direitas totalitárias de tempos longínquos, tais quais estudadas pela filósofa Hannah Arendt.

Para esta nova extrema-direita, o "bandido" e a "corrupção" são vistos de forma mais ampla do que puramente a transgressão às normas positivadas de uma sociedade. São associados também a quem desafia os valores e costumes estabelecidos, incluindo aspectos da vida privada como a sexualidade e as decisões reprodutivas. A corrupção, por exemplo, é vista quase como intrínseca ao setor público, o que alimenta a defesa de um Estado mínimo, sob a crença de que o setor privado é inerentemente mais eficiente e menos suscetível à corrupção. Esse ponto de vista se alastra também na educação pública, onde a alegação de que o Estado, nas mãos da esquerda, busca inserção de ensinamentos considerados "ideológicos" em escolas, tentando assim adentrar na esfera das atribuições da família e distorcer os valores da "família tradicional", como posto nos movimentos contra a "ideologia de gênero" e a "Escola Sem Partido", objetivando a erradicação de conteúdos que são vistos como tentativas do Estado de moldar os valores das crianças.

Ora, é notório o diálogo existente entre os teóricos que estudam o fenômeno desta extrema-direita - tais quais Andrea Dip (2018), João Cezar de Castro Rocha (2023), Rodrigo Nunes (2022), Camila Rocha (2021), Gabriel Feltran (2021) e Esther Solano (2021) -, e aquilo que Hannah Arendt (2013) apresentou já há tempos. Nesse diálogo indicamos, aqui, o que é perceptível também nos documentos estudados sobre os atos golpistas do dia 8 de janeiro: o uso do medo e das teorias conspiratórias como instrumento de controle e mobilização política. Arendt (2013), como já explorado, descreve o terror como uma ferramenta central do totalitarismo, usada para impor um movimento ideológico e eliminar a individualidade e ação espontânea humana, designando e combatendo inimigos selecionados de acordo com as "leis" da ideologia.

O medo, em ambos os casos, é empregado para justificar ações, que sob a bandeira de combater uma suposta ameaça (seja o comunismo, a "ideologia de gênero", as distorções dos valores da família ou a corrupção), promovem a unificação de dois grupos ideológicos - o neoconversadorismo e o neoliberalismo – em uma saga pela destruição do Estado democrático direito em favor da manutenção de privilégios para as mesmas elites dominantes – homens, brancos e heteros.

A ideologia e o medo se interseccionam para criar uma realidade em que o controle e a manipulação são exercidos não apenas através de ações diretas de coerção, mas também pelo estabelecimento de um inimigo comum que deve ser combatido. Tanto no totalitarismo quanto a

extrema-direita brasileira bolsonarista, este inimigo é qualquer um que possa desafiar o movimento ideológico, esse último associado à corrupção, à degradação moral e dos costumes tradicionais. Em ambos os casos, a ideologia e o medo são usados como meios para solidificar o poder, suprimir a pluralidade e a dissidência.

E qual seria a ideologia da extrema-direita bolsonarista?

Como podemos então descrever quais são as crenças e as ideologias do movimento golpista do dia 8 de janeiro? Aqui iremos compreender o conceito de ideologia a partir da perspectiva de Arendt já apresenta: como um conjunto lógico de uma ideia.

Rodrigo Nunes (2022) propõe uma análise multifacetada do movimento de extrema-direita bolsonarista, destacando sua complexidade e múltiplas dimensões. Ele identifica quatro estágios principais:

Primeiro, as diversas matrizes discursivas, que são ideias e narrativas distintas que convergiram para formar esta extrema-direita. Segundo, ele enfatiza as “gramáticas comuns” que permitiram a interação e compatibilidade entre essas matrizes, reforçando-se mutuamente.

A terceira fase foca nas condições afetivas ou estados de ânimo coletivos, que constituem o terreno emocional onde essas matrizes discursivas encontram ressonância. Esses estados afetivos incluem sentimentos como medo, esperança, raiva, e frustração, mobilizados politicamente.

Por fim, Nunes destaca a infraestrutura organizacional necessária a circulação e fortalecimento dessas matrizes discursivas. Isso inclui igrejas, meios de comunicação tradicionais, influenciadores digitais e plataformas de redes sociais, como YouTube, Whatsapp e twitter, além do uso de robôs para amplificar mensagens. O que João Cezar de Castro (2023) chama de midiosfera extremista, como já apresentado anteriormente.

Dentro das matrizes discursivas, Gabriel Feltran (2022) encontra três fundamentais: militarismo policial, anti-intelectualismo evangélico e empreendedorismo monetário. O militarismo policial se opõe às liberdades democráticas, principalmente em questões de gênero e sexualidade, e homogeniza a diversidade cultural brasileira. O anti-intelectualismo evangélico ataca a ciência e a educação formal, associando-as à esquerda, e contraria o estado laico. O empreendedorismo monetário valoriza o trabalho informal e rejeita movimentos trabalhistas e sindicais. Essas matrizes discursivas permeiam diferentes grupos sociais e encontram

convergência em fundamentos morais, não em reconhecimento de classes sociais. Nestas matrizes discursivas estão presentes esta consonância entre o neoliberalismo e o neoconversadorismo de forma sincrônica, que constituem uma gramática moral, como exposto por Nunes (2022), que inclui o individualismo, o punitivismo e a valorização da ordem acima da lei. A extrema-direita bolsonarista acredita na autossuficiência individual, vendo as conquistas como triunfos pessoais e os fracassos como falhas individuais, ignorando as estruturas sociais e econômicas subjacentes.

O punitivismo desta extrema-direita surge nesta sociedade do hiper individualismo com a ideia de que todos são vistos como totalmente responsáveis por seu próprio destino. Neste cenário, a não conformidade é percebida como uma tentativa de se eximir da responsabilidade pessoal ou de buscar tratamento diferenciado, fazendo com que qualquer desvio da norma seja considerado merecedor de punição. O punitivismo, segundo Nunes (2022), tem um caráter duplo: profilático e retributivo. Por um lado, submeter as pessoas a dificuldades é visto como edificador para elas, fortalecendo seu caráter. Por outro lado, a punição é considerada uma resposta justa e necessária ao desvio.

O punitivismo não só mantém a disciplina, mas também naturaliza o disciplinamento, instaurando a ideia de que todos estão sempre sujeitos a uma correção de comportamento. Esse respeito pela autoridade estabelecida e pelos papéis sociais vigentes faz com que tanto o crime organizado quanto os movimentos sociais sejam vistos como desprezo.

Na extrema-direita bolsonarista, o individualismo e o punitivismo se cruzam na noção de ordem, que é vista como superior à lei e, em última instância, contrária a ela. Nunes (2022) observa que essa ideia de ordem acima da lei tem raízes na formação histórica do Brasil, onde os senhores de engenho representavam tanto o poder estatal quanto os interesses privados. Essa confusão entre interesses públicos e privados perpetuou uma estrutura social arcaica, onde a sociedade era dividida entre indivíduos com direitos e outros reduzidos à condição de mera propriedade. Mesmo com a abolição da escravidão, a garantia permanente de direitos continuou sendo um privilégio reservado a quem gozava de certa posição social, enquanto a punição era garantida para aqueles cujo status não os dispensava de obedecer às regras.

Em uma sociedade onde a igualdade perante a lei é um privilégio, o apelo à ordem está mais relacionado à concessão de tratamento especial a quem “merece” e à revogação dos direitos de quem não merece. Isso era visível na forma como a imprensa e o público aplaudiram a Operação Lava Jato, apesar de suas irregularidades procedimentais. Essas irregularidades acaram sujeitando

os resultados jurídicos da operação a revisão e até anulação, embora seus efeitos políticos fossem irreversíveis. Assim, a extrema-direita promove a autossuficiência individual, justifica a punição como uma forma de correção social e prioriza uma ordem social que perpetua a desigualdade e a injustiça social.

A partir da perspectiva teórica de Hannah Arendt (2018) esta gramática comum da extrema-direita não se baseia em leis positivadas, mas em leis naturais e históricas guiadas por morais totalizantes, afetos compartilhados e preconceitos estruturais como a colonialidade, racismo, misoginia e necropolítica. Esses preconceitos estruturam a estratificação social e definem quem detém direitos, excluindo mulheres, negros, LGBTQIA+, e indígenas. A ascensão social destes grupos ameaça a moral da extrema-direita bolsonarista. E é sobre este tema que iremos nos dedicar ao longo de todo o próximo capítulo.

O *animal laborans*, a dominação da esfera social e a banalidade do mal

Aqui exponho um outro importante debate travado por Arendt em seus escritos, em especial no seu livro *A Condição Humana* (2020), que é o debate sobre o surgimento e expansão da esfera social na modernidade, para buscar compreender o que pode levar estas ditas “pessoas comuns” a cometer atos de extrema violência, e busca de ruptura democrática.

A filósofa percebe que nas sociedades modernas há uma eclosão da esfera social, e consequentemente a retração das esferas privadas e públicas, explícita na dificuldade contemporânea de discernir entre a esfera da pólis (o espaço público e político), e a esfera do lar e da família (o espaço privado). No pensamento antigo, esta divisão era fundamental: a esfera pública era dedicada ao mundo comum, às questões de interesse coletivo, enquanto a esfera privada concentrava-se na manutenção da vida e nas necessidades individuais e familiares. Contudo, na modernidade o mundo da necessidade é levado para o espaço público, e assim se torna também difícil encontrar as fronteiras entre as atividades relativas a um mundo comum, e aquelas relativas à manutenção da vida:

“O pensamento científico que corresponde a esse desdobramento já não é a ciência política, e sim a “economia nacional” ou a “economia social” ou, ainda, a Volkswirtschaft, todas as quais indicam uma espécie de

“administração doméstica coletiva”; o que chamamos de “sociedade” é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma” (Arendt, 2020, pp. 99).

Quando, a partir desta ótica, voltamos nosso olhar para os movimentos da extrema direita no Brasil, encontramos também as motivações destas convergências entre as ideologias neoliberais e neoconservadoras em suas formas de pensar: há justamente este imbricamento e entrelace entre as esferas públicas e privadas. Na verdade, ao fim o que se percebe é que estas “pessoas comuns” tratam justamente da defesa de “grupos de famílias” e de seus interesses particulares, que historicamente foram hegemônicos, e que buscam a manutenção de sua hegemonia.

A preponderância do *animal laborans* caminha justamente neste sentido: na esfera social os interesses defendidos dizem respeito a valores e morais, e não à busca pelo fortalecimento do mundo comum, mas sim os interesses individuais e da esfera privada. Assim, há, de certa forma, uma defesa da propriedade privada e de todas as questões envolvidas no âmbito desta dimensão: a misoginia e o racismo em especial.

A discussão de conceitos fundamentais para a formação da esfera privada na sociedade brasileira assim se torna essencial para compreendermos, ainda mais a fundo, o que diz respeito ao pensamento destas ditas “pessoas comuns”. Há importantes pontos de confluência e diálogo da proposta de Arendt, da expansão da esfera pública na modernidade, com a ideia de biopoder em Foucault.

O conceito de biopoder em Michel Foucault é complexo e multifacetado, abordando a forma como o poder moderno regula a vida humana. Segundo Foucault, o biopoder surgiu no século XVIII, e representa uma transição no modo como o poder é exercido. Tradicionalmente, o poder estava associado principalmente com a soberania e o direito de tirar a vida, ou deixar viver. Com o biopoder, o foco muda para o gerenciamento da vida, com o poder se infiltrando em diversos aspectos da existência humana, como a saúde, a higiene, a sexualidade e a natalidade.

Essa forma de poder opera não apenas através da repressão, mas também por meio da normalização e da regulação. Foucault desenvolve este conceito em várias de suas obras, mas um

ponto chave para entender o biopoder é o livro "História da Sexualidade: Volume 1 - A Vontade de Saber" (1976). Nele, o autor explora como o sexo e a sexualidade tornaram-se domínios centrais através dos quais o biopoder é exercido.

Esse conceito é crucial para o desenvolvimento do sistema capitalista, pois representa um processo de dominação da vida que resulta na criação de indivíduos economicamente produtivos, e politicamente submissos. A domesticação social, ancorada em questões raciais e de gênero, forma pilares vitais para esta dinâmica de poder. Portanto, aprofundaremos a análise destas questões no próximo capítulo, evidenciando a sua relevância e impacto na sociedade atual, e na mobilização de movimentos da extrema direita.

Fazendo aqui um paralelo entre os atores, seria justamente dominado por este biopoder que se encontra o *animal laborans* -. Ou seja, a ação do indivíduo na esfera social está condicionada aos seus interesses individuais e privados, e representa, assim, a destruição da ação política voltada para o bem comum. E quais são os interesses privados destes *animais laborans*? São justamente aqueles que estão na gênese do biopoder: a manutenção da propriedade privada, dominada pelo patriarcado e pelo racismo estrutural.

Foucault (2010) considera o racismo como elemento central para o exercício do biopoder, de tal maneira que "quase não há funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo" (Foucault, 2010, pág. 216). Há, assim, uma correlação direta entre a formação do Estado a partir do século XIX, e a configuração do racismo. Como se vê, o Estado moderno exerce sua soberania através dos controles dos corpos – com sua “capacidade de disciplinar e regulamentar” vidas (Foucault, 2010, p. 214), ao passo que o racismo, em sua dupla função, serve de tecnologia fundamental para o exercício deste poder e da soberania.

Esse exercício do biopoder penetra na esfera privada, colocando o indivíduo sob seu domínio, e evidenciando uma hegemonia dominante na sociedade que procura sua própria perpetuação. Não pretendemos aqui absolver os indivíduos bolsonaristas de suas responsabilidades individuais pelos atos cometidos, já que, como relatado, eles tinham plena consciência de suas ações e suas implicações. No entanto, é nosso objetivo compreender as motivações e raízes

ideológicas por trás destas ações: a preservação de uma hegemonia baseada em estruturas racistas e misóginas, elementos profundamente enraizados na estratificação social do Brasil. Essa divisão de classes e a estrutura econômica capitalista do País foram sustentadas e possibilitadas por estes dois pilares: o racismo estrutural e a misoginia. Aprofundaremos nesse assunto no próximo capítulo, onde discutiremos teoricamente estes temas de maneira mais detalhada e estruturada.

Os movimentos de extrema direita aparecem tão somente como um catalisador desta efervescência de pensamentos que sempre estiveram presentes em nossa sociedade. Eles constroem uma ideologia que traz sentido ao mundo para estes *animais laborans*, através do que Arendt (2013) chamaria de cientificismo profético - dão lógica e sentido para os pensamentos que já estavam presentes na cabeça destes indivíduos.

Estas pessoas provêm de diferentes estratos sociais -de trabalhadores autônomos a pequenos empresários-, mas há um delineamento de gênero e étnico bem definido entre elas, e ecoa de forma muito harmônica em seus ouvidos o chamado ideológico da extrema direita: homens brancos uni-vos, pois vocês estão sendo preteridos nesta sociedade contemporânea em que o comunismo, através da sua corrupção de valores, está buscando trazer privilégios para negros, para mulheres, indígenas e para LGBTQIA+s.

Este *animal laborans*, fruto desta atomização dos indivíduos na sociedade de massas, age em conformidade com seus interesses mais banais e particulares. É neste contexto que encontramos também presente a banalidade do mal nesta marcha do golpismo do indivíduo bolsonarista, não só nos discursos proferidos de cunho racista, misógino e LGBTfóbico. O “fuzilar a petrelhada”, dito por Bolsonaro com um tripé em mãos simulando um fuzil se materializou em fato quando, por exemplo, fez com que um bolsonarista, policial penal, desse três tiros fatais em um Marcelo Arruda, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, em sua comemoração de aniversário. Ou então, a campanha pública que o governo fez pela aprovação do pacote anticrime, apresentado por o ex-ministro da Justiça Sérgio Moro. Um dos pontos de destaque da proposta legislativa era a ampliação dos excludentes de ilicitude que, na prática, autoriza o direito da polícia de matar. Vale lembrar que a polícia brasileira já é uma das que mais mata no mundo, e na grande maioria das vítimas é de pretos, pobres e de periferia, com a justificativa, e a narrativa de que: “bandido bom é bandido morto”.

Há uma verdadeira busca pela destruição da personalidade jurídica do indivíduo nesta máxima da extrema-direita bolsonarista, pois afinal quem define quem é bandido ou não? Não é mais o sistema judicial ou as leis positivas, mas pura e simplesmente o próprio movimento, afinal a própria esquerda é vista como “corrupta por essência” ou, então, “preto, pobre e favelado” também são potenciais vítimas do bolsonarismo. As leis naturais e históricas defendidas pelo movimento preponderam, e tanto a “supremacia branca” está presente, camuflada atrás do discurso meritocrático, como o inimigo comunista histórico, que destrói as instituições e as corrompe.

Para estes indivíduos o “seu mundo” está sob ataque e seus privilégios estão sendo deteriorados, e é nestes momentos que encontram os messias proféticos tais quais Bolsonaro. Veja, já havia ali este sistema de crenças, valores e morais latentes, o bolsonarismo, através da sua propaganda amplamente difundida pelas novas tecnologias das redes sociais só permitiu um ponto de convergência. A comunhão desta ideologia em comum, que se alimenta em grande medida pela existência de um inimigo comum: a esquerda, o PTismo e o “comunismo”.

O medo, neste contexto, torna-se um elemento unificador, facilitando o reconhecimento mútuo e a formação de uma identidade coletiva. Esse medo coletivo atua como um catalisador, unindo indivíduos sob discursos e ideologias compartilhados. Sob a influência destas forças, estas pessoas são incentivadas a agir como “heróis”, enfrentando um inimigo comum, real ou imaginário. Assim, como já pontuado anteriormente, firma-se a cruzada dos contra os “bandidos” e os “defensores de bandidos”, como veremos por exemplo nos discursos proferidos por alguns dos golpistas que estiveram presentes nos atos do dia 8 de janeiro.

Aécio Lúcio Costa Pereira é um destes que declarou: “Eu como representante do povo, estou aqui para dizer que não aceito esse Governo fraudulento como nosso representante. Então quero mandar uma mensagem pro pessoal aqui do meu grupo, pessoal do Brasil, que não desista. Acredite no sonho de vocês. Não vamos deixar o comunismo entrar. Gente, saiam nas ruas. Dêem apoio pra gente. Saiam pros quarteis, saiam agora. Fiquem nas ruas e peçam SOS Forças Armadas.” Raquel de Souza Lopes afirmou: “A primeira batalha foi ganha... Deu pau aqui; o povo subiu e quebrou tudo; subiram a rampa; aqui não vai ter comunismo.”

Ao se autoproclamar "representante do povo" e incitar ações contra um governo eleito, Aécio exemplifica a banalidade do mal, acreditando genuinamente estar defendendo o "povo" sem refletir criticamente sobre as consequências antidemocráticas de suas ações. De forma similar, Raquel de Souza Lopes que expressou, como relatado, uma sensação de triunfo nesta "batalha" contra o comunismo, após atos de vandalismo, normalizando a violência como uma ferramenta legítima. Ambas as declarações mostram a falta de questionamento crítico e a adesão à retórica populista, que permitem que ações destrutivas sejam vistas como justificáveis.

Cibele Costa foi outra golpista que declarou: "Estamos aqui, os brasileiros invadiram, tomar o que é nosso... É do povo, jamais será do comunismo, jamais será do Lula, jamais será do sistema. É nosso, do povo e aqui ficamos." Cibele articula uma reivindicação de poder que oculta as implicações mais profundas de suas ações. Sua fala exemplifica como a retórica de "reclamar o que é nosso" pode justificar atos inaceitáveis. Assim como Aécio e Raquel, Cibele não reflete sobre a legitimidade democrática e a legalidade de suas ações, ilustrando a banalização do mal.

Aplicando o conceito de banalidade do mal de Hannah Arendt a esses depoimentos, fica evidente que ações extremas podem surgir de indivíduos que, por falta de reflexão crítica, veem suas ações como normais ou justificadas, ou mesmo legitimadas. Isso sublinha a importância de uma educação em direitos humanos e pensamento crítico como antídotos contra a banalização do mal em sociedades contemporâneas. Esta análise reforça a necessidade de vigilância constante e educação cívica para prevenir a erosão da ordem democrática e proteger os direitos fundamentais em qualquer sociedade.

O que percebemos também claramente é uma necessidade de reconhecimento entre pares do movimento de extrema-direita golpista do dia 8 de janeiro enquanto cidadãos ordeiros, civilizados e pacíficos, que foram às ruas unicamente para expressar descontentamento ou rezar pelo País. Inclusive, muitos alegam ter entrado em locais como o Palácio do Planalto, buscando refúgio das tensões nas ruas.

A adesão a uma espécie de "carteirinha" de cidadão exemplar torna-se essencial para manter a própria identidade e *status* dentro do grupo. O desvio dessa norma pode rapidamente transformar um membro em inimigo, refletindo uma dinâmica quase antropofágica no próprio

grupo. Essa correlação é evidente nos depoimentos de presos que participaram dos atos golpistas, como observado em nossa pesquisa. Todos negam envolvimento em atos de vandalismo ou depredação, atribuindo estas ações a "encapuzados" anônimos.

As figuras dos “encapuzados”, narradas pelos depoentes, chama a nossa atenção de análise: podemos refletir que por trás da descrição do “capuz” há uma distinção entre de um lado na rua, onde estavam os cidadãos ordeiros lutando por sua liberdade, e do outro, “bandidos encapuzados”. Inclusive foi uma narrativa amplamente difundida por lideranças do movimento de extrema-direita bolsonarista, de que os “encapuzados” na verdade seriam “esquerdistas infiltrados”, que estavam no ato para buscar desqualificá-lo. Apresento, assim, somente como forma de exemplificação, o *twitter* do ex-deputado federal Coronel Tadeu (PL/SP): “diversos manifestantes infiltrados, que provocaram a destruição em Brasília”. Carlos Jordy, outro então deputado federal do PL/RJ, chega a solicitar investigação, porque as manifestações da direita sempre ocorrem de forma ordeira e pacífica, diferente das de esquerda.

Por que não denotar este movimento como extrema-direita, em vez de bolsonarista?

Ao concluir este capítulo, quero enfatizar uma reflexão crucial: não seria necessário uma nomenclatura mais precisa para descrever o fenômeno amplamente conhecido como "bolsonarismo"? Acredito que termos como "extrema direita" se alinham mais coerentemente com o fenômeno estudado. Conforme indicam os estudos mencionados, o bolsonarismo não apresenta características únicas em comparação com movimentos similares vivenciados no Brasil, ou observados em outras partes do mundo em diferentes contextos históricos.

O bolsonarismo, em sua essência, não é inovador, exceto pelo uso de tecnologias de comunicação contemporâneas. Os seguidores de Bolsonaro veem nele uma figura de liderança unificadora, mas suas crenças, ideologias, valores e moralidades transcendem a figura de seu "messias". Esses aspectos indicam uma continuidade, e não uma ruptura, com tendências autoritárias e totalitárias historicamente observadas.

A gênese do fenômeno está justamente naquilo que Arendt (2018; 2022) aponta como a vitória do *animal laborans*, e tem o seu diálogo com a crise da nossa democracia liberal, visto que

é justamente através das nossas instituições democráticas que deveríamos criar as nossas próprias *ágoras*, que possibilitam a ação política. Há uma degradação da esfera pública, e a perda da busca por um mundo comum, o que a autora chamaria de dominação da “administração doméstica coletiva” na esfera social - preponderando o domínio das atividades relativas à manutenção da vida. É neste campo fértil que germinam estes movimentos extremistas de direita, e o que colocam em questão é a dignidade humana, pois para a autora, o respeito pela dignidade humana implica o reconhecimento de cada indivíduo humano como edificador de mundos, ou codificador de um mundo comum.

A degradação da ação política - a partir da conceituação de Arendt -, é justamente onde se dá o solapar da pluralidade humana e o fortalecimento da dominação de uma hegemonia cada vez mais totalizante, calcada em códigos de repressão, exclusão e extermínio. Como estudiosos dos Direitos Humanos, em especial das teorias críticas, que compreendem os Direitos Humanos enquanto um movimento de enfrentamento a dominação e opressão que negam a dignidade humana, compreender estes fenômenos é essencial, sobretudo na perspectiva de buscar debater e apresentar caminhos para a luta pelos Direitos Humanos. E esses percursos passam pela reconstrução e fortalecimento da nossa democracia, na percepção conceitual que abrange a reconstrução da esfera política, em que a pluralidade humana esteja presente em consonância com a busca de um mundo comum. Em nossa conclusão, traremos de volta esta discussão.

Contudo, o que quero aqui argumentar é que os indivíduos presentes aos atos do dia 8 de janeiro, mais do que fiéis seguidores de Bolsonaro, são vassalos de um extremismo de direita, de um racismo estrutural, de uma misoginia e de uma colonialidade do poder, e é sobre isso que iremos tratar em nosso capítulo seguinte, sobre estas leis naturais e históricas que servem como pilares estruturantes da ideologia da extrema-direita.

5. A MISOGINIA, O RACISMO ESTRUTURAL, A NECROPOLÍTICA E O COLONIALISMO – ELEMENTOS FUNDANTES DO MITO E IDEOLOGIA BOLSONARISTA

As leis naturais e histórias da misoginia e do racismo - pilares de sustentação da ideologia totalitária da nova extrema-direita brasileira

Em nossa perspectiva analítica, as leis naturais e históricas que sustentam a ideologia totalitária da nova extrema-direita brasileira são a misoginia e o racismo estrutural, sustentados e estruturados a partir da colonialidade do poder. Esta conexão é evidenciada quando analisamos as atitudes e percepções de seus seguidores, bem como as declarações polêmicas do próprio ex-presidente Bolsonaro. O racismo estrutural, enraizado em séculos de história, não é apenas um conjunto de preconceitos individuais, mas um sistema que se manifesta através de instituições, políticas e práticas culturais que perpetuam a desigualdade racial. Este contexto se torna um pilar estruturante para entender estes movimentos na sociedade brasileira.

Em entrevista com eleitores do ex-presidente, Vanessa Maria de Castro (2019) observa que há uma negação da existência do racismo, por parte deles, reputando a responsabilidade por superar as condições de desvantagens sociais aos próprios afrodescendentes. Bem como há, também, uma defesa dos “privilégios brancos”, vistos como frutos de trabalho árduo, mais inteligência e melhores valores do que pessoas não brancas.

Poderíamos aqui citar inúmeros episódios verbalizados pelo próprio ex-presidente que sustentam a argumentação de que a misoginia e o racismo são duas variáveis estruturantes da ideologia da extrema-direita bolsonarista. Vide entrevista concedida enquanto ainda deputado federal (2011) ao programa ‘Custe o que Custar’ (CQC), quando questionado pela cantora Preta Gil sobre como seria sua reação caso um dos seus filhos se envolvesse com uma mulher negra. Bolsonaro diz: “Eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco. Meus filhos foram muito bem-educados e não viveram em um ambiente como, lamentavelmente, é o seu”⁴⁸. Ou então, quando justifica e defende o porquê da disparidade salarial entre os homens e as mulheres: “Quando o cara vai empregar, entre um homem e uma mulher jovem, o que que o empregador pensa? "Poxa, essa mulher aqui tá com aliança no dedo, não sei o quê, ela vai casar, é casada, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade, bonito para c*, para c*, ". Quem vai pagar a conta? É o empregador”⁴⁹. Ou então a sua fala sobre afrodescendentes no Clube Hebraica no Rio de Janeiro, em que ao se referir aos quilombolas afirma: "Não servem para nada, nem para procriadores servem mais" e continua "O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas"⁵⁰

O racismo presente no discurso bolsonarista é legitimador também do extermínio de pessoas negras, como podemos perceber este discurso de forma muito evidente quando o próprio presidente da República, Jair M. Bolsonaro, se posicionou sobre o assunto da chacina no Jacarezinho - publicação que foi amplamente retweetada por sua base de apoio, inclusive por parlamentares, como o antigo líder do governo na Câmara, major Vitor Hugo (PSL/GO), e a deputada Carla Zambelli (PSL/SP):

“Ao tratar como vítimas traficantes que roubam, matam e destroem famílias, a mídia e a esquerda os iguala ao cidadão comum, honesto, que respeita as leis e o próximo. É uma grave ofensa ao povo que há muito é refém da criminalidade. Parabéns à Polícia Civil do Rio de Janeiro” – tweet Jair Messias Bolsonaro (Presidente da República – sem partido).

⁴⁸ Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-na-tv-que-seus-filhos-nao-correm-risco-de-namorar-negras-ou-virar-gays-porque-foram-muito-bem-educados-2804755> >. Acesso em: 20/10/2023

⁴⁹ Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/08/veja-nove-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-os-direitos-das-mulheres> >, Acesso em: 20/10/2023

⁵⁰ Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/08/veja-nove-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-os-direitos-das-mulheres> >, Acesso em: 20/10/2023

A colocação do presidente da República, posto mais alto do poder executivo, e da sua base de apoio parlamentar, concebe e legitima a ação violenta do Estado e seu direito de matar corpos negros nas favelas do País, ao tentar inserir como pressuposto - mesmo que as investigações policiais ainda estejam em curso e não sejam conclusivas - que as pessoas negras e moradoras da favela são “perigosas, criminosas ou desviantes baseado em sua raça” (Sue, Capodilupo et al, 2007). Assim, a partir do que nos aponta Sue (2007), podemos perceber como mais um caso de racismo político on-line de viés ideológico. As afirmações proferidas, tanto pelo presidente da República quanto pelos parlamentares, podem ser analisadas como uma das mais perversas micro agressões raciais, no âmbito da taxonomia de micro insultos apresentados pelo teórico Derald Wing Sue (2010), que é: a suposição da criminalidade (Silva, 2020). Sue, nesse contexto, dirá que:

“O tema desse micro insulto (...) se relaciona às crenças de que uma pessoa de cor é considerada perigosa, potencialmente criminoso, com probabilidade de infringir a lei ou antissocial” - (Sue, DeraldWing, 2010a, p. 36. tradução nossa).

O processo discriminatório racial materializa-se muitas vezes de maneira sutil nos discursos públicos, o que Sue (2007; 2010a; 2010b) conceitua como “micro agressões raciais”, que são “ofensas verbais, comportamentais e ambientais comuns, sejam intencionais ou não intencionais, que comunicam desrespeito e insultos hostis, depreciativos ou negativos sobre pessoas de cor”. Elas são utilizadas de maneira consciente, ou não, para a manutenção de uma estratificação social racial.

O racismo político on-line (Tynes et al, 2019), através das micro agressões raciais, presente e latente nesta nova extrema-direita brasileira, funciona como uma importante tecnologia para legitimar que o Estado soberano brasileiro exerça seu poder de dominação através da necropolítica (Mbembe, 2018) - expressa na morte, no encarceramento e nas políticas de terrorismo e medo sobre as vidas e os corpos negros. Ora, no momento em que Bolsonaro está legitimando a ação violenta da polícia nas favelas, difundido um discurso de ódio contra as pessoas negras, claramente está reforçando o exercício da necropolítica em nosso País.

Este conceito de necropolítica de Mbembe parte da concepção de biopoder presente em Foucault (2010), que se constitui como um conjunto de mecanismos utilizados pelo Estado moderno para disciplinar, controlar e monitorar os corpos, visando criar corpos economicamente ativos e politicamente dóceis, e estabelecer o controle social. Desse modo, por meio dessa tecnologia de regulamentação, o Estado exerce seu poder disciplinar e soberano de matar, tendo o racismo como base constitutiva e estruturante deste processo.

Segundo Almeida (2019), a primeira função do racismo é a de fragmentação das espécies humanas, com o estabelecimento de hierarquias e diferenças sociais calcadas na ideia de raça. Não obstante, sua outra função é permitir o estabelecimento de uma relação positiva e aceitável com o exercício do biopoder, que enxerga na morte do outro a garantia de cauterização de uma suposta anormalidade. Aqui, o Estado moderno expressa sua função aniquiladora, onde o racismo constitui-se como mecanismo fundamental.

Para Achille Mbembe, no entanto, não se trata apenas do biopoder, mas também de um mecanismo que se instaura como a organização necessária do poder, em um mundo em que a morte avança implacavelmente sobre a vida. O colonialismo não parte exclusivamente da “decisão sobre a vida e a morte, mas tão somente o exercício da morte, sobre as formas de ceifar a vida ou de colocá-la em permanente contato com a morte” (Almeida, 2019, pg. 79). Mbembe afirma ainda que na colonialidade, a soma do biopoder com o estado de sítio e de exceção resulta na necropolítica, essencial para manutenção da soberania. Portanto, o Estado soberano exerce seu poder de dominação através das mortes e encarceramentos que ele próprio legitima, além de fazer uso da política do terrorismo e do medo, que colocam vidas negras na mira das políticas de segurança pública.

O sociólogo Loïc Wacquant (2003), em sua pesquisa, explica que a ideologia reabilitadora do cárcere está sendo substituída por um paradigma explícito de contenção e neutralização da juventude pobre. Nesse cenário, menciona-se que, segundo Bauman, a combinação da “estratégia bifurcada da incriminação da pobreza e da brutalização dos pobres” resulta na ausência de indignação por parte da sociedade, que deixa de se opor ao sistema excludente vigente. Sob este prisma, o encarceramento estaria redefinindo sua finalidade originária de “regulação da miséria” (e talvez perpetuação desta), e de armazenamento dos refugos do mercado.

Nesse ponto, Almeida (2019) destaca de maneira precisa que o racismo:

“(...) permite a conformação das almas, mesmo as mais nobres da sociedade, à extrema violência a que populações inteiras são submetidas, que se naturalize a morte de crianças por “balas perdidas”, que se conviva com áreas inteiras sem saneamento básico, sem sistema educacional ou de saúde, que se exterminem milhares de jovens negros por ano, algo denunciado há tempos pelo movimento negro como genocídio”.

As leis naturais e históricas desta nova extrema-direita brasileira estão calcadas justamente na legitimação da necropolítica como elemento central para a manutenção da “ordem social” estabelecida desde nossas raízes coloniais: o nosso capitalismo oligárquico brasileiro foi fundado a partir do extermínio de corpos negros, indígenas, e da submissão das mulheres à esfera doméstica.

A colonialidade do poder é a grande engrenagem que faz girar nossa sociedade de castas, e ameaça-la a se torna extremamente perigoso para as elites econômicas brasileiras e para a nossa classe média conservadora que reage efusivamente, nem que às custas de retrocessos democrático. O racismo e a misoginia são elementos centrais para a compreensão do exercício da soberania por parte do Estado capitalista brasileiro contemporâneo.

A noção de raça como uma categorização de distinção entre os seres humanos surge somente no processo de colonização, a partir do século XVI, que para Aníbal Quijano (2005) consiste no primeiro espaço/tempo de uma forma de poder globalizada, e foi essencial para a expansão do capitalismo pelo mundo.

Nessa perspectiva, somente com a conquista das Américas é que o capital consegue consolidar uma engrenagem diversificada de dominação do trabalho e dos seus produtos. Suscita, ainda, um mundo dual em suas diversas dimensões, como a divisão entre europeus/não-europeus e corpo/não-corpo. Esta última traz como elemento novo a divisão racista do trabalho, ao determinar uma valorização social legitimada pela cor da pele de seus indivíduos. Quijano (2005) enfatiza que persistem até os dias atuais as hierarquias constitutivas do sistema-mundo colonial/moderno capitalista, caracterizada pela colonialidade do poder.

Walter Mignolo (2003) argumenta que é indissociável a ideia de modernidade da colonialidade do poder. Essa se dá através da subalternização das diferentes formas culturais, de saberes, linguagens e povos por esta forma de dominação, que se constituem no que o autor conceitua como “diferença colonial”. Essa diferença é resultante da valorização e hierarquização de diferenças pelo “eu conquisto”, o “homem branco europeu”, e permite que determinados códigos sejam postos como dominantes e legitimem formas de exploração como o racismo e sexismo. (DUSSEL, 1994). Assim, racismo, misoginia e divisão de classe são elementos que estão umbilicalmente concatenados e dão a sustentação à dominação do sistema-mundo capitalista.

No campo de discussão sobre colonialidade e seu atual caráter insidioso, Boaventura de Sousa Santos (2018) ensina que:

“Colonialismo é todo o modo de dominação assente na degradação ontológica das populações dominadas por razões étnico-raciais. Às populações e aos corpos racializados não é reconhecida a mesma dignidade humana que é atribuída aos que os dominam. São populações e corpos que, apesar de todas as declarações universais dos direitos humanos, são existencialmente considerados sub-humanos, seres inferiores na escala do ser, e as suas vidas pouco valor têm para quem os oprime, sendo, por isso, facilmente descartáveis. (...) O colonialismo insidioso é gasoso e evanescente, tão invasivo quanto evasivo, em suma, ardiloso. Mas nem por isso engana ou minora o sofrimento de quem é dele vítima na sua vida quotidiana. Floresce em apartheids sociais não institucionais, mesmo que sistemáticos. Tanto ocorre nas ruas como nas casas, nas prisões e nas universidades como nos supermercados e nos batalhões de polícia. Disfarça-se facilmente de outras formas de dominação tais como diferenças de classe e de sexo ou sexualidade mesmo sendo sempre um componente constitutivo delas” (Boaventura, 2018).

A existência do racismo estrutural torna-se auto evidente no Brasil contemporâneo. De acordo com Almeida (2019), materializa-se através da discriminação racial não somente como uma patologia individual ou de uma coletividade, mas sim como um processo de dominação e subalternização que está presente tanto no cotidiano social, quanto nas esferas políticas, jurídicas e econômicas. Penetra-se, então, no tecido social de maneira sistêmica, afetando diretamente a forma de definição da estratificação social do País. Logo, o desdobramento do racismo se dá tanto dentro de um processo histórico, como político.

Almeida (2019) trará duas dimensões de como se dá o racismo pelo viés político: a institucional, e a ideológica. A primeira manifesta-se por meio da “regulação jurídica e extrajurídica, tendo o Estado como o centro das relações políticas da sociedade contemporânea”. Dessa forma, é por meio do Estado que se criam estes mecanismos de incorporação do racismo nas práticas cotidianas.

A segunda dimensão, denominada ideológica, configura-se pela construção da narrativa para o estabelecimento da coesão e unidade social disseminado através das instituições sociais, tendo o Estado também como elemento central, assim como as instituições educacionais, os meios de comunicação e, mais recentemente, as redes sociais.

O discurso nacionalista, essência na construção do Estado Nação, incorpora-se na concepção da dimensão ideológica do racismo e misoginia, desconstruindo as diferenças raciais, de gênero, sociais, regionais, territoriais e culturais, através de práticas de poder e dominação. Esse contexto forja uma narrativa de unicidade, manifesta através da disseminação de um sentimento de que todos pertencerem a uma mesma nação. E isso está bastante presente no simbolismo que vemos dos atos de 8 de janeiro, a imagem extraída, e aqui confirmada a partir do levantamento dos dados quantitativos e qualitativos deste dia, são de uma imensa maioria de pessoas brancas, homens, que descem a esplanada dos ministérios golpeiam os três poderes vestidos de verde e amarelo e com os disseres de estarem ali representando o povo, a família e a Deus.

Ainda segundo Almeida (2019), o racismo só consegue se perpetuar através da construção de um sistema de ideias que racionalize e naturalize as desigualdades e violências raciais. Para isso, a ideia da meritocracia é também um importante elemento de sustentação da negação do racismo e do estabelecimento do mito da “democracia racial”, visto que traz para a esfera do indivíduo a responsabilidade por sua condição social, além de racionalizar socialmente e validar o discurso das desigualdades existentes no País.

Deus, Pátria e Família

O nacionalismo e a meritocracia são elementos centrais na narrativa da ideologia da nova extrema-direita emergente: “Brasil acima de tudo”. O nacionalismo promovido por este movimento se alicerça na busca por uma sociedade homogênea, onde ser brasileiro é o aspecto predominante, enfatizando uma identidade nacional unificada, sem reconhecer as diferenças internas. Segundo essa visão, o inimigo em comum, representado pela esquerda, buscaria enfatizar estas diferenças, promovendo políticas sociais que, segundo eles, favorecem injustamente 'alguns' em detrimento da maioria. O neoliberalismo, em consonância com o neoconservadorismo, exalta o indivíduo e repele as “ideologias de gênero” e as “políticas de promoção da igualdade racial”, legitimando um modelo de Estado violento e segregador (Laerte; Gê, Luís; Maringoni, Gilberto; Solano, Esther, 2019).

Assim, o que percebemos é que o nacionalismo exaltado pela nova extrema-direita bolsonarista está fundamentado em uma narrativa impregnada pelas leis naturais e históricas que sustentam esse movimento: o racismo estrutural e a misoginia, ambos resquícios do legado colonial do Brasil.

O ódio amplamente disseminado pelo cientificismo profético desta nova extrema-direita, e as falsas narrativas criadas, pautam-se justamente nas questões de gênero e raça, e funcionam como importantes instrumentos de mobilização de milhares de apoiadores do ex-presidente Bolsonaro, incluindo os que foram às ruas em 8 de janeiro em uma tentativa de golpe de Estado. Todo este ódio está travestido de uma outra palavra central nesta narrativa: a família.

Nesse espectro político e ideológico, que apresenta uma visão neoconservadora, prevalece a ideia de que só existe um modelo aceitável de família: a chamada 'tradicional', constituída por um homem, uma mulher e seus filhos, todos cisgêneros e héteros. Essa noção é fortemente influenciada e difundida pelo fundamentalismo religioso e suas lideranças conservadoras, que são pilares essenciais também para a sustentação desta ideologia extremista. Que se expressa, também, em outra importante narrativa deste movimento: “Deus acima de todos”.

Como já expomos anteriormente, o papel dos evangélicos e, em especial, das Igrejas Neopentecostais na fundamentação e sustentação destas leis históricas e naturais do movimento desta nova extrema-direita é fundamental. Nas últimas décadas, vimos uma transformação significativa no cenário religioso brasileiro, com implicações diretas no panorama político do País: o crescimento da direita religiosa, associado em especial pelo avanço das igrejas protestantes neopentecostais (Smith, 2019). Esse fator tem alterado a dinâmica das eleições e o alinhamento político dos eleitores. Os evangélicos, notadamente mais assíduos nas práticas religiosas em comparação aos católicos, são suscetíveis à influência de seus líderes, como apontam Rodrigues e Fuks (2015). Eles tendem a adotar posturas mais conservadoras em temas como casamento, papéis de gênero, homossexualidade e aborto, delineando um perfil eleitoral distinto.

A eleição de 2018 foi um marco na trajetória da direita evangélica, com as principais denominações apoiando o candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro. Esse alinhamento representou uma ruptura com o pragmatismo político anterior, geralmente adotado por este segmento, posicionando as igrejas evangélicas claramente ao lado de uma direita antipetista e radical. A estratégia adotada envolveu uma "guerra cultural" contra pautas progressistas, politizando temas como aborto, casamento homoafetivo e identidades de gênero. Além disso, as igrejas buscaram independência dos partidos de direita tradicionais, criando seus próprios partidos confessionais - vide PRB, agora Republicanos. (ARAÚJO, Victor, 2023).

As igrejas evangélicas neopentecostais também demonstraram grande capacidade de mobilização. Líderes religiosos, utilizando justificativas morais baseadas em interpretações bíblicas específicas, influenciaram eleitores, especialmente os de baixa renda, contra candidatos de esquerda. Como aponta Victor Araújo (2023), houve uma associação entre esquerda e desonestidade, alterando a percepção moral dos eleitores sobre estes candidatos. Em 2018, os evangélicos representavam cerca de 20% do eleitorado, e a tendência é que, se nenhuma grande mudança ocorrer, os evangélicos superem os católicos antes de 2030.

Essa transformação no cenário religioso brasileiro tem implicações profundas para a política nacional. A centralidade das identidades religiosas na mobilização do voto conservador sugere uma diferenciação mais clara entre a direita tradicional, majoritariamente secular, e a nova extrema-direita religiosa. O neopentecostalismo, portanto, não apenas altera a demografia religiosa do País, mas redefine o espectro político, especialmente nas camadas mais pobres da sociedade, que vinham sendo uma base de forte ascensão da esquerda, em especial devido as políticas sociais e de inclusão dos governos Lula e Dilma.

Assim, a nova extrema-direita religiosa, através do extremismo religioso, promove crenças que contribuem para a doutrinação ideológica de seus seguidores neoconservadores, que são constitutivas, inclusive, do conceito de família. Entre elas, destacam-se a aberta LGBTfobia e o patriarcado, esse último evidenciado na definição rígida do papel que as mulheres devem desempenhar na sociedade. Além disso, propagam a chamada 'teoria da prosperidade', que prega o sucesso e a ascensão social como resultados exclusivos do esforço individual.

As lideranças religiosas deste segmento têm um poder de influência ideológica significativo em seus adeptos por suas crenças e dogmas se pavimentarem em uma ideia de “verdades absolutas”, leis naturais estabelecidas pelo próprio Deus, como irá nos expor Pastor Henrique Vieira (2019):

O fundamentalismo religioso cristão trabalha com o conceito de verdade absoluta, inquestionável, eterna, imutável e para além da história. Essa verdade a respeito de Deus se expressa na Bíblia Sagrada. A partir da formulação “está escrito”, constrói-se uma visão de mundo, um modelo comportamental e uma forma de lidar com a sociedade (Laerte; Gê, Luís; Maringoni, Gilberto; Solano, Esther, 2019, p. 113).

Pastor Henrique Vieira (2019) apresentará como a questão do medo e da culpa trazem aos indivíduos que seguem as doutrinas do fundamentalismo religioso a rigidez no comportamento e no seguir sem questionar aquelas ideias apresentadas. Afinal, nenhuma delas vêm do ser humano e sim, de Deus.

Henrique Vieira (2019) salienta que o fundamentalismo religioso tem, em seu núcleo, o domínio sobre o corpo feminino, refletindo um modelo patriarcal que visa suprimir a liberdade sexual feminina. Esse controle vai além da esfera física, constituindo-se como um elemento central em um vasto ciclo de culpa e medo. Esse ciclo é caracterizado pela imposição constante de uma sensação de falha e débito moral, cultivando sentimentos de culpa e receio em relação a qualquer desvio da doutrina, considerada como manifestação da vontade divina.

Esta rigidez, juntamente com a intransigência em aceitar desvios das normas estabelecidas, contribui também, notavelmente, para a propagação da intolerância e do racismo estrutural. O fundamentalismo, em sua essência, tem dificuldades em estabelecer diálogos e aceitar outras manifestações religiosas, culturais e diferentes perspectivas de mundo. Esses movimentos são marcados por uma contínua e histórica perseguição às religiões de matriz africana, uma evidência clara do racismo entranhado na sociedade, que estigmatiza e desvaloriza tais expressões religiosas e culturais.

É importante distinguir, contudo, como fez Henrique Vieira (2019), o fundamentalismo religioso do extremismo religioso. Nesse segundo encontramos mais similitude com a ideologia dominante da nova extrema-direita, pois não trata somente da prática destes valores religiosos no âmbito da esfera privada, mas justamente traz isso para a esfera social - aqui trazendo conceitos já debatidos por Arendt. O extremismo de direita - neoconservador, neoliberal e extremista religiosamente -, busca profetizar seus dogmas e sua ideologia, impô-las a qualquer custo, utilizando-se de todos os mecanismos possíveis para isto. As ações dos golpistas do dia 8 de janeiro são elucidativas disto, em especial relembro aqui a cena dos golpistas ajoelhados rezando e entoando o hino nacional no Palácio do Planalto.

Arendt (2013, 2020) direciona a análise para a reflexão sobre os alicerces ideológicos da emergente extrema-direita brasileira, bem como as leis naturais e históricas que moldam sua estrutura. Ao examinarmos tanto a perspectiva do fenômeno estudado, o 8 de janeiro, quanto suas raízes históricas, sociais e políticas se percebe como a aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo propiciou o florescimento e o fortalecimento destes movimentos. Nessa base de apoio, identificamos elementos ainda mais fundamentais da nossa sociedade pós-colonial, como o racismo estrutural e a misoginia.

Além de se fundamentar nas ideologias mencionadas, a nova extrema-direita beneficia-se do atual modelo comunicativo da sociedade, marcado pelo uso das redes sociais. A propagação de teorias da conspiração e notícias falsas funciona como ferramenta vital para disseminar estas ideias em um ambiente virtual desregulamentado. O mecanismo assemelha-se ao do totalitarismo de Arendt, contudo com uma ambiência de uma comunicação muito mais interconectada, em rede, com uma maior facilidade de difusão do cientificismo profético totalitário, que se calca principalmente em premissas anticientíficas e em mentiras propagadas em massa. Paralelamente, movimentos sociais reais, de base comunitária, como os neopentecostais fundamentalistas, atraem camadas mais populares da sociedade para esta nova extrema-direita, principalmente a partir da transmissão de uma moral conservadora radical.

No interior de todo este cenário, percebe-se um outro aspecto estrutural desta extrema-direita, a reação conservadora, classista, que evidencia o esforço de elites econômicas e setores conservadores da classe média em preservar seus privilégios. Estes grupos sentem-se ameaçados por governos de esquerda que promovem políticas de igualdade racial e de gênero, desafiando a estratificação social tradicional. Portanto, o movimento da nova extrema-direita no Brasil não se restringe a um agrupamento isolado de ideias extremistas. Mas, está intrinsicamente relacionado a uma luta mais ampla pelo poder e pela manutenção de privilégios de classe, raça e gênero.

Neste emaranhado e ebulição histórica, social e política, encontram-se indivíduos em estado de isolamento e solidão, e uma democracia fragilizada e constantemente questionada e atacada tanto pelos grandes meios tradicionais de comunicação, quanto pelo universo das redes sociais. Com isso, o cenário é favorável para a construção do dia 8 de janeiro, retrato simbólico de um momento histórico.

O que podemos perceber, com o resgate teórico buscado neste capítulo, é que a nova extrema-direita é multifacetada, mas seu inimigo comum, sua aversão ao pluralismo, a diversidade, que tem assolado a esfera política. No âmbito social, fermenta os debates de morais privadas e, concatenadas, caminham para um mesmo lugar: os indivíduos não conseguem mais conviver, ou mesmo tolerar o pacto social de 1988. No Brasil, levantaram-se, foram às ruas e buscaram por fim ao nosso Estado Democrático de Direitos. A cena dos golpistas, após depredarem o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o STF, saindo com a Constituição de 88 nas mãos como uma conquista, é simbólica e expressa bem este sentimento.

Figura 24 – Golpista com a Constituição na mão



Fonte: Relatório da CPMI do 8 de janeiro

6. DIÁLOGOS: HANNAH ARENDT, A NOVA EXTREMA-DIREITA E OS DIREITOS HUMANOS

“São reais os riscos de reconstituição de um “estado totalitário de natureza” — cuja emergência configurou a ruptura, com a qual Hannah Arendt, enquanto ouriço, preocupou-se centripetamente, e à qual ela reagiu como raposa, afirmando a importância, para a dignidade humana, do pluralismo centrífugo de um mundo assinalado pela diversidade e pela liberdade” (Lafer, Celso, 1988, pg. 15-16).

O diálogo teórico e conceitual entre a obra de Hannah Arendt e a Teoria Crítica dos Direitos Humanos é marcado por uma interação contínua e profunda. Quando Arendt ensina que a condição humana é justamente a pluralidade, e é a ação política que institui a pluralidade humana e a liberdade, nos remete à luta incansável pela construção e fortalecimento da democracia que, por sua vez, está intrinsecamente ligada à garantia da dignidade humana. Sua abordagem sublinha a importância de reconhecer e valorizar as diferenças individuais como um pilar fundamental na promoção de uma sociedade verdadeiramente democrática, e que permita um processo de construção de um mundo comum.

Esse olhar da filósofa alemã corrobora o do espanhol Herrera Flores (2009), importante expoente da Teoria Crítica dos Direitos Humanos. O autor enfatiza que os direitos humanos não devem ser entendidos como universais ou etnocêntricos, mas como práticas sociais, econômicas, políticas e normativas que buscam a abertura e consolidação de espaços para a luta pela dignidade humana. Contrapondo-se à ideia de universalidade, ele argumenta que historicamente as culturas hegemônicas retrataram o "outro" como incivilizado ou bárbaro, justificando assim a colonização e imposição de suas próprias normas. Em contraste, Herrera Flores sugere uma perspectiva que reconhece a diversidade na busca pela dignidade humana, desafiando a visão eurocêntrica hegemônica.

Pluralidade, liberdade e dignidade humana, esse trinômio guia o olhar destes autores, em uma perspectiva de que só há democracia e direitos humanos com uma consonância entre estas variáveis.

Herrera Flores entende que os direitos humanos devem ser vistos não como entidades naturais ou metafísicas, mas como um *framework* cultural, que direciona a humanidade em sua busca pela dignidade. Essa estrutura opera como ferramentas influenciadas pelas nuances culturais de cada sociedade, promovendo ações que respeitem a diversidade e as múltiplas formas de existência.

Essa abordagem de Herrera Flores sugere que, embora a dignidade humana seja um núcleo comum e universal, as formas de alcançá-la, e os próprios direitos humanos, são variáveis e dependentes do contexto cultural e histórico. Assim, cada formação social pode potencializar ou obstaculizar certas atitudes e aptidões em direção à dignidade, exigindo uma interpretação das lutas por dignidade que considere estas variações, e promova um empoderamento mútuo.

Herrera e Arendt propõem um processo de se repensar os direitos humanos de maneiras novas, adotando uma postura crítica em relação às ordens hegemônicas, e promovendo o diálogo entre diferentes concepções de dignidade.

Para Herrera, a visão crítica dos direitos humanos envolve não apenas a problematização da realidade, mas também a busca por novos conceitos e formas de ação, que desafiem as estruturas hegemônicas e promovam a dignidade humana de maneira inclusiva e diversificada. Em última análise, o teórico conclui que sua teoria crítica não é um fim em si mesma, mas um meio para facilitar a efetivação dos direitos humanos, entendidos como caminhos culturais, contextuais e conceituais para alcançar a dignidade.

Na essência, o caminhar constante proposto por Flores, e o agir politicamente de Arendt se entrelaçam como processos vitais para que a existência humana seja plena e digna. Não há como falar em dignidade humana, enquanto os humanos se encontrarem em estado de *animal laborans*. Em Arendt, a ruptura com este *animal laborans* e a reconstrução da esfera política estão na essência da garantia da dignidade humana e, por isso, também seu olhar de raposa e ouriço, como metaforicamente nos traz Lafer (1988):

“Existem, observa ele, os que relacionam tudo a uma visão unitária e coerente, que funciona como um princípio organizador básico do que pensam e percebem. São os ouriços, que assim articulam uma

perspectiva centrípeta e monista da realidade. Outros, ao contrário, se interessam por várias coisas, perseguem vários fins e objetivos — por vezes não relacionados ou até mesmo contraditórios — cuja interconexão não é nem óbvia nem explícita. São as raposas, que dessa maneira exprimem uma perspectiva centrífuga e pluralista da realidade (Lafer, Celso, 1988).

Hannah Arendt, conforme descrito por Lafer (1988), encarna a figura tanto de uma raposa quanto de um ouriço, simbolizando a dualidade em sua abordagem intelectual. Segundo o teórico, como um ouriço, Arendt penetra profundamente na análise do totalitarismo, uma forma extrema de sociedade que subverte os valores fundamentais de Justiça e Direito. Ela reconhece, de forma aguda, como o totalitarismo transforma os seres humanos em entidades supérfluas e descartáveis, rompendo assim com as tradições éticas e jurídicas do Ocidente. Esse discernimento aponta para um abismo entre o passado e o futuro, desafiando nossa capacidade de compreender e agir conforme o legado tradicional.

Por outro lado, na pele de uma raposa, Arendt explora a realidade com uma percepção aguçada da complexidade ontológica, dando valor às nuances e às contingências. Ela propõe uma reinterpretação crítica do pensamento ocidental, com foco nas condições políticas e jurídicas que favoreçam a construção de um mundo comum, caracterizado pela pluralidade e diversidade. Essa perspectiva de Arendt aspira não só à compreensão, mas também à prevenção da emergência de novos regimes totalitários, enfatizando a importância da liberdade humana e da capacidade de criar o novo. Assim, sua abordagem se desdobra em duas dimensões complementares: a crítica profunda de um passado sombrio, e a exploração esperançosa de um futuro potencialmente luminoso.

E é como um ouriço que a filósofa alemã nos leva a refletir sobre a importância de estudos sobre a nova extrema-direita brasileira, por parte de teóricos da linha de pensamento crítico dos Direitos humanos. Assim como o totalitarismo, conceituado por ela, nos proporciona analisar um contexto histórico, social, cultural e político que trouxe a humanidade a um estado hegemônico de superfluidade, desraizamento e solidão, deteriorando a esfera política, a capacidade de ação política, e trazendo a dominância da esfera social e um processo de assolamento da democracia. Esse é o atual contexto político, social e cultura de nosso País, e o fortalecimento da nova extrema-direita busca trilhar o mesmo caminho.

Arendt compreende que os Direitos Humanos não são como uma dádiva natural ou divina, mas residem justamente na esfera pública e na ação política, e que nesses espaços deve haver igualdade entre os homens para agir, de forma plural e livre (Lafer, 1988). Essa igualdade é construída na comunidade política através das leis positivadas, e pelo reconhecimento mútuo entre os indivíduos, na perspectiva de construção de um mundo comum. Quando há o assolamento e a perda da esfera pública, há justamente a deterioração da dignidade humana. Sem acesso com igualdade à esfera pública, o ser humano também não consegue ter acesso aos seus direitos de existir em sociedade.

No Brasil, o nosso último grande pacto social se estabeleceu justamente com a Constituição de 1988, que fundamenta, de forma clara, o princípio da igualdade na esfera pública que deveria preponderar, como introduzido pelo Art.5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Contudo, o que vemos com a emergência desta nova extrema-direita brasileira é justamente uma busca incansável pela ruptura com o pacto de 88. O diálogo promíscuo e profundo entre os neoliberais e os neoconservadores tem gerado um processo intenso de conspiração contra a nossa democracia, pois para o projeto de sociedade que buscam implementar não há possibilidade de haver igualdade na esfera pública. Neste entrelaçar ideológico se encontram também interesses explícitos de manutenção de privilégios, castas, aprofundamentos de segregações e discriminações sociais, tais quais o racismo e a misoginia.

Esses fenômenos, racismo estrutural e misoginia, são barreiras significativas para a realização plena da dignidade humana. Eles corroem o tecido social e perpetuam mecanismos de dominação, como a necropolítica, que sustenta estratificações sociais de profundas desigualdades. Tais estratificações desafiam o princípio arendtiano de que os direitos humanos emanam da participação e reconhecimento mútuo na esfera pública. A extrema-direita fundamenta-se justamente na negação da existência do “outro”, na construção de um inimigo comum, na compreensão que “nós somos os verdadeiros brasileiros”.

Na essência da emergência e fortalecimento da nova extrema-direita está justamente a corrosão democrática, com um forte movimento antissistema, antipolítica, antipartidos, uma busca por justiça quase messiânica, em que o “outro” é posto como um inimigo a ser combatido (Solano, 2019).

E é através da raposa de Arendt que me aprofundo em reflexões importantes, avivadas após a presente dissertação: como podemos proteger nossa democracia, uma entidade etérea e intocável, similar a um tecido delicado de sonhos e ideias? De que maneira asseguramos que as batalhas pela dignidade humana floresçam, resistindo ao sufocamento pelas hegemonias que incessantemente buscam manter os subalternos em sombras de existência? Como podemos fiar novamente o tecido da esfera pública e privada, de modo a cultivar a pluralidade humana e a liberdade, permitindo o renascer da ação política arendtiana? Essas questões são como sementes lançadas pela raposa de Arendt, latentes no nosso tempo.

Os eventos de 8 de janeiro de 2023 destacam a necessidade urgente de fortalecer as instituições democráticas brasileiras e promover uma cultura de respeito aos direitos humanos. As reflexões de Hannah Arendt sobre o totalitarismo e a manipulação da verdade oferecem um quadro teórico poderoso para entender as ameaças contemporâneas à democracia. Implementar as recomendações práticas apresentadas pode contribuir significativamente para a resiliência das instituições democráticas e para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Compreender e enfrentar as implicações desses eventos é essencial para garantir que a democracia brasileira possa resistir a futuras ameaças e continuar a proteger os direitos de todos os seus cidadãos

CONCLUSÃO

O 8 de janeiro é o dia que não acabou, um marco que persiste no tempo, inesgotável em sua memória. A jornada pelos Direitos Humanos, intrinsecamente entrelaçada à vitalidade da democracia, é uma caminhada diária, tecida nas tramas do cotidiano. É um processo contínuo e essencial, e cuja história deve servir sempre como um aprendizado de quais podem ser os melhores caminhos para se trilhar quando somos colocados frente a determinados desafios ou obstáculos.

A extrema-direita brasileira é um processo de uma mutação conservadora, que eclodiu justamente quando o País buscava avançar em seu pacto social de 1988, na busca pela garantia da dignidade humana para um conjunto mais amplo da sociedade, de ampliação de direitos sociais e políticos. Este movimento ganha força a partir de um pacto entre as elites e a classe média, quando veem seus privilégios sendo afetados, e conseguem unir ideologias distintas, tais como o neoliberalismo e o neoconservadorismo, como mecanismos para conter a corrente de ventos progressistas, como mostrado por Jessé Souza (2019) -, ou mesmo tantos outros estudiosos do tema aqui apresentados.

Nesse sentido, as reflexões que trazemos para o campo teórico dos Direitos Humanos, a partir da presente dissertação, com mais inquietações e questionamentos do que respostas, é justamente: quais caminhos precisamos trilhar neste processo de construção da nossa democracia? Como aprender com a história para que ela não se repita? E, nesse contexto, trazemos o indivíduo à tona: como resgatar a ação política e extrair o indivíduo do estado de solidão e desenraizamento, suscetível a ser guiado por ideologias extremistas de uma direita que quer subtrair direitos e perpetuar desigualdades?

A luta em defesa dos Direitos Humanos é uma jornada diária, entrelaçada inextricavelmente com o aprofundamento da democracia. Esta batalha supera compreender a democracia como mera disputa institucional ou de governabilidade política: estende-se ao campo simbólico, tecido na rica tapeçaria da cultura, dos valores de uma sociedade, e da pluralidade. No cerne desta luta está a compreensão de que as forças democráticas devem engajar-se na disputa conceitual, interna à sociedade, defendendo e promovendo a diversidade cultural, a cidadania ativa

e a riqueza das subjetividades na formação de um mundo compartilhado, da tão desejada alforria da ação política arendtiana na busca de um mundo comum.

Os resultados desta pesquisa mostraram que as crenças e valores dos participantes do movimento bolsonarista frequentemente se alinham com ideologias totalitárias, conforme descrito por Hannah Arendt. Elementos chave, como a manipulação da verdade e a criação de uma realidade alternativa, estiveram presentes nas narrativas dos golpistas. Os eventos de 8 de janeiro revelaram uma convergência entre a desconfiança nas instituições democráticas, alimentada por uma campanha sistemática de desinformação, e a influência significativa de líderes políticos e religiosos que mobilizaram seus seguidores através de narrativas de um governo ilegítimo. Além disso, a análise destacou que esses indivíduos se sentem alienados e marginalizados, uma condição que Arendt argumenta ser propícia para a ascensão de movimentos totalitários. Portanto, as crenças e valores dos participantes divergem significativamente dos princípios e práticas dos Direitos Humanos, promovendo ações e ideologias que desafiam a democracia e a dignidade humana.

É essencial resgatar e valorizar os espaços democráticos nas raízes da sociedade: nas comunidades, nos coletivos, nos encontros que forjam laços e afetos. A democracia é uma construção contínua, um mosaico que se monta no cotidiano, através de gestos, palavras e ações. Somente por meio dessa construção constante e inclusiva é que podemos assegurar a luta incessante pela dignidade humana. Nesse processo, o simbólico, o cultural e os valores são tão fundamentais quanto às leis positivadas, pois são eles que moldam as mentes e os corações, pavimentando o caminho para uma sociedade verdadeiramente democrática e humana. São eles que não permitem a captura do indivíduo pelas emoções de ódio e não pertencimento, as são fontes vitais para a permanência viva desta nova extrema-direita. Assim, o 8 de janeiro passará a ser lembrado como o dia em que a democracia resistiu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação de Adriano Correia. Edição do Kindle. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [s.d.], 2020.

_____. A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar. Trad. Antonio Abranches et al. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2005a.

_____. Eichmann em Jerusalém - Um relato sobre a banalidade do mal. Companhia das Letras, 1999. Edição do Kindle.

_____. Origens do totalitarismo. Companhia das Letras, 2013. Edição do Kindle.

AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política (Portuguese Edition) (p. 17). Autêntica Editora. Edição do Kindle, 2021.

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural (Feminismos Plurais). Pólen Livros. Edição do Kindle, 2019;

BERELSON, B. Content analysis in communication research. New York: Hafner; 1984

CONGRESSO NACIONAL. Relatório Final - CPMI dos Atos de 8 de Janeiro de 2023. Brasília, DF. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2606&tp=4> . Acesso em:

DA EMPOLI, Giuliano. Os Engenheiros do Caos. Tradução de Arnaldo Bloch, 1ª edição. São Paulo: Vestígio, 2019.

DIP, Andrea. Em nome de quem?: a bancada evangélica e seu projeto de poder. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DUSSEL, Enrique. El Encubrimiento del Otro— Hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz: Plural editores, Facultad de Humanidades e y Ciencias de la educación. Universidad Mayor de San Andrés, 1994;

_____, Enrique. Filosofia de La Liberación. Bogotá: Editorial Nueva America, 1996.
FERNANDES, Florestan. A integração do Negro na Sociedade de Classes. V. 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2008;

FELTRAN, Gabriel. “‘The Revolution We Are Living’”. *hau: Journal of Ethnographic Theory*, v. 10, n. 1, 2020

FELTRAN, Gabriel. Polícia e política: O regime de poder hoje liderado por Bolsonaro. Blog Novos Estudos Cebrap. 2021.

FERNANDES, Marcos, “A psicoterapia popular do Espírito Santo”, *Margem Esquerda*, São Paulo, Boitempo, n. 29, nov. 2017.

FLORES, Joaquín Herrera. Teoria Crítica dos Direitos Humanos: os Direitos Humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Trad. Raquel Ramalhe. 38ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2010.

_____. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. 51ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Global, 2006;

FREUD, Sigmund. Obras completas - Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 15.

KANT, Immanuel. A religião nos limites da simples razão. Tradução: Artur Morão. Lisboa: 70, 1992;

_____. A crítica da razão prática. Tradução: Artur Morão. Lisboa/Portugal: 70, 1997;

KRASSUSKI, Jair Antonio, Crítica da religião e sistema em Kant: um modelo de reconstrução racional do cristianismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005;

LAERTE; GÊ, Luís; MARINGONI, Gilberto; SOLANO, Esther. O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. Coleção Tinta Vermelha. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. Edição Kindle. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAU, M. Y.; WILLIAMS, C. D. Microaggression Research: Methodological Review and Recommendations. In: SUE, D. W. (org.), Microaggressions and marginality: Manifestation, dynamics, and impact. New Jersey (EUA): John Wiley& Sons, 2010;

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: *El giro decolonial: reflexiones para uma diversidad epistêmica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007;

MARIA DE CASTRO, Vanessa. Why did Bolsonaro's supporters vote for him, In: Foley, Conor. In Spite of You: Bolsonaro and the New Brazilian Resistance .OR Books. Edição do Kindle, 2019;

MARIANO, Ricardo. Guerra Esperitual: o protagonismo do diabo nos cultos neopentecostais. Porto Alegre: 2003;

MBEMBE, Achille. Necropolítica - Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. N-1 Edições, 2018;

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2016;

NUNES, Rodrigo. Do transe à vertigem: Ensaio sobre bolsonarismo e um mundo em transição. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2022. E-book.

RUBIANO, Maria de Mattos, Liberdade em Hannah Arendt. São Paulo

ROCHA, Camila (2021), The new Brazilian right and the public sphere. Mecila Working Paper Series., Nº 32. São Paulo: The Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America. Available at <http://dx.doi.org/10.46877/rocha.2021.32>. Accessed on April, 03, 2021.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. A ascensão de Bolsonaro e as classes populares. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 17-31. E-book.

SANTOS, Gilson Soares do. O conceito de mal radical e sua relação com a religião, em Kant. Campina Grande/PB: UEPB, 2011;

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Colonialismo e o século XXI, Portal Outras Palavras, Publicação 02/04/2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerre/boaventura-o-colonialismo-e-o-seculo-xxi/> Acesso em 10/05/2021.

SANTOS, Hélio. Discriminação Racial no Brasil. in Sabóia (2001);

SCARDUELI, Adriana Maria Felimberti. Do mal radical à banalidade do mal. Uma interlocução entre Kant e Arendt. 2011. (Apresentação de Trabalho/Comunicação)

SOUKI, Nádia. Hannah Arendt e a banalidade do mal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998;

SUE, D. W. (2010a). Microaggressions in everyday life: Race, gender, and sexual orientation. New Jersey (EUA): John Wiley& Sons, 2010a;

TRINDADE, L. V. P. Mídias sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil. In: SILVA, T. (org.). Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: olhares afro diaspóricos. São Paulo, Literarua, 2020;

TRINDADE, Luiz Valério de Paula. How the Brazilian Elite Delegitimize Demands for Greater Racial Equality, Social Science Space | Sage Publishing, California, US, 2018a. Disponível em: <https://www.socialsciencespace.com/2018/12/how-the-brazilian-elitedelegitimize-demands-for-greater-racial-equality/> . Acesso em: 01/05/2021.

TRINDADE, Luiz Valério de Paula. It is not that funny. Critical analysis of racial ideologies embedded in racialized humour discourses on social media in Brazil. PhDThesis, University of Southampton. Sociology, 2018b;

TURRA, C.; VENTURI, G. Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo, SP: Editora Ática, 1995;

TYNES, Brendesha M.; ROSE, Chad A.; MARKOE, Suzanne L. Extending campus life to the Internet: Social media, discrimination, and perception of racial climate. Journal of Diversity in Higher Education, v. 6, n. 2, p. 102, 2013;

WACQUANT, Loic. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos - Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001, Revan, 2003.

GALLARDO, Hélio. Teoria crítica: Matriz e possibilidade de direitos humanos. Tradução para o português. São Paulo: Editora Unesp, 2013.. Formato Kindle.

ROCHA, Camila. Menos Marx, mais Mises: O liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

ROCHA, João Cezar de Castro. Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico, retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. Belo Horizonte, Autênci, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. Originalmente publicado em Porto: Afrontamento, 2006.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: Da escravidão a Bolsonaro (Portuguese Edition)*. Sextante, 2019. Edição do Kindle.